


TERMO DE ABERTURA

Contém este caderno o total de 000104 ----- folhas numeradas e servirá de Relação de Documentos para fase de PROPOSTA do **CONSÓRCIO NOVA LUZ FRIBURGO**, para a participação no processo licitatório, ora realizado pela Prefeitura Municipal de Nova Friburgo/RJ, Concorrência Presencial nº 15/2026.


ANDRÉ ARCOVERDE
RG 5225452-1 JFP

Caro Cliente,

Agradecemos a confiança depositada na AVLA Seguros Brasil S.A. como sua Seguradora e assim, nos dar a oportunidade de construir com você uma relação comercial de longo prazo nas suas operações no Brasil.

Nos comprometemos a prestar um serviço de excelência, eficaz e com pronto atendimento para qualquer eventualidade ou circunstância que possa ter, mantendo sempre uma política de melhoria contínua de nossos processos e produtos.

Pedimos que revise os detalhes e condições da sua apólice de seguro para se familiarizar com as suas coberturas.

Para dúvidas, informações e reclamações, entre em contato pelo nosso site: www.avla.com.br ou por um de nossos canais de atendimento:

SAC e atendimento AVLA: 0800 055 00 44

Ouvidoria: 0800 885 0044

Comunicações de expectativas e sinistros devem ser direcionadas exclusivamente por e-mail para: sinistrobr.garantia@avla.com

Dados da seguradora: AVLA Seguros Brasil S.A. CNPJ: 41.182.665/0001-40, registro SUSEP 02071, com sede na Rua Olimpíadas, nº. 205, Cj 32 - São Paulo – SP - CEP: 04551-000

Apólice de Seguro Garantia nº: **12026000107750147263**

Endosso nº: **000000**

Após 7 (sete) dias úteis da emissão deste documento, você poderá verificar se a apólice ou endosso foi corretamente registrado no site da SUSEP: www.susep.gov.br, sob o número de documento 020712026000107750147263

Documento eletrônico digitalmente assinado por:


 Assinado Digitalmente por:
Felipe Kac Astrachan

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP No. 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que instituiu a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICP - Brasil por: Signatário: Felipe Kac Astrachan, No. de série do Certificado: 26ec4b69233df1ee

São Paulo, 19/05/2026

Sobre a LGPD

A AVLA coletará somente os dados necessários à execução do objeto deste Contrato, além de envidar esforços para implementar todas as medidas técnicas e organizacionais apropriadas para assegurar um nível adequado de segurança da informação, de tratamento e de armazenamento, nos termos da legislação brasileira. Os dados poderão ser utilizados para: (i) promover, melhorar e/ou desenvolver seus produtos e serviços; realizar auditorias; analisar dados e pesquisas para aprimoramento de produtos e serviços; gerar análises estatísticas e relatórios; (ii) aprimorar a segurança e oferta de seus produtos e serviços; regular sinistros e documentos, bem como identificar e coibir fraudes e poderão ser transferidos para: (i) A empresas do Grupo (inclusive localizadas em outros países) e autoridades governamentais; (ii) A parceiros de negócio, tais como a outras seguradoras; resseguradoras; corretores de seguro e resseguro e outros intermediários e agentes; representantes nomeados; distribuidores; instituições financeiras, empresas de valores mobiliários e outros parceiros comerciais e prestadores de serviços, unicamente para a finalidade de execução do Contrato. Os dados serão armazenados durante o período necessário para a execução do Contrato e para cumprimento de obrigações legais e/ou regulatórias. Por fim, o segurado poderá exercer seus direitos de confirmação de existência de tratamento; acesso aos dados; correção; anonimização, dentre outros, através do Serviço de Atendimento ao Cliente – Fale com a AVLA, incluindo, junto de seu pedido, as seguintes informações: nome completo, tipo e número de documento de identificação; número da apólice; telefone para contato, e e-mail. Para saber mais sobre a Privacidade de Dados consulte a Política de Privacidade de Dados da AVLA no site: <https://www.avla.com/br/politicas>



APÓLICE DE SEGURO GARANTIA

APÓLICE No.
1202600010775014
7263

RAMO
0775 – SEGURO GARANTIA - SETOR PÚBLICO

PROPOSTA No.
107750262107

DADOS DO SEGURADO			
NOME:	MUNICIPIO DE NOVA FRIBURGO	CPF/CNPJ:	28.606.630/0001-23
ENDEREÇO:	AVENIDA ALBERTO BRAUNE 225	BAIRRO:	CENTRO
CEP:	28613001	CIDADE:	NOVA FRIBURGO
		UF:	RJ

DADOS DO TOMADOR			
NOME:	ILUMISUL SOLUCOES URBANAS E LUMINOTECNICA LTDA	CPF/CNPJ:	12.917.918/0001-89
ENDEREÇO:	AVENIDA BRAZ DE PINA 00038 APT 202	BAIRRO:	PENHA
CEP:	21070032	CIDADE:	RIO DE JANEIRO
		UF:	RJ

DADOS DE CORRETAGEM		
CPF/CNPJ	NOME/RAZAO SOCIAL	COD.SUSEP
20.444.112/0001-49	R E V ADMINISTRACAO E CORRETAGEM DE SEGUROS LTDA	0202021822

LIMITE MÁXIMO DE GARANTIA / MODALIDADE
LIMITE MÁXIMO DE GARANTIA: R\$ 1.652.259,41 - um milhao, seiscentos e cinquenta e dois mil, duzentos e cinquenta e nove reais e quarenta e um centavos
MODALIDADE: LICITANTE
O Limite Máximo de Garantia é o valor máximo que a seguradora se responsabilizará perante o segurado em função do pagamento de indenização

OBJETO DA GARANTIA
Garantir a indenização, até o valor da Garantia fixado na apólice, caso o Proponente descumpra quaisquer de suas obrigações decorrentes da Lei ou do Edital, incluindo a recusa em assinar o Contrato, não atendimento das exigências para a sua assinatura, nas condições e no prazo estabelecidos no Edital nº 15/26 (CONS NOVA LUZ FRIBURGO) 12.917.918/0001-89-ILUMISUL(38%) 00.900.846/0001-88-FORTNORT(20%) 53.167.603/0001-49-JERICOACOARA(28%) 29.663.701/0001-92-SEVEN(14%). Esta Apólice é emitida de acordo com as condições da Circular Susep 662/22.

COBERTURAS CONTRATADAS				
COBERTURA	IMPORTÂNCIA SEGURADA	PRÊMIO LÍQUIDO	INÍCIO VIGÊNCIA	FIM DE VIGÊNCIA
LICITANTE (PADRÃO)	R\$ 1.652.259,41	R\$ 3.585,18	20/05/2026	16/11/2026

Não se aplica franquia a nenhuma das coberturas contratadas por esta Apólice.

DADOS DO PRÊMIO				
CUSTO DO SEGURO			FORMA DE PAGAMENTO – BOLETO	
Prêmio Líquido	R\$	3.585,18	Parcela Única	Valor
Adicional de Fracionamento	R\$	0,00		R\$ 3.585,18
Custo de Apólice	R\$	0,00		Vencimento
IOF	R\$	0,00		27/05/2026
Prêmio Total	R\$	3.585,18		

As condições contratuais/regulamento deste produto protocolizadas pela sociedade/entidade junto à Susep poderão ser consultadas no endereço eletrônico www.susep.gov.br, de acordo com o número de processo constante da apólice/proposta. A íntegra das Condições Gerais do Seguro pode ser acessada diretamente pelo site da SUSEP através do <http://www.susep.gov.br/menu/servicos-ao-cidadao/sistema-de-consulta-publica-de-produtos>. A aceitação deste seguro estará sujeita à análise do risco. O registro do produto é automático e não representa aprovação ou recomendação por parte da Susep. O Segurado poderá consultar a situação cadastral do corretor de seguros e da sociedade Seguradora no sítio eletrônico www.susep.gov.br. SUSEP - Superintendência de Seguros



Privados - Autarquia Federal responsável pela fiscalização, normatização e controle dos mercados de seguro, previdência complementar aberta, capitalização, resseguro e corretagem de seguros.

**CONDIÇÕES GERAIS
SEGURO GARANTIA DO LICITANTE – SETOR PÚBLICO**

Estas Condições Gerais, em conjunto com Condições Especiais e Particulares, regem os termos e condições que serão aplicáveis à emissão da Apólice, avençadas em comum acordo entre Seguradora, Tomador e Segurado, constituindo a integral negociação que vinculará a relação securitária durante toda a vigência da Apólice.

Além das disposições específicas aqui acordadas, a Seguradora, o Tomador e o Segurado se obrigam mutuamente em seguir, durante toda a vigência da Apólice, os princípios da mais estrita boa-fé e transparência, reconhecendo, ainda, a paridade de tratamento de suas relações no âmbito da Apólice.

1. DEFINIÇÕES E GLOSSÁRIO DE TERMOS TÉCNICOS

1.1. Apólice: é o documento que formaliza o contrato de seguro garantia, contratado pelo Tomador com a Seguradora em benefício do Segurado, e que contém todas as disposições aplicáveis ao contrato de seguro, dentre as quais as condições contratuais (condições gerais, especiais e particulares), endossos, especificação e frontispício, formalizando a aceitação do risco pela Seguradora e os limites das coberturas contratadas.

1.2. Aceitação: é a aprovação, pela Seguradora, da Proposta apresentada pelo Tomador ou Segurado, ou o representante legal de um ou outro, incluindo o corretor de seguros nomeado para tanto, para a contratação deste seguro.

1.3. Agravamento do risco: é a circunstância que aumenta, de forma significativa, a intensidade ou a probabilidade de ocorrência do risco assumido pela Seguradora.

1.4. Aviso de Sinistro: é a comunicação que deve ser feita pelo Segurado à Seguradora imediatamente após a ocorrência de evento passível de cobertura sob a Apólice, sob pena de perda do direito à indenização.

1.5. Contrato Principal: contrato garantido pela Seguradora e ao qual a Apólice está vinculada, sujeito ao regime de direito público, gerador de obrigações e direitos entre Segurado e Toador, independentemente da denominação utilizada, incluindo seus aditivos, anexos e apostilamentos.

1.6. Despesa de Contenção: despesas incorridas pelo Segurado com a tomada de medidas imediatas, ou ações emergenciais, para evitar a caracterização do Sinistro iminente que seria coberto pela Apólice, a partir de um Incidente ou Perturbação ao Objeto da Garantia ou ao Contrato Principal, e sem as quais o Sinistro coberto pela Apólice seria inevitável e ocorreria de fato.

1.7. Despesa de Salvamento: despesas incorridas pelo Segurado com a tomada de medidas imediatas, ou ações emergenciais, após a ocorrência de um evento de Caracterização do Sinistro coberto pela Apólice, de modo a minorar as consequências e Prejuízos relacionados ao Sinistro.

1.8. Endosso: documento, emitido pela Seguradora durante a Vigência da Apólice, que formaliza eventual alteração do seguro contratado, de comum acordo entre as partes envolvidas.

1.9. Especificação: documento integrante da Apólice e/ou Endosso, no qual estão descritas as particularidades do Seguro Garantia contratado.

1.10. Expectativa de Sinistro: ato ou fato que indique a possibilidade de inadimplemento do Tomador no cumprimento das obrigações previstas no Contrato Principal, ocasião em que deverão ser iniciados os trâmites para a verificação e/ou comprovação da inadimplência.

1.11. Fato Gerador: a(s) causa(s) determinante(s) da ocorrência de um Sinistro.

1.12. Franquia: representa a participação obrigatória do Tomador em todo e qualquer prejuízo indenizável, podendo ser expressa em percentual, em dias ou em valor, de modo que apenas serão indenizados pela Seguradora os prejuízos que ultrapassarem a Franquia estabelecida contratualmente.

1.13. Indenização: é o valor a ser pago ao Segurado da Apólice, em razão de um Sinistro coberto, calculado nos termos das Condições da Apólice.

1.14. Limite Máximo de Garantia (LMG): valor máximo da Indenização a ser paga pela Seguradora, previamente determinado na Especificação da Apólice, até o qual a Seguradora se responsabilizará caso configurado um Sinistro coberto.

1.15. Notificação de Expectativa de Sinistro: comunicação pelo Segurado à Seguradora da inicialização dos trâmites para a verificação e/ou comprovação da possível inadimplência do Tomador no cumprimento das obrigações previstas no Contrato Principal que, se não sanado, poderá se converter em um Sinistro.

1.16. Prejuízo: perda pecuniária comprovadamente suportada pelo Segurado decorrentes da recusa do Tomador adjudicatário em assinar o Contrato Principal nas condições propostas no edital de licitação, dentro do prazo estabelecido.

1.17. Prêmio: valor pago pelo Tomador à Seguradora em razão da contratação do seguro.

1.18. Procedimento de Regulação: procedimento conduzido pela Seguradora após o Aviso de Sinistro visando à apuração do(s) Fato(s) Gerador(es), das circunstâncias e do(s) Prejuízo(s) decorrente(s) de um Sinistro.

1.19. Proposta: é o formulário de contratação da Apólice preenchido e assinado pelo Tomador, Segurado, seu respectivo representante ou corretor de seguros, incluindo toda a documentação correlata necessária para a correta subscrição do seguro, tal como questionário de avaliação do risco, documentos associados à capacidade financeira do Tomador, seu patrimônio, minuta do Contrato Principal e outros instrumentos contratuais e informações associadas à capacidade de cumprimento das obrigações a serem garantidas. A proposta é a base do contrato de seguro e faz parte integrante deste.

1.20. Relatório Final de Sinistro: documento emitido pela Seguradora ao final do Procedimento de Regulação, consolidando o seu posicionamento acerca da caracterização ou não do Sinistro coberto coberto, bem como do montante dos Prejuízos indenizáveis e do valor de eventual Indenização correspondente.

1.21. Segurado: órgão da Administração Pública ou do Poder Concedente, credor das obrigações assumidas pelo Tomador no Contrato Principal, também denominado como “Contratante” no Contrato Principal.

1.22. Seguradora: AVLA Seguros Brasil S.A.

1.23. Seguro Garantia: seguro que tem por objetivo garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo Tomador no Contrato Principal perante o Segurado.

1.24. Seguro Garantia – Setor Público: Seguro Garantia cujo Contrato Principal está sujeito ao regime jurídico do direito público.

1.25. Sinistro: o inadimplemento definitivo do Tomador das obrigações assumidas no Contrato Principal perante o Segurado e indicadas como cobertas na Especificação da Apólice, devidamente caracterizado e comprovado, que resulte em Prejuízo coberto nos termos da Apólice, respeitados seus termos e condições.

1.26. Tomador: devedor das obrigações estabelecidas no Contrato Principal perante o Segurado, responsável por apresentar o pedido de emissão da Apólice à Seguradora, nos termos do Contrato Principal.

1.27. Vigência da Apólice: significa o período especificado na Apólice em que o contrato de seguro está em vigor.

2. OBJETO DO SEGURO – RISCOS COBERTOS

2.1. Esta Apólice tem por objeto a garantia de Indenização pela Seguradora ao Segurado, até o Limite Máximo de Garantia fixado na Apólice, pelos Prejuízos decorrentes da recusa do Tomador adjudicatário em assinar o Contrato Principal nas condições propostas no edital de licitação, dentro do prazo estabelecido.

3. RISCOS EXCLUÍDOS:

3.1. Consideram-se riscos excluídos de cobertura securitária:

(i) O inadimplemento das obrigações garantidas no Contrato Principal decorrente de Fato Gerador de responsabilidade do Segurado;

(ii) O inadimplemento das obrigações garantidas no Contrato Principal que não seja de responsabilidade do Tomador, incluindo, mas não se limitando, em decorrência de casos fortuitos ou de força maior, nos termos do Código Civil, ou de fato de terceiro alheio ao Tomador;

(iii) Lucros cessantes, perdas e danos, bem como sanções de natureza contratual e/ou extracontratual, inclusive danos liquidados ou acordados entre Segurado e Tomador sem a prévia e expressa anuência da Seguradora;



(iv) Vícios intrínsecos, erros de projeto e/ou de execução, bem como o refazimento de serviços por inobservância de normas técnicas e/ou de disposições constantes do Contrato Principal, ressalvado o direito do Segurado à Indenização por Prejuízos decorrentes desses vícios, erros e/ou inobservância, quando forem imputáveis ao Tomador e quando sua ocorrência configurar um risco coberto previsto na Apólice;

(v) Qualquer perda ou dano decorrente da imposição de autoridades e/ou órgãos públicos ou privados e/ou por alteração de regramentos legais ou infralegais aplicáveis ao objeto do Contrato Principal;

(vi) Qualquer perda ou dano que seja suscetível de cobertura por um seguro de outro ramo, incluindo, mas não se limitando, de riscos de engenharia, responsabilidade civil, lucros cessantes, atraso de partida, riscos cibernéticos, responsabilidade civil profissional, entre outros;

(vii) Qualquer perda ou dano decorrente de pagamento(s) efetuado(s) pelo Segurado ao Tomador em desconformidade com o Contrato Principal e sem a prévia e expressa anuência da Seguradora;

(viii) Qualquer perda ou dano decorrente de Fato Gerador ou Sinistro ocorrido anteriormente ao início da Vigência da Apólice ou posteriormente ao seu término;

(ix) Qualquer perda ou dano que não caracterize um Prejuízo coberto pela Apólice;

(x) Qualquer perda ou dano decorrente de uma Expectativa e/ou Sinistro que, não tendo sido notificada ou avisada à Seguradora imediatamente depois da sua caracterização, inviabilize o Procedimento de Regulação e/ou o exercício, pela Seguradora, do direito de sub-rogação contra o Segurado.

4. LIMITE MÁXIMO DA GARANTIA

4.1. O valor da garantia corresponde ao Limite Máximo de Garantia e é definido pelo Segurado em consonância com a extensão da obrigação garantida, conforme prevista no Contrato Principal e descrita na Especificação da Apólice, observando a legislação específica aplicável.

4.2. Condicionado sempre à emissão de Endosso específico e pagamento do respectivo prêmio, o Limite Máximo de Garantia deverá acompanhar eventuais alterações previstas no Contrato Principal. Contudo, em caso de alterações de obrigações não previstas no Contrato Principal que impliquem modificação do valor da garantia, o Limite Máximo de Garantia poderá acompanhar tais modificações, desde que solicitado e haja

4.3. Não há reintegração do Limite Máximo de Garantia da Apólice em caso de pagamento de Indenização.

5. EXPECTATIVA DE SINISTRO



5.1. Constatada a possibilidade de inadimplemento do Tomador adjudicatário em assinar o Contrato Principal nas condições previstas no edital de licitação, o Segurado deverá notificá-lo imediatamente, indicando especificamente quais obrigações poderão ser inadimplidas e a(s) disposição(ões) do Contrato Principal que fundamentam tal(is) alegação(ões) e concedendo-lhe prazo razoável para a regularização do(s) inadimplemento(s) apontado(s) e/ou a apresentação de defesa, remetendo para a Seguradora (através do endereço eletrônico sinistrobr.garantia@avla.com) cópia da Notificação de Expectativa de Sinistro e do processo administrativo respectivo, se for o caso de sua instauração, com o fito de que a Expectativa seja por ela registrada.

5.2. A Notificação da Expectativa de Sinistro possibilitará à Seguradora, a seu critério, a adoção de medidas visando à mitigação do risco de ocorrência do Sinistro e do valor dos Prejuízos, incluindo, mas não se limitando a, (i) conduzir a intermediação do Segurado e do Tomador, caso seja de seu interesse, visando à regularização ou cumprimento pelo Tomador ou por outrem do(s) inadimplemento(s) apontado(s), preservando os direitos do Segurado; e (iii) prestar apoio e assistência ao Tomador.

5.3. A partir do registro da Expectativa de Sinistro nos termos da Cláusula 5.1, ficará facultado à Seguradora solicitar ao Segurado o envio dos documentos indicados na Cláusula 6.3, além de outros justificadamente solicitados, bem como nomear representante(s) junto a esta (nome, cargo, e-mail e telefone). Após o registro da Expectativa de Sinistro, o Segurado deverá manter a Seguradora informada do status das tratativas com o Tomador, especialmente no que tange à (i) regularização do inadimplemento apontado e/ou ao acolhimento da defesa, ocasião na qual a Expectativa de Sinistro será devidamente baixada, ou (ii) a conversão da Expectativa em Sinistro.

5.4. O Segurado fica cientificado de que a Expectativa de Sinistro deverá ser notificada à Seguradora imediatamente após a sua ciência através do endereço eletrônico mencionado na Cláusula 5.1 e, necessariamente, deve ocorrer dentro da Vigência da Apólice.

6. SINISTRO

6.1. A Expectativa de Sinistro converter-se-á em Sinistro por ocasião do não saneamento do(s) inadimplemento(s) indicado(s) na Notificação de Expectativa de Sinistro no prazo concedido para esse fim e/ou do não acolhimento da defesa apresentada pelo Tomador ao término do processo administrativo instaurado pelo Segurado, do que o Segurado comunicará à Seguradora logo após o seu conhecimento, por meio do correspondente Aviso de Sinistro (a ser endereçado ao e-mail sinistrobr.garantia@avla.com).

6.2. Observado o disposto na Cláusula 5 - Expectativa, os procedimentos e critérios para comprovação do inadimplemento do Tomador são os previstos no Contrato Principal e são de responsabilidade do Segurado. Uma vez caracterizado o Sinistro, este considera-se ocorrido na data do inadimplemento da(s) obrigação(ões) garantida(s) pelo Tomador.

6.3. A partir do recebimento do Aviso de Sinistro, a Seguradora dará início ao Procedimento de Regulação, devendo o Segurado disponibilizar, sem prejuízo de eventual vistoria presencial e/ou perícia técnica, a seguinte documentação, atualizada em relação à documentação porventura solicitada e apresentada por ocasião da Notificação de Expectativa de Sinistro:



Etapa 1 – Para a verificação do(s) inadimplemento(s) apontado(s) pelo Segurado:

- a) Cópia do edital de licitação;
 - b) Cópia do termo de adjudicação;
 - c) Cópia integral do(s) processo(s) administrativo(s) instaurados para apurar o(s) inadimplemento(s) do Tomador, com a documentação que comprove o seu efetivo encerramento;
 - d) Atas, e-mails, correspondências, ofícios, notificações, processos internos e eventuais tratativas que tenham sido realizadas entre as partes e que não constem do(s) processo(s) administrativo(s) instaurados para apurar o(s) inadimplemento(s) do Tomador; e,
 - e) Documento(s) não elencado(s) acima e previsto(s) em contrato, que seja(m) essencial(is) para a identificação do inadimplemento apontado.
- ## **Etapa 2 – Para delimitação do Prejuízo (Liquidação):**
- a) Planilhas, Relatórios e Memória de cálculo do valor da indenização pleiteada, contendo a indicação dos itens contratuais inadimplidos, do período de inadimplemento e do racional considerado para o seu cômputo;

6.4. O Segurado fica cientificado de que, para a conclusão do Procedimento de Regulação, a **Seguradora depende do envio, pelo Segurado, dos documentos solicitados**, sendo eles os elencados: (i) na Etapa 1, para a comprovação do inadimplemento das obrigações previstas no Contrato Principal; e (ii) na Etapa 2, para apuração e liquidação dos Prejuízos decorrentes do Sinistro e o valor final eventualmente devido a título de Indenização.

6.5. Após o recebimento dos documentos elencados na Cláusula 6.3, desde que devidamente justificado, a Seguradora poderá solicitar documento(s) e/ou esclarecimento(s) adicional(is), ficando suspenso o prazo indicado na Cláusula 6.6 e voltando a correr a partir do dia útil subsequente àquele em que forem atendidas as exigências.

6.6. A conclusão do Procedimento de Regulação deverá ocorrer em 30 (trinta) dias, no caso de apólices emitidas que não se enquadrem como grandes riscos, ou 120 (cento e vinte) dias, no caso de grandes riscos, contados a partir do primeiro dia útil subsequente ao recebimento do último documento solicitado, com a formalização do posicionamento da Seguradora através do Relatório Final de Sinistro, que será direcionado ao Segurado por via eletrônica, aos cuidados da(s) pessoa(s) devidamente apontadas por este.

6.7. A contagem do prazo de 30 (trinta) ou 120 (cento e vinte) dias dependerá do envio integral da documentação prevista na Cláusula 6.4. – Etapa 1 para conclusão sobre a caracterização do Sinistro.

6.8. O envio parcial da documentação será devidamente sinalizado pela Seguradora ao Segurado e a solicitação de seu envio integral não deverá ser considerada como solicitação de documentação complementar para fins da suspensão prevista na Cláusula 6.5, dado que a contagem do prazo sequer terá se iniciado.

6.9. No caso de dúvida fundada e justificável, a Seguradora ou o regulador do Sinistro poderão solicitar outros documentos e/ou informações complementares. Neste caso, a contagem do prazo será suspensa por no máximo 2 (duas) vezes, e será reiniciada a partir do dia útil subsequente àquele em que forem completamente atendidas as exigências.



6.10. Caso a Seguradora conclua pela não caracterização do Sinistro, comunicará ao Segurado formalmente, por escrito, no mesmo prazo previsto na Cláusula 6.6, sua negativa de pagamento de Indenização, apresentando, conjuntamente, as razões que embasaram sua conclusão, constantes no Relatório Final de Sinistro.

6.11. Os atos e providências praticados pela Seguradora na execução dos procedimentos de Regulação e liquidação do Sinistro não importam, por si só, no reconhecimento da obrigação de pagar a indenização reclamada.

7. LIQUIDAÇÃO E INDENIZAÇÃO

7.1. Efetuada a Regulação do Sinistro, nos termos desta Apólice, e sendo confirmada pela Seguradora a ocorrência de risco coberto, a Indenização devidapela Seguradora corresponderá ao Prejuízo apurado no Procedimento de Regulação, limitado ao Limite Máximo de Garantia, decorrentes da recusa do tomador adjudicatário em assinar o contrato principal nas condições propostas no edital de licitação, dentro do prazo estabelecido.

7.2. A Seguradora indenizará o Segurado ou o Beneficiário, se houver, até o Limite Máximo de Garantia, mediante o pagamento em dinheiro dos Prejuízos e multas no prazo de 30 (trinta dias) – aplicável a apólices de seguro garantia que não se enquadrem como seguros de grandes riscos -, a 120 (cento e vinte) dias, para apólices de seguros garantia classificados como grandes riscos, contados a partir da data da confirmação de cobertura pela Seguradora, nos termos da Cláusula 6.6. A forma de pagamento da Indenização deverá ser definida de acordo com os termos do Contrato Principal ou sua legislação específica ou, em caso de ausência de dispositivo específico, mediante acordo entre o Segurado e a Seguradora.

7.2.1. O prazo acima será contado a partir da apresentação, pelo Segurado, de todos os documentos listados na Cláusula 6.3. – Etapa 2 – Liquidação. Em caso de envio parcial da documentação, a Seguradora, o regulador ou o liquidante do Sinistro indicará por escrito a documentação pendente, observado o disposto na Cláusula 6.8. com relação à contagem do prazo e solicitação de documentação complementar.

7.2.2. A partir do recebimento da documentação indicada na Cláusula 6.3., a Seguradora, ou, em seu nome, o regulador de sinistro ou o liquidante poderá, mediante dúvida fundada e justificável, solicitar outros documentos e/ou informações complementares. Neste caso, a contagem do prazo será suspensa por no máximo 2 (duas) vezes, e será reiniciada a partir do dia útil subsequente àquele em que forem completamente atendidas as exigências.

7.2.3. O não pagamento da indenização no prazo previsto na Cláusula 7.2., respeitado o disposto nas Cláusulas 7.2.1. e 7.2.2., ensejará a aplicação de juros legais, bem como atualização monetária e multa de 2% (dois por cento) sobre o montante devido, conforme disposto na Cláusula 13.

7.2.4. A designação dos eventuais beneficiários da Indenização constará da Especificação e será efetuada a requerimento do Segurado, que identificará sua relação com as obrigações garantidas.

7.3. A partir do envio do Relatório Final de Sinistro pela Seguradora ao Segurado, este se declara ciente da conclusão do Procedimento de Regulação do Sinistro, comprometendo-se, no caso de pagamento, a enviar os documentos e informações solicitados para a realização dos trâmites financeiros e jurídicos (exemplo: Termo de Quitação e Recibo devidamente assinados, documentos societários que demonstrem os poderes de quem assinou a quitação e os documentos exigidos pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e pela legislação específica em vigor), sob pena de incorrer em descumprimento das obrigações previstas nesta Apólice. Tendo sido designado beneficiário, a este também caberá o envio da documentação referida nesta Cláusula 7.3.

7.4. No caso de decisão judicial ou arbitral que suspenda os efeitos do Aviso de Sinistro, os prazos oponíveis à Seguradora ficarão suspensos até a superveniência de decisão em contrário. **Se for reconhecido por decisão judicial ou arbitral, por qualquer que seja o fundamento, que a Indenização paga pela Seguradora é superior à efetiva responsabilidade do Tomador, o Segurado deverá devolver tal valor excedente, incidindo-se a devida correção monetária, (i) à Seguradora ou (ii) ao próprio Tomador, caso este já tenha efetuado o reembolso à Seguradora.**

7.5. A forma de contratação do Seguro Garantia é a risco absoluto, de modo que a Seguradora responde integralmente pelo valor do Prejuízo indenizável sob a Apólice, limitado ao Limite Máximo de Garantia, não se aplicando, em qualquer hipótese, cláusula de rateio, e observando-se eventuais franquias, participações obrigatórias do Segurado e/ou prazos de carência, conforme previsto na Especificação da Apólice, mediante expressa anuência do Segurado.

8. SUB-ROGAÇÃO

8.1. Efetuado o pagamento da Indenização ou iniciado o cumprimento das obrigações inadimplidas pelo Tomador, a Seguradora sub-rogar-se-á nos direitos, garantias, pretensões e privilégios do Segurado contra o Tomador.

8.2. É ineficaz qualquer ato do Segurado que diminua ou extinga, em prejuízo da Seguradora, os direitos a que se refere a Cláusula 8.1.

9. CONCORRÊNCIA DE APÓLICES E GARANTIAS

9.1. É vedada a contratação de outra Apólice cobrindo os mesmos interesses seguráveis aqui cobertos, durante a Vigência desta Apólice.

10. PAGAMENTO DO PRÊMIO

10.1. O valor do Prêmio estabelecido nas especificações da Apólice deverá ser pago pelo Tomador.

10.2. A Apólice continuará em vigor mesmo quando o Tomador não houver pago o Prêmio nas datas convencionadas.

10.3. O Tomador também será responsável pelo pagamento de eventual Prêmio adicional decorrente de alterações promovidas na Apólice, ou da atualização do valor da garantia.

11. PERDA DE DIREITOS

11.1. O Segurado ou Beneficiário perderá o direito à Indenização no âmbito desta Apólice, na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

- a) Alteração das obrigações contratuais garantidas pela Apólice, que tenham sido acordadas entre Segurado e Tomador sem a prévia comunicação e expressa anuência da Seguradora, desde que tal alteração resulte em agravamento do risco e, concomitantemente, tenha relação com a ocorrência do Sinistro ou resulte de má-fé do Segurado;
- b) Atos ilícitos dolosos ou por culpa grave equiparável ao dolo praticados pelo Segurado ou, seus administradores e representantes legais, no âmbito do Contrato Principal;
- c) O Segurado não cumprir integralmente quaisquer obrigações previstas nessa Apólice;
- d) Se o Segurado/Tomador, o seu representante legal ou corretor de seguros, fizerem declarações falsas, inexatas ou omitir de má-fé informações necessárias à aceitação da proposta e à fixação da taxa para o cálculo do valor do prêmio, de acordo com questionário que lhe submeta a seguradora;
- e) Se o Segurado deixar intencionalmente de comunicar circunstâncias que configurem agravamento de risco relevante, nos termos do art. 14 da Lei nº 15.040/24;
- f) Se o Segurado agravar intencionalmente e de forma relevante o risco, nos termos do art. 13 da Lei nº 15.040/24 do Código Civil.

11.2. Atos exclusivos do Tomador, da Seguradora ou de ambos não poderão gerar qualquer perda de direitos ao Segurado.

11.3. O Segurado está obrigado a comunicar à Seguradora, logo que saiba, qualquer fato suscetível de agravar de forma intencional e relevante o risco objeto do Contrato de Seguro, sob pena de perder o direito à indenização. A Seguradora, desde que o faça nos 20 (vinte) dias seguintes ao recebimento do aviso de agravamento do risco pelo Segurado, poderá, mediante comunicação formal:

- 11.3.1 cancelar o Seguro Garantia mediante comunicação por escrito ao Segurado, caso não seja tecnicamente possível garantir o novo risco;
- 11.3.2 permitir a continuidade do seguro, mediante redução da garantia proporcionalmente à diferença entre o Prêmio pago e o que seria devido caso prestadas as informações posteriormente reveladas;
- 11.3.3 Permitir a continuidade do seguro, cobrando a diferença de prêmio cabível, desde que mediante acordo expresso e por escrito pelas partes; ou
- 11.3.4 reduzir a cobertura contratada, mediante acordo entre as partes.

11.4. Quando o Segurado deixar dolosamente de comunicar à Seguradora, logo que saiba, de todo e qualquer incidente suscetível de agravar de forma intencional e relevante o risco coberto.

11.5. O cancelamento do Seguro Garantia só será eficaz 30 (trinta) dias após a notificação ao Segurado, devendo ser restituída a diferença de Prêmio, calculada proporcionalmente ao período a decorrer.



11.6. Na hipótese de continuidade do Seguro Garantia, a Seguradora poderá cobrar a diferença de Prêmio cabível, mediante acordo expresso e por escrito pelas partes.

12. ACEITAÇÃO, VIGÊNCIA E RENOVAÇÃO

12.1. A contratação/alteração ou a renovação do contrato de seguro somente poderá ser feita mediante Proposta assinada pelo proponente, seu representante ou por corretor de seguros habilitado. A Proposta escrita deverá conter os elementos essenciais ao exame e aceitação do risco.

12.2. A Seguradora fornecerá, obrigatoriamente, ao proponente, protocolo que identifique a proposta por ela recepcionada, com a indicação da data e da hora de seu recebimento. A aceitação deste seguro está sujeita à análise do risco pela Seguradora, tomando-se por base as informações fornecidas pelo Tomador, ou por intermédio do seu representante legal, e/ou corretor de seguros na Proposta de Seguro. A proposta deverá ser escrita e o Tomador é obrigado a fornecer toda e qualquer informação que tenha conhecimento e que possa afetar, modificar ou influenciar na aceitação do risco pela Seguradora.

12.2.1. As Propostas serão recebidas exclusivamente através do canal atendimento-sp@avla.com.

12.2.2. O simples pedido de cotação à Seguradora não equivale à Proposta, mas as informações prestadas durante a cotação da Apólice serão incorporadas à avaliação do risco para definição das condições de cobertura, prêmio e aceitação do risco.

12.3. A Seguradora terá o prazo de até 25 (vinte e cinco) dias corridos do recebimento da proposta para se manifestar expressamente sobre a aceitação da Proposta, contados da data de seu recebimento, seja para seguros novos ou renovações, bem como para alterações que impliquem modificação do risco. A emissão e o envio da apólice ou certificado individual substitui a manifestação expressa de aceitação da Proposta pela Seguradora.

12.4. A recusa da Proposta será comunicada pela Seguradora ao Tomador, ou ao representante legal deste e, adicionalmente, ao corretor de seguros, por escrito, acompanhada da respectiva justificativa.

12.5. A ausência de manifestação por escrito da Seguradora no prazo previsto no item 12.4, caracterizará a aceitação tácita da Proposta.

12.6. Na hipótese de apresentação de Propostas de Seguro com pagamento antecipado de Prêmio, total ou parcial, o período de vigência da Apólice será considerado iniciado a partir da data de recepção da Proposta de Seguro pela Seguradora, em cobertura provisória, até que a Seguradora aceite, ou não, o risco.

12.7. Fica estabelecido que a garantia provisória oferecida a partir do recebimento da Proposta com o adiantamento do Prêmio não obriga a Seguradora a aceitar definitivamente a referida Proposta.



12.8. Em caso de recusa da Proposta, a cobertura securitária permanecerá vigente por mais 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data em que o Proponente, seu representante legal ou corretor de seguros, tiver conhecimento formal da recusa.

12.9. A emissão da Apólice ou do Endosso será feita em até 30 (trinta) dias, a partir da data de aceitação da Proposta.

12.10. A Vigência da Apólice será fixada na Especificação da Apólice e corresponderá ao prazo previsto no edital para a assinatura do contrato principal, salvo se a legislação específica dispuser de forma distinta.

12.11. Se a Proposta de contratação do Seguro Garantia vier a ser encaminhada posteriormente ao início do prazo para assinatura do Contrato Principal pelo Tomador, a Vigência da Apólice terá início com a aceitação da Proposta pela Seguradora, aceitação essa que deverá ser expressa, independentemente de manifestação expressa da Seguradora sobre o resultado da análise.

12.12. A requerimento do Tomador e do Segurado, de comum acordo, a Vigência da Apólice poderá coincidir com a data de início do prazo para assinatura do Contrato Principal, condicionado, no entanto, a que o Segurado preste declaração de inexistência de qualquer indício de inadimplemento.

12.13. É facultado à Seguradora, dentro do prazo previsto no item 12.4, solicitar documentos complementares, o que, em se tratando de Tomador pessoa jurídica, poderá ocorrer mais de uma vez, desde que a Seguradora indique os fundamentos do pedido de novos elementos para a avaliação da Proposta ou a fixação de Prêmio, ocasião em que o prazo previsto no item 12.4 será suspenso e retornará no dia útil subsequente à data em que se der a entrega de toda a documentação e/ou informação solicitada.

12.14. Caso a aceitação da Proposta dependa de contratação ou alteração de resseguro facultativo, não haverá cobertura securitária até que haja a aceitação expressa da Proposta pela Seguradora, que será precedida de manifestação formal do ressegurador.

12.15. Caso a Vigência da Apólice seja inferior ao prazo de execução das obrigações garantidas, a Seguradora assegurará a manutenção da cobertura enquanto houver risco de inadimplemento a ser coberto, salvo em caso de oposição do Segurado, a qualquer tempo, mediante expressa manifestação.

12.16. O Tomador não poderá se opor à manutenção da cobertura pelo prazo de execução das obrigações garantidas, exceto se ocorrer a substituição da Apólice por outra garantia aceita pelo Segurado.

12.17. Caso a Vigência da Apólice seja inferior ao prazo de execução das obrigações garantidas, a Seguradora comunicará ao Segurado e ao Tomador, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, a proximidade do término de Vigência da Apólice, cabendo ao Segurado, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento dessa comunicação, exigir do Tomador a sua renovação, enviando cópia de tal solicitação à Seguradora.

12.18. Caso (i) o Segurado não se pronuncie sobre a renovação da Apólice no prazo de 30 (trinta) dias acima indicado e (ii) o Tomador não apresente sua Proposta com até 30 (trinta) dias de



antecedência ao término da Vigência, a Seguradora ficará automaticamente desobrigada de renová-la.

12.19. Caso o Tomador não apresente sua Proposta de renovação, em descumprimento da exigência nesse sentido formulada pelo Segurado, a Seguradora, não obstante a ausência da Proposta, poderá emitir o Endosso correspondente visando à manutenção da cobertura durante o prazo de execução das obrigações garantidas, cabendo ao Tomador, obrigatoriamente, o pagamento do Prêmio respectivo.

12.20. Em caso de utilização de meios remotos na emissão de documentos contratuais, será garantido a possibilidade de impressão ou download do documento pelo cliente.

13. ALTERAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE VALORES

13.1. A Apólice somente poderá ser alterada a requerimento do Segurado ou com a sua expressa concordância.

13.2. Quando efetuadas alterações no objeto do Contrato Principal em virtude das quais se faça necessária modificação da Apólice, a Seguradora (i) deverá acompanhar tais alterações, caso tenham sido previamente estipuladas no Contrato Principal, em legislação específica ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco; ou (ii) poderá acompanhar tais alterações, em situações não abrangidas pelo item (i), acima, desde que emita o respectivo aceite.

13.2.1. Na hipótese do item (i) da Cláusula 13.2, o Segurado deverá comunicar à Seguradora a alteração do Contrato Principal no prazo de 15 (quinze) dias, cabendo à Seguradora, nos 15 (quinze) dias subsequentes ao recebimento dessa comunicação, emitir o correspondente Endosso e cobrar o Prêmio respectivo ao Tomador, que não poderá se recusar a pagá-lo. A não comunicação da alteração do Contrato Principal, ou a sua comunicação em desacordo com a Cláusula 13.2, somente poderá acarretar ao Segurado a perda do direito à cobertura na hipótese prevista na Cláusula 11.1. (a).

13.2.2. Na hipótese do item (ii) da Cláusula 13.2, o Segurado deverá solicitar à Seguradora a emissão de Endosso, podendo a Seguradora aceitá-lo ou não, no prazo de 30 (trinta) dias, conforme previsto na Cláusula 12.12.

13.3. O índice e a periodicidade de atualização dos valores da Apólice, quando aplicáveis, inclusive o Prêmio, deverão ser os mesmos definidos no Contrato Principal ou em sua legislação específica, e, havendo tal previsão, tal atualização não dependerá da anuência expressa do Segurado ou do Tomador.

13.3.1. No caso de extinção do índice definido, deverá ser utilizado o Índice de Preços ao Consumidor Amplo, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (IPCA), ou o índice que vier a substituí-lo.

13.4. O não pagamento das obrigações pecuniárias pela Seguradora, inclusive da Indenização, dentro do prazo de 30 (trinta) dias previsto na Cláusula 6.6, acarretará a incidência de (i) atualização monetária, com base no IPCA/IBGE o outro que vier a substituí-lo, (ii) juros legais,



calculados "pro rata temporis", contados a partir do primeiro dia posterior ao término do prazo fixado para pagamento e (iii) multa de 2% (dois por cento) sobre o montante devido.

13.5. Os termos desta Apólice não serão renunciados ou alterados, a menos que acordado pelo Segurado e pela Seguradora e implementado pela emissão de um Endosso a esta Apólice.

14. CONTENÇÃO E SALVAMENTO

14.1. A Seguradora realizará, até o valor máximo do LMI elencado no frontispício da Apólice, o reembolso de valores comprovadamente gastos pelo Segurado à título de Despesas de Contenção e Despesas de Salvamento, incorridos durante a Vigência da Apólice e vinculados ao Objeto da Garantia e ao Contrato Principal.

14.2. Além das hipóteses constantes do item 3.1 das Condições Contratuais, são excluídos da cobertura de Despesas de Contenção e Despesas de Salvamento os valores gastos pelo Segurado:

a) em relação ao Objeto Garantido ou Contrato Principal para prevenção ordinária de sinistros, Prejuízos e danos em geral, assim considerados também quaisquer despesas de manutenção, segurança, conserto, renovação, reforma, substituição preventiva, ampliação e outras medidas afins;

b) para adoção de medidas inadequadas, inoportunas, desproporcionais ou injustificadas, sendo estas consideradas como aquelas medidas ou providências sem relação direta com o possível ou efetivo Sinistro, ou com o Objeto da Garantia, assim como medidas ou providências extemporâneas, ou em valor ou justificativa desproporcional ao risco de Sinistro.

14.3. Para reembolso das Despesas de Contenção e Despesas de Salvamento, aplicam-se as regras e obrigações constantes do item 5.1 e seguintes, devendo ser considerado como Documento Essencial, adicionalmente ao que prevê o item 6.3, a ser encaminhado pelo Segurado, cópias dos:

i. contrato(s) com terceiro(s) para execução de medidas ou providências as quais geraram as Despesas de Contenção ou Despesas de Salvamento;

ii. comprovantes de despesa incorrida pelo Segurado, para execução das medidas de contenção ou salvamento; e

iii. dos comprovantes de pagamento ou desembolso realizados pelo Segurado, referente às Despesas de Contenção e Salvamento.

14.4. O Segurado deverá disponibilizar os Documentos Essenciais listados acima, preferencialmente, em formato digital no "canal de sinistros" da Seguradora, que deverão estar legíveis e organizados em pastas individuais respeitando a ordem contida na listagem acima.



14.5. O LMI da Despesa de Contenção e Salvamento não será descontado do LMG desta Apólice.

15. EXTINÇÃO DO CONTRATO DE SEGURO

15.1. A obrigação prevista na Apólice extinguir-se-á nas seguintes hipóteses:

- a) quando o objeto do Contrato Principal garantido pela Apólice for definitivamente realizado e houver a manifestação expressa do Segurado neste sentido;
- b) quando o Segurado e a Seguradora assim o acordarem;
- c) quando o pagamento da Indenização ao Segurado atingir o valor do Limite Máximo de Garantia;
- d) quando o objeto da garantia da Apólice for extinto;
- e) quando houver o término da Vigência da Apólice.

16. RESCISÃO CONTRATUAL

16.1. Ocorrendo o cancelamento a pedido do Segurado, a Seguradora restituirá o Prêmio ao Tomador de forma *pro rata die*, ou seja, proporcionalmente aos dias decorridos da vigência da Apólice.

17. CESSÃO DE DIREITOS

17.1. O Segurado poderá ceder ou transferir no todo ou em parte, os direitos decorrentes desta Apólice, mediante anuência prévia e expressa da Seguradora.

18. ÂMBITO GEOGRÁFICO DAS COBERTURAS

18.1. O âmbito geográfico das modalidades contratadas é todo o território nacional, salvo disposição em contrário nas Condições Especiais e/ou Particulares da Apólice.

19. FORO

19.1. Fica estabelecido que as discussões decorrentes desta Apólice serão dirimidas no foro do domicílio do Segurado.

20. DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. A aceitação da Proposta está sujeita à análise do risco.

20.2. A Apólice e eventuais Endossos terão seu início e término de vigência às 24hs00min das datas para tal fim neles indicadas.

20.3. O registro do produto é automático e não representa aprovação ou recomendação por parte da SUSEP.

20.4. O Segurado poderá consultar a situação cadastral do corretor de seguros e da Seguradora no sítio eletrônico www.susep.gov.br.



As Partes qualificadas nas Especificações desta Apólice estão de acordo com as presentes condições contratuais, as quais refletem os termos e condições negociados entre Seguradora e Tomador.





Emissão de certidões



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

COORDENAÇÃO-GERAL DE REGISTROS E
AUTORIZAÇÕESCERTIDÃO DE ADMINISTRADORES

Certificamos que a AVLA SEGUROS BRASIL S.A., com sede na cidade SÃO PAULO, CNPJ 41182665000140, possui os seguintes diretores:

Nome	Cargo
ANDRÉ LUIZ BERTOLINO	Diretor
FELIPPE KAC ASTRACHAN	Presidente
RAIMUNDO JOSÉ PEREZ LARRONDO	Diretor

Código da Certidão: **CA02071_19052026_214011_401**

Esta certidão é válida por 30 (trinta) dias, a contar da data de emissão.

000021

Rio de Janeiro, 19 de Maio de 2026.

SUSEP - Superintendência de Seguros Privados

Avaliar o Serviço




000022

PREFEITURA DE NOVA FRIBURGO
Secretaria de Serviços e Equipamentos Públicos

APÊNDICE 7
PROCURAÇÃO

À COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

Ref.: EDITAL Concorrência Presencial nº 15/2026

Rio de Janeiro, 19 de maio de 2025.

Prezados Senhores,

Pelo presente instrumento de mandato, O **CONSÓRCIO NOVA LUZ FRIBURGO**, doravante denominada "Outorgante", nomeia e constitui seus bastantes procuradores, a **NECTON INVESTIMENTOS SP – filial da BTG PACTUAL PARTICIPANTE DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A**, sociedade corretora/distribuidora com sede na Cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima 1.355, 22º andar, inscrita no CNPJ sob o nº. 43.815.158/0008-07, representada pelo Sr. Jose Henrique Sapag Arvelos, Cpf 445.550.081-20, doravante denominada de Corretora Credenciada; para, em conjunto ou isoladamente, independentemente da ordem de nomeação, praticar os seguintes atos na República Federativa do Brasil, em Juízo e fora dele:

1. Representar a Outorgante perante quaisquer entidades, órgãos ou departamentos governamentais, sociedades abertas ou fechadas e quaisquer agências governamentais, incluindo a Secretaria de Serviços Públicos, para estabelecer e manter entendimentos com referidas entidades públicas, agências, órgãos ou departamentos, para receber citação e notificação de qualquer natureza, para requerer e/ou promover consultas, para requerer certificados e outros documentos, para interpor recursos e renunciar a este direito e para praticar os atos necessários durante a realização do certame licitatório descrito no Edital de Concessão administrativa para prestação dos serviços de iluminação pública no Município de Nova Friburgo / RJ, inclusive para interpor recursos e renunciar ao direito de interpor recursos;

2. Assumir compromissos e/ou obrigações em nome da Outorgante e de qualquer forma contratar, fazer acordos, dar e receber quitação em nome da Outorgante;
3. Representar a Outorgante na defesa de seus interesses em Juízo, em qualquer instância e perante qualquer Juízo ou Tribunal, inclusive mediante a contratação de advogados, com poderes especiais para confessar, transigir, desistir, fazer acordos, dar e receber quitação; e
4. A seu critério, substabelecer, no todo ou em parte, com reserva de poderes, qualquer dos poderes aqui conferidos, nas condições que julgar ou que julgarem apropriadas.

Esta procuração tem prazo de 18 meses.

Rio de Janeiro, 19 de maio de 2025.



Documento assinado digitalmente

GERALDO LUIS CHAVES GUEDES

Data: 20/05/2026 08:37:51-0300

Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

GERALDO LUIS CHAVES GUEDES
CPF: 723.615.497-00



CONTRATO DE INTERMEDIÇÃO PROPONENTE E PARTICIPANTE CREDENCIADA

São Paulo, 18 de maio de 2026

À B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO

EDITAL DE CONCESSÃO [●]/[●]

CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 14/2026

Outorga de Concessão Administrativa, com a finalidade de selecionar a melhor proposta para a delegação dos SERVIÇOS de ILUMINAÇÃO PÚBLICA do MUNICÍPIO, incluídos a instalação, melhoramento, desenvolvimento, modernização, expansão, eficientização energética, operação e manutenção da REDE MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

Na melhor forma de direito, as partes:

NECTON INVESTIMENTOS SP – filial da BTG PACTUAL PARTICIPANTE DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A, sociedade corretora/distribuidora com sede na Cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima 1.355, 22º andar, inscrita no CNPJ sob o nº. 43.815.158/0008-07, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, doravante denominada de Corretora Credenciada;

e

Consórcio NOVA LUZ FRIBURGO, representado pela empresa líder do Consórcio: **ILUMISUL SOLUÇÕES URBANAS E LUMINOTÉCNICA LTDA** com sede na Avenida Braz de Pina, 38, sala 202, Penha, Rio de Janeiro/RJ, 21.070-032, inscrita no CNPJ/MF nº 12.917.918/0001-89, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, doravante denominada PROPONENTE;

RESOLVEM celebrar o presente contrato para intermediação por PARTICIPANTE CREDENCIADA na participação da PROPONENTE na LICITAÇÃO, nos atos praticados sob assessoria da B3aoPODER CONCEDENTE, nos termos do EDITAL e do MANUAL DE PROCEDIMENTOS DA B3.

1. A PROPONENTE e PARTICIPANTE CREDENCIADA declaram conhecer, acatar e adimplir, sem ressalvas, todos os termos, normas, obrigações, condições, formas e prazos dos documentos relativos à LICITAÇÃO, os quais, para todos os fins, são parte integrante deste Contrato, e, portanto, permitem a adoção dos mesmos significados das expressões:

000025

- EDITAL e MANUAL DE PROCEDIMENTOS DA B3;
- Documentos e alterações expedidas pela COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO;
- Toda e qualquer documentação que vier a ocorrer comunicada, divulgada ou publicada no âmbito da LICITAÇÃO; e
- Subsidiariamente, as normas e procedimentos da B3 relativas a Leilões em geral.

2. Se comprometem a entregar, a PROPONENTE à PARTICIPANTE CREDENCIADA, e a PARTICIPANTE CREDENCIADA à COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO, na ou à B3, conforme documentos e prazos da LICITAÇÃO:

- GARANTIA DE PROPOSTA;
- Envelopes 1, 2 e 3;
- Remuneração da B3, se assim acordado entre as partes.

3. A PARTICIPANTE CREDENCIADA indica desde já, neste ato, os seguintes operadores para atuarem nas SESSÕES PÚBLICAS da LICITAÇÃO:

- Operador principal: José Henrique Sapag Arvelos, inscrito no CPF nº 445.550.081-20; e
- Operador contingência: Marcelo Tadeu Donnici Magri, inscrito no CPF 130.116.618-98.

3.1. É permitida a substituição ou inclusão de operadores para atuarem nas sessões públicas da LICITAÇÃO, independentemente de aditamento do presente contrato.

3.2. A credencial do operador da PARTICIPANTE CREDENCIADA deverá ser retirada, 30 (trinta) minutos antes do início da SESSÃO PÚBLICA de abertura das PROPOSTAS COMERCIAIS, junto do DIRETOR DA SESSÃO. Ao término da sessão pública de abertura das PROPOSTAS COMERCIAIS, a credencial deve ser devolvida no mesmo local em que foi retirada.

4. A PARTICIPANTE CREDENCIADA fica, desde já, obrigada como responsável e principal pagadora da remuneração da B3, nos termos do EDITAL e MANUAL DE PROCEDIMENTOS DA B3.

5. A taxa de corretagem devida pela PROPONENTE à PARTICIPANTE CREDENCIADA, para a realização da intermediação, objeto deste Contrato, é livremente pactuada entre as partes em R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais).

5.1. Como forma de pagamento as Partes ajustam que o valor constante na Cláusula 5 acima, será pago em parcela única, em até 30 (trinta) dias após a realização da sessão que ocorrerá no dia 28/05/2026, a serem pagos na conta a seguir:



000026

Razão Social: **NECTON INVESTIMENTOS SP – filial da BTG PACTUAL CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A**

CNPJ: 43.815.158/0008-07

Banco: Banco BTG (208-9)

Agência:0001

Conta: 378.613-6

5.2. Mesmo que, porventura, a PROPONENTE venha a não participar do Leilão acima por quaisquer motivos, seja por desistência, por ausência de garantias, por não atender os requisitos do edital deste Leilão, entre outros, será devida a remuneração acordada no item 5 acima.

5.3. Caso haja qualquer atraso na prévia emissão de recibo por parte da PARTICIPANTE CREDENCIADA, por sua exclusiva culpa, o prazo final para pagamento será estendido proporcionalmente ao atraso constatado.

5.4. Adicionalmente a taxa de corretagem, a PROPONENTE se obriga a transferir em tempo hábil para a PARTICIPANTE CREDENCIADA o valor referente à remuneração devida à B3, o qual deverá impreterivelmente ser quitado na data estipulada, conforme Formal Compromisso de Pagamento da Remuneração devida à B3 firmado pela PARTICIPANTE CREDENCIADA.

5.5. O valor pactuado na cláusula 5 tem natureza de *pró-labore* será paga na forma do presente Contrato. Qualquer custo que a PARTICIPANTE CREDENCIADA tenha no âmbito do cumprimento de suas obrigações contratuais em prol da PROPONENTE (incluindo, mas não se limitando à remuneração devida à B3, custos cartorários, cópias, emolumentos e autenticações) serão devidas por esta última, independentemente do valor da remuneração estipulado na Cláusula 5, que ficará obrigada a ressarcir a PARTICIPANTE CREDENCIADA em até 5 (cinco) dias após devidamente cobrada.

6. A PARTICIPANTE CREDENCIADA não se responsabiliza pela não inclusão da PROPONENTE na lista de aptos e/ou habilitados para a Licitação, a ser comunicada diretamente pela COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO.

7. A PROPONENTE reconhece e autoriza o bloqueio compulsório e/ou a execução, pelo PODER CONCEDENTE, COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO e/ou B3, de ativos aceitos como GARANTIA DE PROPOSTA, de acordo com o EDITAL e no MANUAL DE PROCEDIMENTOS DA B3.

8. A execução de GARANTIA DE PROPOSTA será feita mediante alienação, prática, ato, forma, modo, inclusive extrajudicial, que for mais eficaz para obtenção dos recursos necessários ao bom adimplemento das obrigações contraídas pela PROPONENTE em virtude de sua participação na LICITAÇÃO.

000027

9. A PROPONENTE, por este instrumento, outorga em caráter irrevogável e irretratável à PARTICIPANTE CREDENCIADA, poderes especiais para representá-la perante a B3, as demais PROPONENTES, instituições bancárias ou não, Banco Central do Brasil, entre outras entidades públicas ou sistemas centralizados ou de custódia, a fim de exercer todos os direitos e assumir todas as obrigações decorrentes da LICITAÇÃO que por sua conta e ordem deverão ser adimplidas na forma deste Contrato, do EDITAL e do MANUAL DE PROCEDIMENTOS DAB3, podendo, para tanto, instruir documentos pertinentes à operação e ao procedimento de sua liquidação financeira de todo e qualquer ativo utilizado como meio de pagamento ou garantia, acordar, transferir, receber e dar quitação, firmar compromissos, emitir, sacar e assinar títulos e documentos em nome da PROPONENTE, bem como transigir e praticar todos os demais atos necessários à utilização de GARANTIA DA PROPOSTA, nos termos do EDITAL e do MANUAL DE PROCEDIMENTOS DA B3, ficando, por fim, outorgado e sem reservas à B3 idênticos poderes conferidos à PARTICIPANTE CREDENCIADA, independentemente da ordem de nomeação supra, para, por conta e ordem da COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO e do PODER CONCEDENTE, praticar os atos necessários e relativos à promoção, administração, compensação e liquidação dos meios de pagamento e garantias que a qualquer título lhe forem entregues, nos termos do EDITAL e do MANUAL DE PROCEDIMENTOS DA B3.

10. O presente Contrato vigorará até a ocorrência de ambos os eventos:

- retirada de GARANTIA DE PROPOSTA pela PARTICIPANTE CREDENCIADA da B3 e devolução à PROPONENTE; e
- até que a B3 confirme o recebimento de sua remuneração.

10.1. A rescisão deste Contrato pelas partes resguarda-o como válido e produz todos os seus efeitos sobre as obrigações pendentes até que sejam devidamente quitadas.

11. Toda e qualquer omissão ou tolerância das partes em relação aos direitos e obrigações decorrentes deste Contrato, não importará, salvo disposição expressa em contrário, em renúncia a tais direitos, nem se constituirá em alteração ou novação ao presente Contrato.

12. O presente Contrato obriga, também, a todos os herdeiros e sucessores das partes.

13. A PARTICIPANTE CREDENCIADA se compromete a manter sigilo quanto à identificação e informações relativas à PROPONENTE, apenas revelando-as à B3, à COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO e ao PODER CONCEDENTE, na forma e para os fins deste Contrato.



000028

13.1. A PARTICIPANTE CREDENCIADA não possui acesso ao conteúdo da documentação da PROPONENTE entregue à B3 e/ou de informações relativas a preços, conteúdo das propostas, decisões estratégicas da PROPONENTE, com exceção de informações que lhe forem prestadas pela PROPONENTE em relação aos lances a serem ofertados em nome e sob demanda desta última durante etapa de viva-voz, caso aplicável, sendo que atuação da PARTICIPANTE CREDENCIADA ocorre de forma única e exclusiva como instituição corretora contratada para a intermediação dos atos do leilão perante a B3 S.A, nos termos do Edital e Manual de Instruções do Leilão e do objeto deste Contrato.

13.2. As Partes comprometem-se a zelar pela Privacidade e Proteção dos Dados Pessoais tratando os dados coletados de modo compatível com as finalidades para os quais tenham sido coletados originariamente no contexto do presente Contrato, em consonância com o regime legal de proteção de dados pessoais em especial a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD).

13.3. A PROPONENTE se compromete a assumir todos os encargos de eventuais demandas administrativas e/ou judiciais, assim como solicitar a imediata exclusão do polo passivo, a qual a PARTICIPANTE CREDENCIADA seja incluída como parte, relacionados aos serviços ora contratados através do presente instrumento, originariamente ou vinculadas por prevenção, conexão ou continência. Para tanto, a PROPONENTE disponibilizará seu Departamento Jurídico a disposição da PARTICIPANTE CREDENCIADA para o devido acompanhamento do processo em tramite até o seu final, sem qualquer ônus.

13.4. A PROPONENTE desde já concorda, de forma ampla, a indenizar e isentar a PARTICIPANTE CREDENCIADA e seus profissionais de quaisquer reclamações, prejuízos, passivos, custos e despesas relacionados, direta ou indiretamente, com os serviços prestados nos termos deste Contrato. Adicionalmente, a PROPONENTE obriga-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar e resguardar a PARTICIPANTE CREDENCIADA, seus controladores, afiliadas ou os respectivos administradores, empregados e/ou prepostos por prejuízo, dano ou perda que venha a sofrer decorrente e/ou relacionado com o presente Contrato, exceto na hipótese de tal prejuízo, dano ou perda ter sido causado comprovadamente por dolo dos profissionais da PARTICIPANTE CREDENCIADA, conforme decisão judicial transitada em julgado proferida por autoridade competente.

13.5. A PARTICIPANTE CREDENCIADA ou quaisquer de seus profissionais desde já concordam em indenizar a PROPONENTE, ou qualquer de suas afiliadas, apenas na hipótese comprovada de dolo por parte da PARTICIPANTE CREDENCIADA, conforme decisão judicial proferida por autoridade competente. Tal indenização fica limitada aos danos diretos comprovados e efetivamente causados pelo dolo da PARTICIPANTE CREDENCIADA e limitada ao valor da corretagem recebidos pela PARTICIPANTE CREDENCIADA até o momento da indenização, nos termos da cláusula 5 acima.

14. A PROPONENTE se compromete a comunicar expressamente à PARTICIPANTE CREDENCIADA qualquer alteração de suas condições ou informações, para a atuação desta e considerado o devido enquadramento e observância das condições de participação na LICITAÇÃO, junto à B3, à COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO e ao PODER CONCEDENTE.

15. Fica eleito o foro da cidade de São Paulo como o competente para dirimir as dúvidas supervenientes, ressalvado a opção da PARTICIPANTE CREDENCIADA, quando autora da ação, de ajuizá-la no domicílio da PROPONENTE, se este for diverso do dela.

16. As dúvidas e controvérsias advindas deste Contrato serão dirimidas pela B3, ouvida a COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO, previamente a eventual interpelação judicial, feita por qualquer das partes.

E por estarem as partes contratantes no mais absoluto acordo e entendimento, assinam o presente instrumento em [preencher com a quantidade de vias negociadas entre as partes, considerando as necessárias na documentação da Licitação] vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas, para que se produzam todos os seus efeitos e fins.

Assinaturas dos representantes legais da PROPONENTE

ILUMISUL SOLUÇÕES URBANAS E LUMINOTÉCNICA LTDA -CNPJ.:12.917.918/0001-89
Lider do Consórcio Nova Luz Friburgo

NECTON INVESTIMENTOS SP – filial da BTG PACTUAL CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A

Testemunhas:

Nome:
RG:

Nome:
RG:



Minuta - Contrato de Intermediação Necton - Leilão PPP Nova Friburgo - 20260519.docx

Documento número #c84af319-46cc-4d0e-84ad-e85b28a2c0e5

Hash do documento original (SHA256): 2275308a2f7fe0eb92db8e9c46daa255f2e8d17a8f5742b139a9bc973adba4a4

Hash do PAdES (SHA256): ea58318ca5c15bfe318fea85ebe5dca3546d1f5fae59714ece05f60c97bd0515

Assinaturas**Ralf Berger**

CPF: 093.545.448-94

Assinou em 19 mai 2026 às 17:54:06

Emitido por AC VALID RFB v5- com Certificado Digital ICP-Brasil válido até 30 mai 2026

**Elias Matheus**

CPF: 076.055.028-00

Assinou em 19 mai 2026 às 18:05:10

Emitido por AC VALID RFB v5- com Certificado Digital ICP-Brasil válido até 05 jan 2027

**Reinaldo Garcia Adao**

CPF: 092.052.267-00

Assinou como testemunha em 19 mai 2026 às 19:10:45

Emitido por AC VALID RFB v5- com Certificado Digital ICP-Brasil válido até 12 jan 2027

**Geraldo Luis Chaves Guedes**

CPF: 723.615.497-00

Assinou em 19 mai 2026 às 20:07:34

Emitido por AC SyngularID Multipla- com Certificado Digital ICP-Brasil válido até 04 mai 2027

**Glaukia Lima**

CPF: 037.903.974-58

Assinou como testemunha em 19 mai 2026 às 19:30:10

Emitido por AC VALID RFB v5- com Certificado Digital ICP-Brasil válido até 16 jul 2026

Log

- 19 mai 2026, 17:26:42 Operador com email Larissa.Benato@btgpactual.com na Conta 1f498d43-e15c-417b-a922-84fbe016e721 criou este documento número c84af319-46cc-4d0e-84ad-e85b28a2c0e5. Data limite para assinatura do documento: 18 de junho de 2026 (17:26). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.
- 19 mai 2026, 17:39:59 Operador com email Larissa.Benato@btgpactual.com na Conta 1f498d43-e15c-417b-a922-84fbe016e721 adicionou à Lista de Assinatura: Ralf.Berger@necten.com.br para assinar, via E-mail.
- Pontos de autenticação: Certificado Digital; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Ralf Berger e CPF 093.545.448-94.
- 19 mai 2026, 17:39:59 Operador com email Larissa.Benato@btgpactual.com na Conta 1f498d43-e15c-417b-a922-84fbe016e721 adicionou à Lista de Assinatura: elias.matheus@necten.com.br para assinar, via E-mail.
- Pontos de autenticação: Certificado Digital; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Elias Matheus e CPF 076.055.028-00.
- 19 mai 2026, 17:39:59 Operador com email Larissa.Benato@btgpactual.com na Conta 1f498d43-e15c-417b-a922-84fbe016e721 adicionou à Lista de Assinatura: geraldoguedes@ilumisul.com para assinar, via E-mail.
- Pontos de autenticação: Certificado Digital; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Geraldo Luis Chaves Guedes.
- 19 mai 2026, 17:39:59 Operador com email Larissa.Benato@btgpactual.com na Conta 1f498d43-e15c-417b-a922-84fbe016e721 adicionou à Lista de Assinatura: Glaukia.Lima@btgpactual.com para assinar como testemunha, via E-mail.
- Pontos de autenticação: Certificado Digital; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Glaukia Lima.
- 19 mai 2026, 17:39:59 Operador com email Larissa.Benato@btgpactual.com na Conta 1f498d43-e15c-417b-a922-84fbe016e721 adicionou à Lista de Assinatura: reinaldo.adao@btgpactual.com para assinar como testemunha, via E-mail.
- Pontos de autenticação: Certificado Digital; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Reinaldo Garcia Adao e CPF 092.052.267-00.
- 19 mai 2026, 17:54:06 Ralf Berger assinou. Pontos de autenticação: certificado digital, tipo A1 e-cpf. CPF informado: 093.545.448-94. IP: 162.10.242.73. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -23.56964301877187 e longitude -46.6914821918657. URL para abrir a localização no mapa: <https://app.clicksign.com/location>. Componente de assinatura versão 1.1445.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 19 mai 2026, 18:05:10 Elias Matheus assinou. Pontos de autenticação: certificado digital, tipo A1 e-cpf. CPF informado: 076.055.028-00. IP: 162.10.244.93. Componente de assinatura versão 1.1445.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 19 mai 2026, 19:10:45 Reinaldo Garcia Adao assinou como testemunha. Pontos de autenticação: certificado digital, tipo A1 e-cpf. CPF informado: 092.052.267-00. IP: 162.10.244.92. Componente de assinatura versão 1.1445.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.

19 mai 2026, 19:15:12 Operador com email Larissa.Benato@btgpactual.com na Conta 1f498d43-e15c-417b-a922-84fbe016e721 fez alteração em Glaukia.Lima@btgpactual.com:
OL-Documentacao-Societario@btgpactual.com para assinar como testemunha

19 mai 2026, 19:30:10 Glaukia Lima assinou como testemunha. Pontos de autenticação: certificado digital, tipo A1 e-cpf. CPF informado: 037.903.974-58. IP: 162.10.244.92. Componente de assinatura versão 1.1445.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.

19 mai 2026, 20:07:34 Geraldo Luis Chaves Guedes assinou. Pontos de autenticação: certificado digital, tipo A1 e-cpf. CPF informado: 723.615.497-00. IP: 179.148.109.218. Componente de assinatura versão 1.1445.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.

19 mai 2026, 20:07:35 Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número c84af319-46cc-4d0e-84ad-e85b28a2c0e5.



Documento assinado com validade jurídica.

Para conferir a validade, acesse <https://www.clicksign.com/validador> e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.

As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº c84af319-46cc-4d0e-84ad-e85b28a2c0e5, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em www.clicksign.com.

TERMO DE COMPROMISSO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DE CONSÓRCIO

Pelo presente instrumento particular, ajustam entre si a constituição do **CONSÓRCIO NOVA LUZ FRIBURGO**, as seguintes empresas:

- **ILUMISUL SOLUÇÕES URBANAS E LUMINOTÉCNICA LTDA**, com sede na Cidade de Rio de Janeiro, Estado de RJ, à Avenida Bráz de Pina nº 38/202, Bairro Penha, inscrita no CNPJ sob o nº 12.917.918/0001-89, neste ato representada por GERALDO LUIS CHAVES GUEDES, RG nº 04.421.195-1 (DETRAN/RJ), CPF nº 723.615.497-00; e-mail: geraldoguedes@ilumisul.com ;
- **FORTNORT DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E URBANO LTDA**, com sede na Cidade de Santos, Estado de SP, à Avenida Ana Costa nº 416/81, Bairro Gonzaga, inscrita no CNPJ sob o nº 00.900.846/0001-88, neste ato representada por CAIO MARCO DE STEFANO; RG 21.516.821-5 SSP/SP e CFP 246.595.058-47; e-mail: caiomarco.ft@gmail.com
- **JERICOACOARA PARTICIPAÇÕES E CONSULTORIA LTDA**, com sede na cidade de São Paulo, Estado de SP, à Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 1572/1022, Bairro Jardim Paulistano, inscrita no CNPJ sob o nº 53.167.603/0001-49, neste ato representada por ANDRE ARCOVERDE DE ALBUQUERQUE CAVALCANTI; RG 522.5452-1 IFP; CPF 742.383.107-72 e e-mail: aarcoverde@uol.com.br
- **SEVEN ENGENHARIA E CONSULTORIA ELÉTRICA LTDA**, com sede na Rua Tolentino Filgueiras, 98 salas 13 e 13- Bairro Gonzaga - Santos -SP. CEP 11060-970, inscrita no CNPJ sob o nº. 29.663.701/0001-92, neste ato representada por EDSON JOSÉ LOPES DAS NEVES, RG 9.072.645-5; CPF 003.355.048-41; e e-mail: diretoria@seven-engenharia.com.

Nos termos e condições que seguem:

CONCEITOS.

CLÁUSULA PRIMEIRA. No presente instrumento os termos abaixo terão os seguintes conceitos:

CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 15/2026: Outorga de Concessão Administrativa, com a finalidade de selecionar a melhor proposta para a delegação dos SERVIÇOS de ILUMINAÇÃO PÚBLICA do MUNICÍPIO de NOVA FRIBURGO, incluídos a instalação, melhoramento, desenvolvimento, modernização, expansão, eficientização energética, operação e manutenção da REDE MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

CONSÓRCIO: Convenção entre as partes signatárias objetivando participar do certame licitatório que se seguir para executar o objeto do contrato.

000034

CONTRATO: Contrato administrativo a ser firmado com o órgão público, caso o Consórcio saia-se vitorioso na concorrência.

EDITAL: Ato escrito oficial, anunciando publicamente a concorrência.

EMPRESA LÍDER: ILUMISUL SOLUÇÕES URBANAS E LUMINOTÉCNICA LTDA, acima qualificada.

INSTRUMENTO: O presente contrato.

OBJETO DA CONCORRÊNCIA: Outorga de Concessão Administrativa, com a finalidade de selecionar a melhor proposta para a delegação dos SERVIÇOS de ILUMINAÇÃO PÚBLICA do MUNICÍPIO, incluídos a instalação, melhoramento, desenvolvimento, modernização, expansão, eficiência energética, operação e manutenção da REDE MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

ÓRGÃO LICITANTE: PREFEITURA DE NOVA FRIBURGO/RJ

SEDE E FORO DO CONSÓRCIO: Município de Rio de Janeiro/RJ.

RAZÕES DO PRESENTE.

CLÁUSULA SEGUNDA. O Órgão Licitante publicou o Edital de Concorrência Pública, tendo por objeto a Contratação de Parceria Público Privada, na modalidade Concessão Administrativa, para prestação dos serviços de Iluminação Pública no Município de Nova Friburgo/RJ, incluídos a implantação, a instalação, a recuperação, a modernização, o melhoramento, a eficiência energética, a expansão, a operação e a manutenção da rede municipal de Iluminação Pública, sendo de interesse das signatárias a participação em conjunto da licitação supra referida e, bem assim, a execução do respectivo objeto, torna-se necessário firmar o presente instrumento visando constituir o Consórcio.

COMPROMISSO DE CONSTITUIÇÃO DE CONSÓRCIO.

CLÁUSULA TERCEIRA. Pelo presente instrumento particular, que as partes firmam para comprometer-se constituir o consórcio, que se regerá pelas disposições abaixo, com finalidade específica de executar o objeto referente à Contratação de Concessão administrativa para prestação dos serviços de Iluminação Pública no Município de Nova Friburgo/RJ, incluídos a implantação, a instalação, a recuperação, a modernização, o melhoramento, a eficiência energética, a expansão, a operação e a manutenção da rede municipal de Iluminação Pública, que fazem parte integrante deste Edital de Concorrência Presencial nº 15/2026.

000035



Igualmente, a obrigação quanto à futura constituição da SPE, que deverá refletir a participação de cada CONSORCIADA na composição acionária da SPE.

Outrossim, os termos aqui empregados têm as mesmas definições dadas no edital.

DESIGNAÇÃO.

CLÁUSULA QUARTA. O Consórcio não se constitui, nem se constituirá, em pessoa jurídica distinta da de seus integrantes, que se manterão em exclusiva cooperação. O consórcio não adotará denominação própria diferente de seus integrantes e terá, para fins de distinção, a denominação **CONSÓRCIO NOVA LUZ FRIBURGO**.

CLÁUSULA QUINTA. O objeto do Consórcio será restrito ao objeto da concorrência, nos termos e condições fixadas no edital. Será observado, mais, tudo quanto for exigido no edital, citando-se, mas não se restringindo, às exigências abaixo mencionadas.

Parágrafo Primeiro. Todas as Consorciadas participarão nos aportes de capital do consórcio, necessários à execução do contrato, na proporção de suas participações.

Parágrafo Segundo. Durante a vigência do Consórcio, as Consorciadas deverão obedecer às normas do edital, do contrato e o pactuado neste, salvo se qualquer cláusula ou condição vier a ser considerada inválida ou inexecutável nos termos da legislação brasileira.

Parágrafo Terceiro. Acham-se implícitas, na consecução deste instrumento, a elaboração e apresentação de propostas, participação, habilitação e a prática de quaisquer atos visando à contratação do Consórcio.

Parágrafo Quarto. As partes declaram que não participam, e, estando este em vigor, não participarão da mesma concorrência de outra forma, que não no presente Consórcio (seja isoladamente, seja em consórcio, seja através de interposta pessoa). Declaram, mais, que nenhum profissional de seus quadros participa ou participará em mais de uma empresa ou em mais de um consórcio para o presente certame.

DURAÇÃO, ENDEREÇO E FORO.

CLÁUSULA SEXTA. A duração do Consórcio coincidirá com o prazo de vigência e conclusão do objeto licitado, até a sua aceitação definitiva, acrescido de 06 (seis) meses, e somente se extinguirá após o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais e mediante expressa anuência da PREFEITURA DE NOVA FRIBURGO/RJ.

Parágrafo Primeiro. O Consórcio terá sua sede e foro onde conceituado como Sede e Foro, na Cláusula Primeira deste instrumento.

000036



Parágrafo Segundo. Em que pese o disposto no "caput" desta cláusula, reputar-se-á dissolvido o consórcio 30 (trinta) dias após a ocorrência de qualquer das seguintes hipóteses:

- a) – Se o Órgão Licitante, depois de esgotados os recursos administrativos ou judiciais que eventualmente as partes Consorciadas ou terceiros interponha, adjudicar, definitivamente, o objeto da concorrência a outro licitante;
- b) – No caso de cancelamento da concorrência, sem que haja recurso;
- c) – Por decisão unânime das empresas Consorciadas, caso considerem a proposta comercial inexequível ou de rentabilidade insuficiente, o que só poderá ocorrer antes da entrega dos envelopes contendo a proposta comercial;
- d) – Quando for completado o prazo previsto para sua duração.

Parágrafo Terceiro. Sagrando-se vencedor o consórcio, seus componentes, infra-assinados, desde já, comprometem-se a firmar todos os documentos exigidos no edital e no contrato, assumindo todas as obrigações e compromissos constantes no edital ou no contrato.

DEFINIÇÕES DE OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES E PRESTAÇÕES ESPECÍFICAS.

CLÁUSULA SÉTIMA. As obrigações e responsabilidades das Consorciadas são as abaixo arroladas, além de outras previstas em lei, neste contrato ou no edital.

Parágrafo Primeiro. A participação de cada Consorciada no consórcio será a seguinte:

1. ILUMISUL (38%) (Trinta e oito por cento)

- Liderança do Consórcio;
- Qualificação Técnica Operacional e Profissional
- Operação, Gestão e Manutenção das UNIDADES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA;
 - Manutenção Preventiva; Corretiva; Preditiva;
 - Implantação e Operação do Centro de Controle Operacional - CCO;
 - Gestão de Materiais, Recursos Humanos, Veículos e Equipamentos
- Modernização e Eficientização das UNIDADES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA;
- Implantação do SISTEMA DE TELEGESTÃO nas Vias com Telegestão;
- Serviços complementares:
 - Atualização do Cadastro Georeferenciado de UNIDADES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA;
 - Projetos Elétricos e Luminotécnicos para Modernização e Expansão das UNIDADES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA.
- Iluminação Especial de Destaque.

000037



2. JERICOACOARA 28% (Vinte e oito por cento)

- Aquisição de insumos materiais,
- Planejamento e gestão do Plano de Negócios
- Viabilização de financiamento (*funding*) para o Empreendimento

3. FORTNORT (20%) (Vinte por cento)

- Qualificação Técnica, conforme o item 14.2.4.2.
- Qualificação Técnica Operacional e Profissional
- Executará os itens de sua especialidade, abaixo listados:
- Operação, Gestão e Manutenção das UNIDADES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA;
 - Manutenção Preventiva; Corretiva; Preditiva;
 - Implantação e Operação do Centro de Controle Operacional - CCO;
 - Gestão de Materiais, Recursos Humanos, Veículos e Equipamentos
- Modernização e Eficientização das UNIDADES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA;
- Implantação do SISTEMA DE TELEGESTÃO nas Vias com Telegestão;
- Serviços complementares:
 - Atualização do Cadastro Georeferenciado de UNIDADES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA;
 - Projetos Elétricos e Luminotécnicos para Modernização e Expansão das UNIDADES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA.
- Iluminação Especial de Destaque.

4. SEVEN 14% (Quatorze por cento)

- Qualificação Técnica Operacional e Profissional
- Operação, Gestão e Manutenção das UNIDADES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA;
 - Manutenção Preventiva; Corretiva; Preditiva;
 - Implantação e Operação do Centro de Controle Operacional - CCO;
 - Gestão de Materiais, Recursos Humanos, Veículos e Equipamentos
- Modernização e Eficientização das UNIDADES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA;
- Implantação do SISTEMA DE TELEGESTÃO nas Vias com Telegestão;
- Serviços complementares:
 - Atualização do Cadastro Georeferenciado de UNIDADES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA;
 - Projetos Elétricos e Luminotécnicos para Modernização e Expansão das UNIDADES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA.
- Iluminação Especial de Destaque.

Parágrafo Segundo. As Consorciadas assumem junto ao Órgão Licitante o compromisso expresso de responsabilidade solidária pelos atos praticados por qualquer delas, tanto na fase de licitação quanto de execução do contrato dela eventualmente decorrente, pelo prazo de duração do Consórcio, respeitado o estabelecido na Cláusula Sexta.

000038



Parágrafo Terceiro. As partes assinarão, como anuentes, o contrato e solidariamente junto ao Órgão Licitante como responsáveis por todas as obrigações do Consórcio.

Parágrafo Quarto. Cada parte assume o compromisso de responder, isolada e solidariamente, junto ao Órgão Licitante por todas as exigências pertinentes ao objeto da licitação pelo prazo de duração do Consórcio respeitado o estabelecido no item 9.1, do edital, bem como as obrigações de ordem fiscal e administrativa.

Parágrafo Quinto. É designada como líder do Consórcio a empresa mencionada nos conceitos da Cláusula Primeira como empresa líder, ficando ela autorizada a apresentar e firmar os documentos exigidos pelo edital, bem como ficando autorizada a assumir todas as responsabilidades, bem como receber instruções, requerer, transferir, receber, dar quitação e representar o consórcio em todas as fases do presente procedimento licitatório, podendo, inclusive, interpor e desistir de recurso, firmar contrato e praticar todos os atos necessários para a perfeita execução do objeto licitado, em nome das empresas Consorciadas junto à PREFEITURA DE NOVA FRIBURGO/RJ.

Parágrafo Sexto. Cada Consorciada arcará com os resultados e prejuízos no âmbito de suas responsabilidades definidas no parágrafo primeiro da cláusula sétima.

Parágrafo Sétimo. As Consorciadas deverão prestar recíproca colaboração em todos os campos, de forma a obter a integração dos serviços e bom desempenho na consecução do presente.

Parágrafo Oitavo. No âmbito interno do Consórcio, cada Consorciada será representada por qualquer de seus respectivos representantes legais ou por quem assim o designarem.

Parágrafo Nono. Todas as Consorciadas ficam obrigadas a participar do processo licitatório até seu final, salvo o disposto na Cláusula Sexta, Parágrafo Segundo, letra "c" deste instrumento.

Parágrafo Décimo. Ao Consórcio serão aplicadas as normas do Órgão Licitante e do edital e as tratadas neste termo.

Parágrafo Onze. Cada Consorciada responde pela veracidade dos documentos que apresentar, respondendo pelas consequências, de ordem civil e criminal, caso tal não se verifique.

Parágrafo Doze. Nos termos do Parágrafo Primeiro desta cláusula, cada consorciada ficará responsável pela execução já estipulada de cada serviço.

000039



Parágrafo Treze: Na condição de empresa líder do Consórcio, a empresa ILUMISUL, deverá prestar contas de seus atos à outra partícipe do Consórcio sempre que solicitado, por e-mail ou carta registrada, por qualquer um deles, sendo o prazo máximo de resposta de 10 (dez) dias úteis sem prejuízo de suas responsabilidades civis e criminais.

NORMAS SOBRE RECEBIMENTO DE RECEITAS.

CLÁUSULA OITAVA. O faturamento correspondente às operações do Consórcio será efetuado por cada Consorciada, mediante a emissão de nota fiscal ou fatura própria, proporcionalmente ao estipulado no Parágrafo Primeiro da Cláusula Sétima deste Termo.

NORMAS SOBRE ADMINISTRAÇÃO DO CONSÓRCIO, CONTABILIZAÇÃO E TAXA DE ADMINISTRAÇÃO.

CLÁUSULA NONA. A administração do Consórcio será sempre efetuada pelo conselho gestor nos termos da Cláusula Décima, obedecendo-se às normas do edital.

Parágrafo Primeiro. Observar-se-á, mais, o seguinte:

O Consórcio terá contabilidade própria para escrituração de todos os aportes, despesas e custos referentes à execução do contrato. Sua escrituração será feita na contabilidade da administradora, isto é, da empresa líder, destacadamente, em livros auxiliares registrados com propósito de identificar e escriturar as operações do Consórcio. Não será cobrada taxa de administração.

Parágrafo Segundo. O Consórcio obedecerá a padrões de governança corporativa e adotará contabilidade e demonstrações financeiras padronizadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as normas expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e nas Interpretações, Orientações e Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

Parágrafo Terceiro. É designada como líder do Consórcio a empresa mencionada nos Conceitos como Empresa Líder, ficando a ela outorgada procuração pelos demais integrantes do Consórcio, conferindo-lhe poderes para apresentar e firmar os documentos exigidos pelo edital, bem como ficando autorizada a assumir todas as responsabilidades, bem como receber instruções, requerer, transferir, receber, dar quitação e representar o consórcio em todas as fases do presente procedimento licitatório, podendo, inclusive, interpor e desistir de recurso, firmar contrato e praticar todos os atos necessários para a perfeita execução do objeto licitado, em nome das empresas Consorciadas junto à PREFEITURA DE NOVA FRIBURGO/RJ.. Todas as citações e notificações que a empresa Líder receber, deverá cientificar às demais consorciadas,

000040



conforme prevê a Cláusula Quinze deste instrumento. As Consorciadas poderão nomear representantes para apresentar a proposta, acompanhar a sessão de abertura das propostas em sessão pública, bem como de todos os atos inerentes ao processo de licitação, ficando, a quem for nomeado, outorgado poderes para tal fim.

Parágrafo Terceiro. Neste ato, as Consorciadas estabelecem como representantes legais do Consórcio os Srs. GERALDO LUIS CHAVES GUEDES, RG nº 04.421.195-1 (DETRAN/RJ), CPF nº 723.615.497-00 e ANDRE ARCOVERDE DE ALBUQUERQUE CAVALCANTI, RG 522.5452-1 IFP e, CPF 742.383.107-72; já qualificados acima, os quais têm poderes para, em conjunto ou separadamente, independente da ordem de nomeação, assinar a documentação de habilitação, proposta comercial: carta proposta, planilha de preços, cronograma físico-financeiro, credenciar representantes para as sessões de entrega, abertura e julgamento da referida licitação, nomear procuradores mediante instrumento de mandato para os fins específicos aqui mencionados, assinar esclarecimentos, declarações, interpor e desistir de recursos, atas e documentos equivalentes, bem como o termo contratual e termos aditivos. Enfim, praticar os atos necessários à representação do Consórcio, independente da ordem de colação de seus nomes.

FORMA DE DELIBERAÇÃO SOBRE ASSUNTOS DE INTERESSE COMUM.

CLÁUSULA DÉCIMA. O Consórcio será administrado por um Conselho Diretor, composto por um elemento de cada Consorciada, não havendo taxa de administração.

Parágrafo Primeiro. As Consorciadas estabelecerão, de comum acordo, as diretrizes para o funcionamento do Conselho Diretor.

Parágrafo Segundo. Respeitadas as atribuições da líder, conforme estabelecido na Cláusula Sétima, as deliberações das Consorciadas, para os assuntos comuns, serão tomadas por unanimidade.

Parágrafo Terceiro. Quando a unanimidade não for obtida, o assunto será submetido às diretorias das Consorciadas para que se manifestem, buscando a unanimidade.

COMPROMISSOS.

CLÁUSULA ONZE. As partes comprometem-se a apresentar ao Órgão Licitante, antes da assinatura do contrato decorrente do processo licitatório, o instrumento definitivo de constituição do Consórcio, aprovado por quem tenha competência em cada uma das empresas para autorizar a alienação de bens do ativo fixo. Declaram que, se vencedoras da licitação, levarão o instrumento de consórcio à junta comercial do local da sede da empresa líder, ou outro órgão admitido legalmente, para registro, antes da celebração

000041



do contrato, oficializando assim o Consórcio, bem como, assumem expressamente o compromisso de efetuar a inscrição própria do Consórcio no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF).

Parágrafo Primeiro. As Consorciadas assumem, expressamente, o compromisso de, junto ao Órgão Licitante, cumprir as obrigações previstas no edital, inclusive, mas não limitadamente, fornecer ou assinar, no menor espaço de tempo possível, todos os documentos que forem necessários.

Parágrafo Segundo. As partes comprometem-se que não alterarão ou modificarão a constituição ou composição do consórcio sem prévia anuência do Órgão Licitante, até o recebimento definitivo dos serviços que vierem a ser contratados, visando manter válidas as premissas que asseguraram a habilitação do consórcio original. Comprometem-se, ainda, que o Consórcio, na fase de apresentação da proposta comercial para contratação das obras, apresentar-se-á como na fase da licitação.

IRREVOGABILIDADE E IRRETRATABILIDADE.

CLÁUSULA DOZE. O presente contrato é irrevogável e irretratável, obrigando herdeiros e sucessores.

CONFIDENCIALIDADE.

CLÁUSULA TREZE. As Consorciadas se obrigam a tratar de forma absolutamente confidencial qualquer informação recebida da outra ou por ocasião da operação objeto do contrato, salvo se forem de domínio público. Qualquer informação fornecida por qualquer das partes, concernente à preparação e execução do contrato ou a ela correlata, será utilizada unicamente para fins colimados no presente documento.

Parágrafo Primeiro. Cada Consorciada atuará de forma exclusiva para com a outra em tudo que for relacionado com o objeto deste instrumento.

Parágrafo Segundo. As Consorciadas se absterão de entrar em contato ou concluir acordos de qualquer espécie com outras pessoas, empresas ou grupo de empresas que possam ferir o caráter de exclusividade que ora estabelecem em relação aos direitos e obrigações recíprocas, neste instrumento avençado, salvo quando previamente acordado, por escrito, entre as Consorciadas. Essa exclusividade se refere única e estritamente ao certame do Processo Administrativo nº 31.926/2025 e edital nº 15/2026 da Prefeitura de Nova Friburgo/RJ.

Parágrafo Terceiro. Nenhuma Consorciada poderá participar da referida licitação isoladamente ou em sociedade com outras empresas diferentes das comprometidas

000042



neste instrumento, inclusive com empresas dos seus grupos econômicos, nem poderá, posteriormente à sua realização, se associar com outro grupo participante desta licitação, na hipótese do grupo integrado pelas Consorciadas dela não resultar vencedor.

ATESTADOS TÉCNICOS.

CLÁUSULA QUATORZE. A responsabilidade técnico-operacional será exercida pelas empresas Consorciadas, de acordo com as atividades e proporcionalidades dispostas na CLÁUSULA SÉTIMA, devendo, os engenheiros responsáveis técnicos serem indicados pelas mesmas, sem prejuízo da responsabilidade solidária perante a **PREFEITURA DE NOVA FRIBURGO/RJ**, caberá a cada Consorciada o direito de indicar o Responsável(eis) técnico(s). As Consorciadas envidarão todos os esforços para que seus respectivos indicados recebam atestado técnico envolvendo no mínimo às atividades e proporcionalidades referente a participação de cada qual no Consórcio.

COMUNICAÇÃO.

CLÁUSULA QUINZE. Todas as comunicações enviadas às Consorciadas deverão ser efetivadas aos seguintes representantes:

ILUMISUL

Sr. GERALDO LUIS CHAVES GUEDES

Fone: (21) 98697-1951

E-mail: comercial@ilumisul.com

FORTNORT

Sr. CAIO MARCO DE STEFANO

Fone: (013)99791-1310

E-mail: caiomarco.ft@gmail.com

JERICOACOARA

Sr ANDRE_ARCOVERDE DE ALBUQUERQUE CAVALCANTI

Fone: (011) 98294-4813

E-mail: aarcoverde@uol.com.br

SEVEN

Sr EDSON NEVES;

Fone ☎ (012) 99724-3778

E-mail: diretoria@seven-engenharia.com

000043



FORO.

CLÁUSULA DEZESSEIS. As partes elegem o Foro do Município do Rio de Janeiro/RJ, para dirimir eventuais questões relativas ao presente Consórcio, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou se que se torne.

E, POR ESTAREM ASSIM JUSTAS E CONTRATADAS ASSINAM AS PARTES, O PRESENTE INSTRUMENTO EM 03 (TRÊS) VIAS DE IGUAL TEOR, MAS PARA UM SÓ EFEITO, DECLARANDO EXPRESSAMENTE QUE SE RESPONSABILIZAM SOLIDARIAMENTE PELOS ATOS PRATICADOS PELO CONSÓRCIO A SER COMPOSTO.

Rio de Janeiro, 16 de maio de 2026:

Consórcio NOVA LUZ FRIBURGO

Documento assinado digitalmente
gov.br GERALDO LUIS CHAVES GUEDES
Data: 18/05/2026 15:04:36-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

GERALDO LUIS CHAVES GUEDES
ILUMISUL SOLUÇÕES URANAS E LUMINOTÉCNICA LTDA

Documento assinado digitalmente
gov.br ANDRE ARCOVERDE DE ALBUQUERQUE CAVALC
Data: 18/05/2026 19:37:31-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ANDRE_ARCOVERDE DE ALBUQUERQUE CAVALCANTI
JERICOACOARA PARTICIPAÇÕES E CONSULTORIA LTDA

Documento assinado digitalmente
gov.br CAIO MARCO DE STEFANO
Data: 18/05/2026 14:24:17-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

CAIO MARCO DE STEFANO
FORTNORT DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E URBANO LTDA

ASSINADO DIGITALMENTE POR
 Edson Jose Lopes Das
Neves
CPF: 003.355.048-41
Data: 18/05/2026 12:22 -03:00


EDSON NEVES
SEVEN ENGENHARIA E CONSULTORIA ELÉTRICA LTDA

000044





PREFEITURA DO MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

CONCORRÊNCIA PRESENCIAL N.º 15/2026

OBJETO: CONCESSÃO ADMINISTRATIVA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO/RJ.

APÊNDICE 8 – DECLARAÇÃO SOBRE OS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

À COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

Ref.: EDITAL – Declaração de Atendimento aos Critérios de Desempate

Prezados Senhores,

Em atendimento ao EDITAL, a **SEVEN ENGENHARIA E CONSULTORIA ELÉTRICA LTDA**, situada a Rua Tolentino Filgueiras, 98-salas 12 e 13-Gonzaga – Santos/SP, devidamente inscrito no CNPJ nº 29.663.701/0001-92, neste ato representado pelo Sr. EDSON JOSE LOPES DAS NEVES – SÓCIO-ADMINISTRADOR, portador da carteira de identidade nº 9.072.645-5/SSP/SP, e do CPF nº 003.355.048-41, declara, para os devidos fins, que atende aos seguintes critérios estabelecidos nos incisos do art. 60, *caput* e §1º, da LEI FEDERAL DE LICITAÇÕES:

ATENDIMENTO	CRITÉRIO
()	Desenvolvimento pela Proponente de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
()	Desenvolvimento pela Proponente de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;
()	Empresas estabelecidas no território do Estado em que a licitação é realizada;
(x)	Empresas brasileiras;



() Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

() Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

SANTOS 20 de Maio de 2026



SEVEN ENGENHARIA E CONSULTORIA ELÉTRICA LTDA
EDSON JOSE LOPES DAS NEVES-SÓCIO-ADMINISTRADOR
RG nº 9.072.645-5 SSP/SP - CPF nº 003.355.048-41

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO – RJ
SECRETARIA DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

REF.: EDITAL DE CONCORRÊNCIA PRESENCIAL N.º 15/2026

OBJETO: “OUTORGA DE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, COM A FINALIDADE DE SELECIONAR A MELHOR PROPOSTA PARA A DELEGAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO, INCLUÍDOS A INSTALAÇÃO, MELHORAMENTO, DESENVOLVIMENTO, MODERNIZAÇÃO, EXPANSÃO, EFICIENTIZAÇÃO ENERGÉTICA, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA.”

DECLARAÇÃO SOBRE OS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

Prezados Senhores,

Em atendimento ao EDITAL, a **FORTNORT DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E URBANO LTDA**, por seu representante abaixo assinado(s), declara, para os devidos fins, que atende aos seguintes critérios estabelecidos nos incisos do art. 60, *caput* e §1º, da LEI FEDERAL DE LICITAÇÕES:

Atendimento	Critério
[]	Desenvolvimento pela Proponente de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
[]	Desenvolvimento pela Proponente de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;
[]	Empresas estabelecidas no território do Estado em que a licitação é realizada;
[X]	Empresas brasileiras.
[]	Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.
[]	Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

Os termos escritos em letras maiúsculas terão os significados a eles atribuídos no EDITAL, quando não definidos de outra forma.

Santos, 20 de maio de 2026.

FORTNORT DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E URBANO LTDA.
CAIO MARCO DE STEFANO – DIRETOR
RG nº 21.516.821-5 SSP/SP - CPF nº 246.595.058-47

00.900.846/0001-8
INSCRIÇÃO ESTADUAL 112.090.236
FORTNORT DESENVOLVIMENTO
AMBIENTAL E URBANO
Av. Ana Costa, 415 - CJ. 81
CANTAGUÁ - CEP 11.060-002
SANTOS - SP

000047

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <http://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/1486-5C5C-E105-7BE6> ou vá até o site <http://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 1486-5C5C-E105-7BE6



Hash do Documento

21DC8FC48B7D2E9B7C3CB2BFC673268033CEA129C80DA3B9DEE81A2B7DE65DDD

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 15/05/2026 é(ão) :

- ☒ Caio Marco De Stefano (Signatário) - 246.595.058-47 em 15/05/2026 16:54 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital

Evidências

Geolocation: Latitude: -23.962792822801212 Longitude: -46.33235274984392 Accuracy: 81

IP: 172.16.4.2

AC: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5




000048

À PREFEITURA DE NOVA FRIBURGO

APÊNDICE 8 – DECLARAÇÃO SOBRE OS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

À COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

Ref.: EDITAL – Declaração de Atendimento aos Critérios de Desempate

Em atendimento ao EDITAL, JERICOACOARA PARTICIPACOES E CONSULTORIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 53.167.603/0001-49, com sede na Av. Brig. Faria Lima, 1572 – Sala 1022 – Jardim Paulistano, São Paulo – SP, CEP. 01.451-917, por seu representante legal, ANDRÉ ARCOVERDE DE ALBUQUERQUE CAVALCANTI, inscrito no CPF sob o nº 742.383.107-72), declara, para os devidos fins, que atende aos seguintes critérios estabelecidos nos incisos do art. 60, *caput* e §1º, da LEI FEDERAL DE LICITAÇÕES:

Atendimento	Critério
<input type="checkbox"/>	Desenvolvimento pela Proponente de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
<input type="checkbox"/>	Desenvolvimento pela Proponente de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;
<input type="checkbox"/>	Empresas estabelecidas no território do Estado em que a licitação é realizada;
<input checked="" type="checkbox"/>	Empresas brasileiras.
<input type="checkbox"/>	Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.
<input type="checkbox"/>	Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

Na hipótese de a PROPONENTE ser CONSÓRCIO, somente será possível exercer as prerrogativas referentes aos critérios de desempate se as condições forem cumpridas por todas as integrantes do CONSÓRCIO.

000049



Os termos escritos em letras maiúsculas terão os significados a eles atribuídos no EDITAL, quando não definidos de outra forma



Documento assinado digitalmente
ANDRÉ ARCOVERDE DE ALBUQUERQUE CAVALC
Data: 19/05/2026 23:02:30-0300
Verifique em <https://validar.itu.gov.br>

JERICOACOARA PARTICIPACOES E CONSULTORIA LTDA
ANDRÉ ARCOVERDE DE ALBUQUERQUE CAVALCANTI

A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized 'A' followed by a series of loops and a long horizontal stroke.

000050

PREFEITURA DE NOVA FRIBURGO
Secretaria de Serviços e Equipamentos Públicos

APÊNDICE 8

DECLARAÇÃO SOBRE OS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

À COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

Ref.: EDITAL Concorrência Presencial nº 15/2026

Declaração de Atendimento aos Critérios de Desempate

Prezados Senhores,

Em atendimento ao EDITAL, a empresa ILUMISUL SOLUÇÕES URBANAS E LUMINOTÉCNICA, por seu(s) representante(s) abaixo assinado(s), declara, para os devidos fins, que atende aos seguintes critérios estabelecidos nos incisos do art. 60, *caput* e § 1º, da LEI FEDERAL DE LICITAÇÕES:

Atendimento	Critério
<input type="checkbox"/>	Desenvolvimento pela Proponente de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
<input type="checkbox"/>	Desenvolvimento pela Proponente de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;
<input type="checkbox"/>	Empresas estabelecidas no território do Estado em que a licitação é realizada:
<input checked="" type="checkbox"/>	Empresas brasileiras.
<input type="checkbox"/>	Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.
<input type="checkbox"/>	Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.



Na hipótese de a PROPONENTE ser CONSÓRCIO, somente será possível exercer as prerrogativas referentes aos critérios de desempate se as condições forem cumpridas por todas as integrantes do CONSÓRCIO.

Os termos escritos em letras maiúsculas terão os significados a eles atribuídos no EDITAL, quando não definidos de outra forma

Rio de Janeiro, 19 de maio de 2025.

Documento assinado digitalmente
GERALDO LUIS CHAVES GUEDES
Data: 20/05/2026 01:18:35-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

GERALDO LUIS CHAVES GUEDES
CPF: 723.615.497-00

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.2.1012009-3

Tipo Jurídico

Sociedade empresária limitada

Porte Empresarial

Empresa de Pequeno Porte

Nome

TERMO DE AUTENTICAÇÃO

ILUMISUL SOLUÇÕES URBANAS E LUMINOTECNICA LTDA

Código Ato

Eventos

002

[illegible]

CERTIFICO O DEFERIMENTO POR JORGE PORTELA SOB O NÚMERO E DATA ABAIXO:

[illegible]

Deferido em 15/08/2024 e arquivado em 16/08/2024

Gabriel Oliveira de Souza Voi

SECRETÁRIO GERAL

Nº de Páginas

Capa Nº Páginas

9

1/1

Observação:

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: ILUMISUL SOLUÇÕES URBANAS E LUMINOTECNICA LTDA

NIRE: 332.1012009-3 Protocolo: 2024/00681418-6 Data do protocolo: 15/08/2024

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 16/08/2024 SOB O NÚMERO 00006400151 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 9FE8134E647F22A27B3344639F2EA76C98DBD917B5234B5C0E819FB3CB91E107

Para validar o documento acesse <https://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

000053



JUCE | **11** | **A**
assinado digitalmente

Pag. 1/9

14ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL

ILUMISUL SOLUCOES URBANAS E LUMINOTECNICA LTDA

1. **GERALDO LUIS CHAVES GUEDES** – brasileiro, natural do Estado do Rio de Janeiro, casado no regime da comunhão parcial de bens, nascido em **20/04/1960**, empresário, inscrito no **CIC** sob o nº **723.615.497-00**, portador da carteira de identidade nº **04421195-1** expedida pelo **DIC-RJ**, filho de **WALDEMAR RODRIGUES GUEDES** e de **ROZILDA CHAVES GUEDES**, residente e domiciliado nesta cidade do Rio de Janeiro na Rua Altinópolis nº 373, Praia da Bandeira, Ilha do Governador, Rio de Janeiro, RJ, CEP 21921-540.
2. **GUILHERME DE MORAIS GUEDES** – brasileiro, natural do Estado do Rio de Janeiro, solteiro, nascido em **04/01/1990**, empresário, inscrito no **CIC** sob o nº **120.349.487-42**, portador da carteira de identidade nº **22103829-2** expedida pelo **DETRAN-RJ**, filho de **GERALDO LUIS CHAVES GUEDES** e de **PATRICIA FURTADO DE MENDONÇA MORAIS**, residente e domiciliado nesta cidade do Rio de Janeiro na Avenida Braz de Pina nº 38 Apto. 202, Penha, Rio de Janeiro, RJ, CEP 21070-032.

Únicos sócios componentes da sociedade limitada com o nome de **ILUMISUL SOLUÇÕES URBANAS E LUMINOTECNICA LTDA**, estabelecida na Avenida Almirante Barroso nº 72 Pav. 3 Salas 311 a 313, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20031-001, inscrita no **CNPJ** sob o nº **12.917.918/0001-89**, tendo seu contrato social registrado e arquivado na **JUCERJA** sob o nº **3321012009-3** por despacho de **15/02/2016**, tendo iniciado as suas atividades em **08/10/2010** com registro no **RCPJ-RJ** e respectiva conversão de sociedade civil na data do arquivamento na **JUCERJA**, resolvem de comum acordo, e na melhor forma de direito, proceder a sua decima quarta alteração contratual para permitir o seguinte:

- a- Aumento do Capital Social
- b- Mudança do Endereço Social.
- c- Consolidação do contrato social.



Assinado com Certificado

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: ILUMISUL SOLUÇÕES URBANAS E LUMINOTECNICA LTDA

NIRE: 332.1012009-3 Protocolo: 2024/00681418-6 Data do protocolo: 15/08/2024

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 16/08/2024 SOB O NÚMERO 00006400151 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 9EE8134E647F22A27B3344639F2EA76C98DBD917B5234B5C0E819FB3CB91E107

Para validar o documento acesse <https://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

000055



JUCEJA

assinado digitalmente

Pag. 3/9



CLÁUSULA PRIMEIRA:

Fica neste ato elevado o capital social de R\$ 4.600.000,00 (quatro milhões e seiscentos mil reais) para R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais), mediante a incorporação de R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais) que são integralizados neste ato pelos sócios em moeda corrente do país, ficando o capital social distribuído da seguinte forma entre os sócios:

GERALDO LUIS CHAVES GUEDES	693.000 quotas	R\$ 6.930.000,00
GUILERME DE MORAIS GUEDES	7.000 quotas	R\$ 70.000,00
CAPITAL SOCIAL	700.000 quotas	R\$ 7.000.000,00

Parágrafo Primeiro - O capital social é realizado e integralizado neste ato em moeda corrente do País.

Parágrafo Segundo - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas, mais todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA SEGUNDA:

A sociedade neste ato passa a funcionar na Avenida Braz de Pina nº 38 Apto. 202, Penha, Rio de Janeiro, RJ, CEP 21070-032.

Em face da alteração procedida e consolidação do contrato social, a sociedade passa a reger-se pelas seguintes:

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

PRIMEIRA - DOS SÓCIOS

- GERALDO LUIS CHAVES GUEDES** - brasileiro, natural do Estado do Rio de Janeiro, casado no regime da comunhão parcial de bens, nascido em 20/04/1960, empresário, inscrito no CIC sob o nº 723.615.497-00, portador da carteira de identidade nº 04421195-1 expedida pelo DIC-RJ, filho de WALDEMAR RODRIGUES GUEDES e de ROZILDA CHAVES GUEDES, residente e domiciliado nesta cidade do Rio de Janeiro na Rua



Altinópolis nº 373, Praia da Bandeira, Ilha do Governador, Rio de Janeiro, RJ, CEP 21921-540.

2. **GUILHERME DE MORAIS GUEDES** – brasileiro, natural do Estado do Rio de Janeiro, solteiro, nascido em 04/01/1990, empresário, inscrito no **CIC** sob o nº 120.349.487-42, portador da carteira de identidade nº 22103829-2 expedida pelo **DETRAN-RJ**, filho de GERALDO LUIS CHAVES GUEDES e de PATRICIA FURTADO DE MENDONÇA MORAIS, residente e domiciliado nesta cidade do Rio de Janeiro na Avenida Braz de Pina nº 38 Apto. 202, Penha, Rio de Janeiro, RJ, CEP 21070-032.

SEGUNDA – DA DENOMINAÇÃO

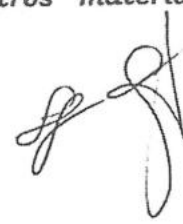
A sociedade gira sob a denominação de **ILUMISUL SOLUÇÕES URBANAS E LUMINOTECNICA LTDA.**

TERCEIRA – DA SEDE

A sede da sociedade fica na Avenida Braz de Pina nº 38 Apto. 202, Penha, Rio de Janeiro, RJ, CEP 21070-032.

QUARTA – DO PRAZO E OBJETIVO SOCIAL:

A sociedade é constituída por tempo indeterminado e terá por objetivo social a *montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos, serviços de engenharia, administração de obras, comércio atacadista de lustres, luminárias e abajures, comércio atacadista de material elétrico, locação de veículo e equipamentos diversos para elevação de cargas e pessoas, carga e descarga, locação de veículo rodoviário com ou sem motorista, locação de veículos equipados com equipamentos de elevação de carga com operador, locação de automóveis e caminhões com ou sem condutor, aluguel de máquinas e equipamentos para construção civil, aluguel de máquinas e equipamentos comerciais e industriais, fabricação de luminárias e outros equipamentos de iluminação, aluguel e leasing operacional, de curta ou longa duração, de todo tipo de máquinas e equipamentos de escritório, de luminárias projetores e de outros materiais eletroeletrônicos.*



CS Digitalizado com Certificação

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: ILUMISUL SOLUÇÕES URBANAS E LUMINOTECNICA LTDA

NIRE: 332.1012009-3 Protocolo: 2024/00681418-6 Data do protocolo: 15/08/2024

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 16/08/2024 SOB O NÚMERO 00006400151 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 9EE8134E647F22A27B3344639F2EA76C98DBD917B5234B5C0E819FB3CB91E107

Para validar o documento acesse <https://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

000057



JUCEC RJ

Pag. 5/9

QUINTA – DO CAPITAL SOCIAL:

O capital social é de R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais), divididos em 700.000 (setecentas e mil) quotas de capital no valor unitário de R\$ 10,00 (dez reais), divididos entre os sócios da forma seguinte:

GERALDO LUIS CHAVES GUEDES	693.000 quotas	R\$ 6.930.000,00
GUILHERME DE MORAIS GUEDES	7.000 quotas	R\$ 70.000,00
CAPITAL SOCIAL	700.000 quotas	R\$ 7.000.000,00

Parágrafo Primeiro – O capital social é realizado e integralizado neste ato em moeda corrente do País.

Parágrafo Segundo – A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas, mais todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social.

SEXTA – DAS QUOTAS DE CAPITAL

As quotas do capital são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros, só poderá ser efetuada mediante autorização expressa do outro sócio ao qual fica assegurado, o direito de opção em igualdade de condições, procedendo-se de conformidade com o que determinada a cláusula décima primeira.

SÉTIMA – DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da sociedade caberá aos **Srs. GERALDO LUIS CHAVES GUEDES e GUILHERME DE MORAIS GUEDES**, com poderes e atribuições de assinar em separado pela sociedade, no recebimento de contas faturas, inclusive representação perante aos bancos e repartições autorizados o uso do nome empresarial, vedada, no entanto em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer cotista ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade sem qualquer autorização do outro sócio.

OITAVA – DAS RETIRADAS DE PRÓ-LABORE



Assinatura com Certificado

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: ILUMISUL SOLUÇÕES URBANAS E LUMINOTECNICA LTDA

NIRE: 332.1012009-3 Protocolo: 2024/00681418-6 Data do protocolo: 15/08/2024

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 16/08/2024 SOB O NÚMERO 00006400151 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 9EE8134E647F22A27B3344639F2EA76C98DBD917B5234B5C0E819FB3CB91E107

Para validar o documento acesse <https://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

000058



JUCEJA

Assinatura digitalizada

Pag. 6/9

A retirada mensal a título de pró-labore, será estabelecida pelos sócios **Srs. GERALDO LUIS CHAVES GUEDES e GUILHERME DE MORAIS GUEDES**, com observância da Legislação em vigor e serão lançadas na conta própria da contabilidade.

NONA – DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS

Os lucros ou prejuízos que se verificarem nos balanços, encerrados sempre em 31 de dezembro de cada ano, será contabilizado na conta "lucros e perdas", para posterior deliberação dos sócios.

DÉCIMA – DA TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS

O sócio que quiser transferir suas quotas do capital a terceiros comunicará ao outro sócio o nome do pretendente e o preço ajustado. Se ao término de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento do aviso, e se o sócio não tiver exercido o direito de preferência que lhe é assegurado na cláusula sexta, poderá então transferir ao pretendente indicado.

DÉCIMA PRIMEIRA – DO FALECIMENTO OU OUTRO MOTIVO

Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo Único – O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seus sócios.

DÉCIMA SEGUNDA – DO DESIMPEDIMENTO

Os administradores declaram, sob as penas da Lei, de que não estão impedidos a exercer a administração da sociedade, por lei especial; ou em virtude de condenação criminal, ou por cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação; peita ou suborno; concussão; peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro



Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: ILUMISUL SOLUÇÕES URBANAS E LUMINOTECNICA LTDA

NIRE: 332.1012009-3 Protocolo: 2024/00681418-6 Data do protocolo: 15/08/2024

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 16/08/2024 SOB O NÚMERO 00006400151 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 9EE8134E647F22A27B3344639F2EA76C98DBD917B5234B5C0E819FB3CB91E107

Para validar o documento acesse <https://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo.

0000053



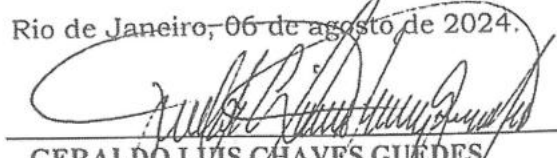
JUCEERJA

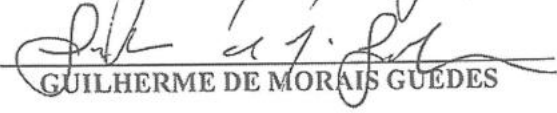
Autenticação Digital

nacional, contra normas de defesa da concorrência; contra as relações de consumo, fê pública, ou a propriedade.


E, assim por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito obrigando-se mutuamente bem cumpri-lo, por si e seus herdeiros, nomeando o fórum desta cidade para dirimir os casos omissos neste contrato, que serão resolvidos pela lei em vigor, na presença das testemunhas que abaixo subscrevem.


Rio de Janeiro, 06 de agosto de 2024.


GERALDO LUIS CHAVES GUEDES


GUILHERME DE MORAIS GUEDES

TESTEMUNHAS:

1) 
ANTONIO CARLOS DOS SANTOS
CRC-RJ: 046848-4
CIC: 714.892.747-15

2) 
MIRIAM DUARTE DOS SANTOS
RG: 13066131-7 IFP
CIC: 093.291.647-3



Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: ILUMISUL SOLUÇÕES URBANAS E LUMINOTECNICA LTDA

NIRE: 332.1012009-3 Protocolo: 2024/00681418-6 Data do protocolo: 15/08/2024

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 16/08/2024 SOB O NÚMERO 00006400151 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 9EE8134E647F22A27B3344639F2EA76C98BD917B5234B5C0E819FB3CB91E107

Para validar o documento acesse <https://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo.

000060



JUCEJA

Pag. 8/9




IDENTIFICAÇÃO DOS ASSINANTES

CERTIFICO QUE O ATO DA ILUMISUL SOLUÇÕES URBANAS E LUMINOTECNICA LTDA, NIRE 33.2.1012009-3, PROTOCOLO 2024/00681418-6, ARQUIVADO EM 16/08/2024, SOB O NÚMERO (S) 00006400151, FOI ASSINADO DIGITALMENTE.

CPF/CNPJ	Nome
714.892.747-15	ANTONIO CARLOS DOS SANTOS

16 de agosto de 2024.


Gabriel Oliveira de Souza Voi
Secretário Geral

1/1

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: ILUMISUL SOLUÇÕES URBANAS E LUMINOTECNICA LTDA

NIRE: 332.1012009-3 Protocolo: 2024/00681418-6 Data do protocolo: 15/08/2024

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 16/08/2024 SOB O NÚMERO 00006400151 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 9EE8134E647F22A27B3344639F2EA76C98DBD917B5234B5C0E819FB3CB91E107

Para validar o documento acesse <https://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



JUCECERJA
assinado digitalmente ✓

000061

Pag. 9/9

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

5140798640

2 e 1 NOME E SOBRENOME

GERALDO LUIS CHAVES GUEDES

3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO

20/04/1960, RIO DE JANEIRO, RJ

4a DATA EMISSÃO

09/02/2026

4b VALIDADE

05/02/2031

4c CATEGORIA

05

4d EMISSOR / UF

044211951 DIC RJ

5a CPF

723.615.497-00

5b REGISTRO

01749530456

6 CAT HAB

B

7 ASSINATURA DO PORTADOR

1º HABILITAÇÃO

11/08/1978

8 NACIONALIDADE

BRASILEIRO(A)

9 FILIAÇÃO

WALDEMAR RODRIGUES GUEDES

ROZILDA CHAVES GUEDES

9	10	11	12
ABC			
A			
A1			
B		05/02/2031	
B1			
C			
C1			

9	10	11	12
D			
D1			
E			
E1			
F			
F1			
G			
G1			

12 OBSERVAÇÕES

A

LOCAL

RIO DE JANEIRO, RJ

ASSINADO DIGITALMENTE

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

01050438764

RJ1106927166

5140798640

RIO DE JANEIRO

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

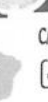
As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:
<https://www.serpro.gov.br/assinador-digital>.

SERPRO / SENATRAN


2 e 3. Nome em Sobrenome / *Nome e Sobrenome* / *Sobrenome y Apellido* – *Primeria Habilitación* / *First Birth License* / *Primera Licencia de Matrimonio* / *3. Data e Local de Nascimento* / *Date and Place of Birth* / *DOMMANY / Fecha y Lugar de Nacimiento* – *4. Documento Identificador* / *Identifying Document* – *Issuing Authority* – *Data de validade* / *Expiration Date* / *Valid to* – *5. Documento Identificador* / *Identifying Document* – *Issuing Authority* – *6. Categoria de Vacinação* / *Category of Vaccination* – *7. Categoria de Habilitação* / *Birth License Category* – *8. Categoria de Permissão de Casamento* / *Marriage License Category* – *9. Categoria de Vacinação* / *Category of Vaccination* – *10. Observações* / *Observations* – *Local / Place* / *Uptier*

I<BRA017495304<568<<<<<<<<<<
6004206M3102053BRA<<<<<<<<<4
GERALDO<<LUIS<CHAVES<GUEDES<<<

000062




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

2753458144



CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

2 e 1 VOM e 1 SOBREVOM: _____
GUILHERME DE MORAIS GUEDES

1ª HABILITAÇÃO
17/06/2008

3 DATA, LOCAL E UF DO NASCIMENTO
04/01/1990, RIO DE JANEIRO, RJ

4a DATA EMISSÃO
26/02/2024


4c DDC IDENTIDADE / CUG EMISSOR / UF
221038292 DETRAN RJ

4d CPF
120.349.487-42


5 Nº REGISTRO
04384251809

NACIONALIDADE
BRASILEIRO

4e VALIDADE
26/02/2034

ACC  **D**

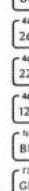
6 EAT HAB
B





















FILIAÇÃO
GERALDO LUIS CHAVES GUEDES

PATRICIA FURTADO DE MENDONÇA MORAIS

7 ASSINATURA DO PORTADOR



9	10	11	12
ACE 			
A 			
A1 			
B 		26/02/2034	
B1 			
C 			
C1 			

9	10	11	12
D 			
D1 			
D2 			
E 			
E1 			
E2 			
E3 			
E4 			
E5 			
E6 			
E7 			

12 OBSERVAÇÕES

EAR

LOCAL
RIO DE JANEIRO, RJ

ASSINADO DIGITALMENTE

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

73502618V8
R/378560794

RIO DE JANEIRO

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:
<https://www.serpro.gov.br/assinador-digital>.

SERPRO / SENATRAN

2 de 4 - Nome e Sobrenome / Name and Surname / Nomme y Apellidos - Primeira Habilitação / First Driver License / Primera Licencia de Conducir - Data de Local de Nascimento / Date and Place of Birth / Fecha y Lugar de Nacimiento - Data de Emissão / Issuing Date / Fecha de Emisión / Issuing Date / DD/MM/YYYY - Categoria de Emplacado - Abecedário / Categorias de Vehículos - Abecedario / Vehículo - Abc - Documento Identificador - Origin Number / Identity Document - Issuing Authority / Documentos de Identificación - Autoridad Expedidora - CNF - CPF - Número de registro da CNH / Driver License Number / Numero de Permiso de Conducir - Categoria de Veículo das Carteira de Habilitação / Driver license Class / Categoría de Promoción de Conducir - Nacionalidade / Nationality / Nacionalidad - Filiação / Filiación - 12 Observações / Observations / Observaciones - Local / Place / Lugar

I<BRA043842518<098<<<<<<<<<<
9001044M3402214BRA<<<<<<<<<8
GUILHERME<<DE<MORAIS<GUEDES<<<

000063



JUCESP
DE VANTAJ ASSESSORIA (C)
10 11 24



JUCESP PROTOCOLO
2.710.515/24-6

247



8ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL
FORTNORT DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E URBANO LTDA
CNPJ: 00.900.846/0001-88
NIRE: 35601448820

Pelo presente instrumento particular de Alteração de Contrato Social:

CAIO MARCO DE STEFANO, brasileiro, natural de São Paulo - SP, casado pelo regime da completa e total separação de bens, nascido aos 13 de Outubro de 1970, arquiteto inscrito no CAU/SP sob n. A-24771-5, portador da Cédula de Identidade RG n. 21.516.821-5/SSP/SP e do CPF/MF n. 246.595.058-47, residente e domiciliado na Av. Vicente de Carvalho, 34 - apto 41, Bairro Boqueirão, Santos - SP - CEP. 11045.500;

Único socio administrador da Sociedade Limitada denominada **FORTNORT DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E URBANO LTDA**, de ora em diante denominada "**FORTNORT**", estabelecida com sede e domicílio na Avenida Ana Costa, 416 - Sala 81 - Gonzaga - Santos - SP, CEP.: 11.060.002., inscrita no CNPJ/MF nº 00.900.846/0001-88 e Inscrição Estadual nº 142.797.219.119, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 35601448820 em sessão de 27/10/2016 resolve proceder a presente **ALTERAÇÃO CONTRATUAL** e subsequente **CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL**, conforme as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - ALTERAÇÃO OBJETO SOCIAL

A sociedade passa a ter o seguinte objeto social:

- 1)- Prestação de serviços na elaboração de projetos, na implantação, na construção e execução de obras, relativas a engenharia de: agrimensura, agrônômica, de áudio, civil, de controle e automação, elétrica, eletromecânica, de energia, de estradas de rodagem e de ferro, de aeroportos, de portos, estrutural, hidráulica, mecânica, de recursos hídricos, rodoviária, sanitária, de segurança, de transportes, de avaliações e perícias, incluindo consultorias e assessoria - CNAE 71120-00;
- 2) - Prestação de serviços na elaboração de projetos, na implantação, na construção e execução de obras de Arquitetura e Urbanismo, incluindo consultoria e assessoria - CNAE 71111-00;
- 3) - Planejamento e elaboração de projetos, execução de obras e construções em geral - CNAE 41204-00;
- 4) - Limpeza, higienização, desobstrução, manutenção e varrição de vias e logradouros públicos, rodovias, galerias de águas fluviáteis, bocas de lobo, ramais de ligação, caixas d'água, caixas de gordura, valas, canais, bueiros, córregos, parques, áreas verdes e edificações públicas e privadas - CNAE 81214-00;
- 5) - Comercialização, implantação e desenvolvimento de infraestrutura e equipamentos para controle de acesso, estacionamento, pedágios e sistemas de apoio - CNAE 74901-04;
- 6) - Execução de terraplanagem, recapeamento, pavimentação, obras de saneamento e obras complementares - CNAE 42111-01;



DAVANTI ASSESSORIA CONTÁBIL LTDA

12 11 24

- 7) - Prestação de serviço de ajardinamento, plantio, capinação, poda de árvore e correlato - CNAE 81303-00;
- 8) - Planejamento, elaboração de projetos, montagem, instalação e manutenção industrial e mecânica - CNAE 42995-01;
- 9) - Planejamento e elaboração de projetos referentes a geração, transmissão, distribuição e utilização de energia elétrica, equipamentos, materiais elétricos, sistemas de medições e controle elétricos, seus serviços afins e correlatos - CNAE 42138-00;
- 10) - Execução de serviços com fornecimento de mão de obra temporária, equipamentos e insumos, bem como locação de mão de obra temporária - CNAE 78205-00;
- 11) - Prestação de serviços de caráter administrativo e técnico à empresas e órgãos públicos e privados - CNAE 82113-00;
- 12) - Comércio e indústria de materiais e equipamentos em geral - CNAE 46699-99;
- 13) - Locação de materiais, equipamentos, máquinas e veículos em geral - CNAE 77322-01;
- 14) - Coleta, transporte, transbordo, reciclagem, tratamento, incineração, beneficiamento e destinação final de lixo urbano, industrial, hospitalar e ambulatorial - CNAE 38114-00;
- 15) - Planejamento e elaboração de projeto, construção, implantação, operação e manutenção de aterro sanitário - CNAE 38211-00;
- 16) - Planejamento e elaboração de projeto, construção, implantação, operação e manutenção de usina de lixo - CNAE 38394-99;
- 17) - Compra, venda, locação, incorporação bens imóveis urbanos e rurais; CNAE 41107-00;
- 18) - Transporte rodoviário de produtos perigosos - CNAE 49302-03;
- 19) - Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos - CNAE 43291-04 e
- 20) - Instalação, alteração, manutenção e reparo em todos os tipos de construções de sistemas de eletricidade, de instalações telefônicas e de comunicações, redes de informática, sistemas de iluminação e similares - CNAE 43215-00.
- 21) Coleta de lixo manual e mecanizada de vias e logradouros públicos e privados com transportes de resíduos industriais, comerciais, hospitalares e domésticos - 38122/00.

CLÁUSULA SEGUNDA – ADMISSÃO DE NOVOS SOCIOS

Nesse ato é admitido na sociedade "FORTNORT":

- 1) **AUDITERRA TERRAPLENAGEM LTDA**, estabelecida com sede social na Avenida Ana Costa, 416 - Sala 84 - Gonzaga - Santos - SP, CEP.: 11.060.002., inscrita no CNPJ/MF nº 58.994.138/0001-33, Inscrição Estadual nº 633.754.621.119, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 35.601.448.790 em sessão de 25/10/2016, neste ato representada por seu sócio **MARCO ANTONIO DE STEFANO**, brasileiro, natural de São Paulo - SP, casado pelo regime da comunhão universal de bens, nascido aos 31 de Maio de 1947, engenheiro civil inscrito no CREA/SP sob n. 0600.305.613, portador da Cédula de Identidade RG n. 2.868.882-X/SSP/SP e do CPF/MF n. 521.521.708-49, residente e domiciliado a Av. Vicente de Carvalho nº 28 - Apto 21 - Bloco A, Bairro Boqueirão, Santos - SP - CEP. 11045-500 e
- 2) **MARCO ANTONIO DE STEFANO**, brasileiro, natural de São Paulo - SP, casado pelo regime da comunhão universal de bens, nascido aos 31 de Maio de 1947, engenheiro civil inscrito no CREA/SP sob n. 0600.305.613, portador da Cédula de Identidade RG n. 2.868.882-X/SSP/SP e do CPF/MF n. 521.521.708-49, residente e domiciliado a Av. Vicente de Carvalho nº 28 - Apto 21 - Bloco A, Bairro Boqueirão, Santos - SP - CEP. 11045-500;



DAVANTI ASSESSORIA CONTÁBIL LTDA



CLÁUSULA TERCEIRA – APORTE DE CAPITAL

- 1) O Socio **MARCO ANTONIO DE STEFANO**, já qualificado, subscreve a importância de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), divididos em 10.000.000 (dez milhões) de cotas sociais, de valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, **já integralizados anteriormente na empresa "FORTNORT" conta AFAC (Adiantamento Futuro Aumento Capital).**
- 2) A socia **AUDITERRA TERRAPLENAGEM LTDA**, já qualificada, subscreve a importância de R\$ 8.550.000,00 (oito milhões, quinhentos e cinquenta mil reais), divididos em 8.550.000 (oito milhões, quinhentos e cinquenta mil) cotas sociais, de valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, **já integralizados anteriormente na empresa "FORTNORT" conta AFAC (Adiantamento Futuro Aumento Capital),** representado por uma GLEBA DE TERRAS com área de 42.28.95 Ha, denominada Fazenda Campo Limpo, no Município de Goiandira – GO, conforme Matrícula 2.751, Livro 2-M, fls 03, do Oficial de Registro de Imóveis de Goiandira – GO e que faz livre e desembaraçado de quaisquer ônus, sob o valor contábil de R\$ 8.550.000,00 (oito milhões, quinhentos e cinquenta mil reais).
- 3) O socio **CAIO MARCO DE STEFANO**, já qualificado, subscreve a importância de R\$ 17.450.000,00 (dezessete milhões, quatrocentos e cinquenta mil reais), divididos em 17.450.000 (dezessete milhões, quatrocentos e cinquenta mil) cotas sociais, de valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, **já integralizados anteriormente na empresa "FORTNORT" conta AFAC (Adiantamento Futuro Aumento Capital),** sendo: R\$ 10.933.000,00 (dez milhões, novecentos e trinta e três mil reais) em moeda corrente do país e mais R\$ 6.517.000,00 (seis milhões, quinhentos e dezessete mil reais) representado pelos imóveis:

- **Apartamento duplex nº. 21, denominado RESIDENCIAL SAINT MARIE** e garagens n. 13 e 14 e respectivo depósito, localizado na Rua Dr. Arnaldo de Carvalho, 41, Bairro Campo Grande, Santos, SP, CEP 11.075-430, tudo descrito na Matrícula 38.166, do 3º Oficial de Registro de Imóveis de Santos, SP; e que faz livre e desembaraçado de quaisquer ônus, sob o valor contábil de R\$ 2.279.000,00 (dois milhões, duzentos e setenta e nove mil reais).

- **Apartamento nº. 21, denominado EDIFÍCIO ANHANGÁ** e garagem coletiva, localizado na Avenida Vicente de Carvalho, 28, Bairro Boqueirão, Santos, SP, CEP 11.045-500, tudo descrito na Matrícula 68.870, do 2º Oficial de Registro de Imóveis de Santos, SP; e que faz livre e desembaraçado de quaisquer ônus, sob o valor contábil de R\$ 2.185.000,00 (dois milhões, cento e oitenta e cinco mil reais).

- **Apartamento nº. 1100, denominado EDIFÍCIO RESIDENCIAL SOLAR TUCURUI** com dois box de garagem, e um escaninho, localizado na Rua T-37, Lote 14, Quadra 148, Setor Bueno, Goiânia, GO, CEP 74.230-022, tudo descrito na Matrícula 152.830, do Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição de Goiânia-GO; e que faz livre e desembaraçado de quaisquer ônus, sob o valor contábil de R\$ 2.053.000,00 (dois milhões, cinquenta e três mil reais).



DAVANTI ASSESSORIA CONTÁBIL LTDA

CLÁUSULA QUARTA - AUMENTO DE CAPITAL SOCIAL

O capital social da sociedade "FORTNORT" que era R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), totalmente integralizados em moeda corrente do país no nome do sócio **CAIO MARCO DE STEFANO**, fica elevado em mais R\$ 36.000.000,00 (trinta e seis milhões de reais), passando a R\$ 61.000.000,00 (sessenta e um milhões de reais), totalmente integralizado em moeda corrente do país e bens imóveis e dividido em 61.000.000 (sessenta e um milhões) de cotas sociais de valor nominal de R\$ 1,00 (um real), e assim distribuído aos sócios:

Nome do Sócio	Quotas	Vr. Un.	%	Vr. Quotas
CAIO MARCO DE STEFANO	42.450.000	1,00	69,59 ≅	R\$ 42.450.000,00
MARCO ANTONIO DE STEFANO	10.000.000	1,00	16,39 ≅	R\$ 10.000.000,00
AUDITERRA TERRAPLEN. LTDA	8.550.000	1,00	14,02 ≅	R\$ 8.550.000,00
	=====	=====	=====	=====
Total	61.000.000	1,00	100,00 %	R\$ 61.000.000,00

Parágrafo Único: A responsabilidade do único sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas responderá solidariamente pela integralização do capital social.

Em razão das modificações contratuais, os sócios resolvem consolidar o CONTRATO SOCIAL, que passará vigor com a redação a seguir transcrita.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL

A Sociedade Limitada é constituída pelos sócios:

CAIO MARCO DE STEFANO, brasileiro, natural de São Paulo/SP, casado pelo regime da completa e total separação de bens, nascido aos 13 de Outubro de 1970, arquiteto inscrito no CAU/SP sob n. A-24771-5, portador da Cédula de Identidade RG n. 21.516.821-5/SSP/SP e do CPF/MF n. 246.595.058-47, residente e domiciliado na Av. Vicente de Carvalho, 34 - apto 41, Bairro Boqueirão, Santos - SP - CEP. 11045.500;

MARCO ANTONIO DE STEFANO, brasileiro, natural de São Paulo - SP, casado pelo regime da comunhão universal de bens, nascido aos 31 de Maio de 1947, engenheiro civil inscrito no CREA/SP sob n. 0600.305.613, portador da Cédula de Identidade RG n. 2.868.882-X/SSP/SP e do CPF/MF n. 521.521.708-49, residente e domiciliado a Av. Vicente de Carvalho nº 28 - Apto 21 - Bloco A, Bairro Boqueirão, Santos - SP - CEP. 11045-500;

AUDITERRA TERRAPLENAGEM LTDA, estabelecida com sede social na Avenida Ana Costa, 416 - Sala 84 - Gonzaga - Santos - SP, CEP.: 11.060.002., inscrita no CNPJ/MF nº 58.994.138/0001-33, Inscrição Estadual nº 633.754.621.119, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 35.601.448.790 em sessão de 25/10/2016, neste ato representada por seu sócio **MARCO ANTONIO DE STEFANO**, brasileiro, natural de São Paulo - SP, casado pelo regime da comunhão universal de bens, nascido aos 31 de Maio de 1947, engenheiro civil inscrito no CREA/SP sob n. 0600.305.613, portador da Cédula de Identidade RG n. 2.868.882-X/SSP/SP e do CPF/MF n. 521.521.708-49, residente e domiciliado a Av. Vicente de Carvalho nº 28 - Apto 21 - Bloco A, Bairro Boqueirão, Santos - SP - CEP. 11045-500, e será regida mediante as seguintes cláusulas e condições:

000067



DAVANTI ASSESSORIA CONTÁBIL LTDA



Cláusula Primeira – DO NOME EMPRESARIAL e SEDE

A empresa gira sob nome empresarial de **FORTNORT DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E URBANO LTDA**, com sede e domicílio na Avenida Ana Costa, 416 – Sala 81 – Gonzaga – Santos – SP, CEP.: 11.060.002.

Cláusula Segunda – DO PRAZO

A empresa iniciou suas atividades em 13 de Setembro de 1995 e seu prazo de duração é indeterminado.

Cláusula Terceira – DAS FILIAIS

A SOCIEDADE possui as seguintes filiais:

A) Filial com sede na Rodovia LMG-733 Frutal Pirajuba 6 km à direita, Zona Rural no município de Frutal – MG – CEP 38.207.899

Parágrafo Primeiro: Para fins fiscais o capital social destacado da filial é R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Parágrafo Segundo: O objeto social da filial é:

- 1) - Tratamento e disposição de resíduos não-perigosos – CNAE 38211-00;
- 2) - Coleta de resíduos não-perigosos – CNAE 38114-00;
- 3) - Recuperação de materiais não especificados anteriormente – CNAE 38394-99;
- 4) - Coleta de resíduos perigosos – CNAE 38122-00 e
- 5) - Transporte rodoviário de produtos perigosos – CNAE 49302-03.

B) Filial na Av. Potiguar s/n., Quadra 53, Lotes 18 e 19, Sala 01 – Altos – Bairro Parque dos Carajás, Parauapebas – PA – CEP – 68.515-000, registrada na Jucesp sob n.: 152.785/17-6 em sessão de 03/05/2017, com NIRE PROVISÓRIO 15999017996.

Parágrafo Primeiro: Para fins fiscais o capital social destacado da filial é R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Parágrafo Segundo: O objeto social da filial é:

- 1) - Prestação de serviços na elaboração de projetos, na implantação, na construção e execução de obras, relativas a engenharia de: agrimensura, agrônômica, de áudio, civil, de controle e automação, elétrica, eletromecânica, de energia, de estradas de rodagem e de ferro, de aeroportos, de portos, estrutural, hidráulica, mecânica, de recursos hídricos, rodoviária, sanitária, de segurança, de transportes, de avaliações e perícias, incluindo consultorias e assessoria – CNAE 71120-00;
- 2) - Prestação de serviços na elaboração de projetos, na implantação, na construção e execução de obras de Arquitetura e Urbanismo, incluindo consultoria e assessoria – CNAE 71111-00;
- 3) - Planejamento e elaboração de projetos, execução de obras e construções em geral – CNAE 41204-00;



AVANTI ASSESSORIA CONTÁBIL LTDA

12 11 24

- 4) - Limpeza, higienização, desobstrução, manutenção e varrição de vias e logradouros públicos, rodovias, galerias de águas fluviáveis, bocas de lobo, ramais de ligação, caixas d'água, caixas de gordura, valas, canais, bueiros, córregos, parques, áreas verdes e edificações públicas e privadas - CNAE 81214-00;
- 5) - Comercialização, implantação e desenvolvimento de infraestrutura e equipamentos para controle de acesso, estacionamento, pedágios e sistemas de apoio - CNAE 74901-04;
- 6) - Execução de terraplanagem, recapeamento, pavimentação, obras de saneamento e obras complementares - CNAE 42111-01;
- 7) - Prestação de serviço de ajardinamento, plantio, capinação, poda de árvore e correlato - CNAE 81303-00;
- 8) - Planejamento, elaboração de projetos, montagem, instalação e manutenção industrial e mecânica - CNAE 42995-01;
- 9) - Planejamento e elaboração de projetos referentes a geração, transmissão, distribuição e utilização de energia elétrica, equipamentos, materiais elétricos, sistemas de medições e controle elétricos, seus serviços afins e correlatos - CNAE 42138-00;
- 10) - Execução de serviços com fornecimento de mão de obra temporária, equipamentos e insumos, bem como locação de mão de obra temporária - CNAE 78205-00;
- 11) - Prestação de serviços de caráter administrativo e técnico à empresas e órgãos públicos e privados - CNAE 82113-00;
- 12) - Comércio e indústria de materiais e equipamentos em geral - CNAE 46699-99;
- 13) - Locação de materiais, equipamentos, máquinas e veículos em geral - CNAE 77322-01;
- 14) - Coleta, transporte, transbordo, reciclagem, tratamento, incineração, beneficiamento e destinação final de lixo urbano, industrial, hospitalar e ambulatorial - CNAE 38114-00;
- 15) - Planejamento e elaboração de projeto, construção, implantação, operação e manutenção de aterro sanitário - CNAE 38211-00;
- 16) - Planejamento e elaboração de projeto, construção, implantação, operação e manutenção de usina de lixo - CNAE 38394-99;
- 17) - Compra, venda, locação, incorporação bens imóveis urbanos e rurais; CNAE 41107-00;
- 18) - Transporte rodoviário de produtos perigosos - CNAE 49302-03.

Cláusula Quarta - DO CAPITAL SOCIAL

O capital social da SOCIEDADE é **R\$ 61.000.000,00 (sessenta e um milhões de reais)**, totalmente integralizado em moeda corrente do país e bens imóveis e dividido em 61.000.000 (sessenta e um milhões) de cotas sociais de valor nominal de R\$ 1,00 (um real), e assim distribuído aos sócios:

Nome do Sócio	Quotas	Vr. Un.	%	Vr. Quotas
CAIO MARCO DE STEFANO	42.450.000	1,00	69,59 ≅	R\$ 42.450.000,00
MARCO ANTONIO DE STEFANO	10.000.000	1,00	16,39 ≅	R\$ 10.000.000,00
AUDITERRA TERRAPLEN. LTDA	8.550.000	1,00	14,02 ≅	R\$ 8.550.000,00
	=====	=====	=====	=====
Total	61.000.000	1,00	100,00 %	R\$ 61.000.000,00

Parágrafo Único: A responsabilidade do único sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas responderá solidariamente pela integralização do capital social.

Cláusula Quinta - DA ADMINISTRAÇÃO e DO PRO-LABORE



DAVANTI ASSÉSSORIA CONTÁBIL LTDA

10.11.24

A administração da SOCIEDADE será exercida **INDIVIDUALMENTE** pelo EMPRESÁRIO **CAIO MARCO DE STEFANO**, já qualificado, com amplos e ilimitados poderes de direção e representação, ativa e passiva, judicial e extrajudicial perante todas as repartições e entidades públicas e privadas, sejam municipais, estaduais e federais, inclusive autarquias, sociedade economia mista, bancos, instituições financeiras e terceiros em geral, que, na qualidade de **ADMINISTRADOR**, praticará todos e quaisquer atos necessários a consecução dos objetivos sociais ou à defesa dos interesses e direitos da SOCIEDADE.

Parágrafo Primeiro: O **ADMINISTRADOR**, declara, sob as penas da lei, nos termos do parágrafo 1º do art. 1.011 da Lei 10.406/02, que não está impedido por lei especial, nem condenado a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade e enquanto perdurarem os efeitos da condenação.

Parágrafo Segundo: O **ADMINISTRADOR**, poderá delegar poderes de administração a terceiros, mediante instrumentos de delegação e/ou procuração.

Parágrafo Terceiro: O **ADMINISTRADOR**, poderá realizar a retirada de Pró-Labore, considerando os interesses da empresa e as limitações da Legislação vigente.

Parágrafo Quarto: A sociedade contratará funcionários legalmente habilitados para execução de tarefas que assim sejam determinadas em lei.

Cláusula Sexta – DO BALANÇO, LUCROS E SUA DESTINAÇÃO

Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, de cada ano, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico para Apuração dos Lucros e Prejuízos, conforme art. 1.065, CC/2002.

Parágrafo Primeiro: Os lucros constatados, após as deduções legais e regulares, poderão ser distribuídos, no todo ou em parte aos sócios ou permanecerão como Saldo ou Reservas no Patrimônio Líquido, para futuras deliberações.

Parágrafo Segundo: Poderão ser efetuados levantamentos de Balanços intermediários em bases mensais ou trimestrais, a critério dos sócios, visando à distribuição de resultados, periodicamente apurados, se positivos.

Parágrafo Terceiro: Havendo prejuízos, serão estes compensados com possíveis lucros em exercícios futuros ou serão suportados pelo empresário.

Cláusula Sétima – DO OBJETO SOCIAL

A SOCIEDADE desenvolverá o seguinte objeto social:

1)- Prestação de serviços na elaboração de projetos, na implantação, na construção e execução de obras, relativas a engenharia de: agrimensura, agrônômica, de áudio, civil, de controle e automação, elétrica, eletromecânica, de energia, de estradas de rodagem e de ferro, de aeroportos, de portos, estrutural, hidráulica, mecânica, de recursos hídricos, rodoviária, sanitária, de segurança, de transportes, de avaliações e perícias, incluindo consultorias e assessoria – CNAE 71120-00;



- 2) - Prestação de serviços na elaboração de projetos, na implantação, na construção e execução de obras de Arquitetura e Urbanismo, incluindo consultoria e assessoria - CNAE 71111-00;
- 3) - Planejamento e elaboração de projetos, execução de obras e construções em geral - CNAE 41204-00;
- 4) - Limpeza, higienização, desobstrução, manutenção e varrição de vias e logradouros públicos, rodovias, galerias de águas fluviáveis, bocas de lobo, ramais de ligação, caixas d'água, caixas de gordura, valas, canais, bueiros, córregos, parques, áreas verdes e edificações públicas e privadas - CNAE 81214-00;
- 5) - Comercialização, implantação e desenvolvimento de infraestrutura e equipamentos para controle de acesso, estacionamento, pedágios e sistemas de apoio - CNAE 74901-04;
- 6) - Execução de terraplanagem, recapeamento, pavimentação, obras de saneamento e obras complementares - CNAE 42111-01;
- 7) - Prestação de serviço de ajardinamento, plantio, capinação, poda de árvore e correlato - CNAE 81303-00;
- 8) - Planejamento, elaboração de projetos, montagem, instalação e manutenção industrial e mecânica - CNAE 42995-01;
- 9) - Planejamento e elaboração de projetos referentes a geração, transmissão, distribuição e utilização de energia elétrica, equipamentos, materiais elétricos, sistemas de medições e controle elétricos, seus serviços afins e correlatos - CNAE 42138-00;
- 10) - Execução de serviços com fornecimento de mão de obra temporária, equipamentos e insumos, bem como locação de mão de obra temporária - CNAE 78205-00;
- 11) - Prestação de serviços de caráter administrativo e técnico à empresas e órgãos públicos e privados - CNAE 82113-00;
- 12) - Comércio e indústria de materiais e equipamentos em geral - CNAE 46699-99;
- 13) - Locação de materiais, equipamentos, máquinas e veículos em geral - CNAE 77322-01;
- 14) - Coleta, transporte, transbordo, reciclagem, tratamento, incineração, beneficiamento e destinação final de lixo urbano, industrial, hospitalar e ambulatorial - CNAE 38114-00;
- 15) - Planejamento e elaboração de projeto, construção, implantação, operação e manutenção de aterro sanitário - CNAE 38211-00;
- 16) - Planejamento e elaboração de projeto, construção, implantação, operação e manutenção de usina de lixo - CNAE 38394-99;
- 17) - Compra, venda, locação, incorporação bens imóveis urbanos e rurais; CNAE 41107-00;
- 18) - Transporte rodoviário de produtos perigosos - CNAE 49302-03;
- 19) - Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos - CNAE 43291-04 e
- 20) - Instalação, alteração, manutenção e reparo em todos os tipos de construções de sistemas de eletricidade, de instalações telefônicas e de comunicações, redes de informática, sistemas de iluminação e similares - CNAE 43215-00.
- 21) Coleta de lixo manual e mecanizada de vias e logradouros públicos e privados com transportes de resíduos industriais, comerciais, hospitalares e domésticos - 38122/00.

Cláusula Oitava – DAS DELIBERAÇÕES

Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas da SOCIEDADE e designará(ão) administrador(es) quando for o caso. (arts. 980A § 6º, 1.071 e 1.072, § 2º e art. 1.078, CC/2002).

Cláusula Nona – DO FALECIMENTO

A morte de qualquer empresário não dissolve a SOCIEDADE. Essa continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da empresa, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.



DAVANTI ASSESSORIA CONTÁBIL LTDA

10 11 24

Cláusula Décima – DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE

A SOCIEDADE será dissolvida de pleno direito e liquidada, nas hipóteses de:

- Anulada a sua constituição;
- Exaurida o fim social, ou verificada a sua inexecutabilidade;
- Decisão do empresário;
- Determinação judicial.

Parágrafo Único - Em todas hipóteses de dissolução, o empresário deverá eleger o liquidante, observado os termos do art. 1.102 e seguintes da Lei 10.406/02, arbitrando os seus honorários e fixando data para o respectivo encerramento.

Cláusula Décima Primeira – TRANSFORMAÇÃO, CISÃO, INCORPORAÇÃO, FUSÃO E REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA

A SOCIEDADE, por deliberação dos empresários, poderão:

- Transformar-se em outra natureza jurídica;
- Incorporar outra sociedade ou ser incorporada;
- Fundir-se com outra sociedade;
- Cindir-se total ou parcialmente;
- Extinguindo-se se a versão for total, ou absorver patrimônio da sociedade cindida.

Cláusula Décima Segunda – DO DESIMPEDIMENTO

Os Administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Cláusula Décima Terceira – DISPOSIÇÕES GERAIS

Os casos omissos neste contrato serão resolvidos com observância dos preceitos do Código Civil (Lei 10.406/2002) e outros dispositivos legais aplicáveis.

Cláusula Décima Quarta – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Santos - SP para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.



DAVANTI ASSESSORIA CONTÁBIL LTDA

O presente instrumento de **Alteração de SOCIEDADE LIMITADA e subsequente CONSOLIDAÇÃO**, será assinado em 3 (três) vias de igual forma e teor.

Campinas, 30 de Outubro de 2024.

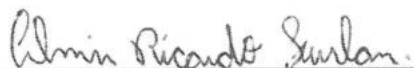
CAIO MARCO DE STEFANO


MARCO ANTONIO DE STEFANO

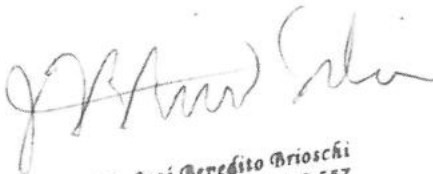
AUDITERRA TERRAPLENAGEM LTDA

Marco Antonio de Stefano – representante

Testemunhas:



Almir Ricardo Furlan
RG/SSP/SP.: 37.991.610-1


Ramon Fernando Rocha
RG/SSP/SP.: 47.944.989-2



Dr. José Benedito Brioschi
Advogado - OAB/SP 140 557
CPF 101 711 728-41

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Raony Ferreira dos Santos, em quinta-feira, 14 de novembro de 2024 12:33:43 GMT-03:00, CNS: 12.223-4 - OITAVO TABELÃO DE NOTAS DE SANTOS/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelaionato de Notas. Provimento nº 149/2023 CNJ - artigo 305.




SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO - JUCESP

Assinado

MARINA CENTURIONI D'ARDOAN
SECRETÁRIA GERAL EM EXERCÍCIO

CERTIFICADO O REGISTRO
SOB O NÚMERO

403.574/24-9



JUCESP

JUCESP

12 NOV 2024

ACIC - CAMPINAS

923000
45 11 21
41


000074



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/700F-52D7-54D8-F5B6> ou vá até o site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 700F-52D7-54D8-F5B6



Hash do Documento

63D50F4E0E9075742B60869D26A2A079B0B1F416ABEBCB565FB0C2FF2E5E85AE

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 06/11/2024 é(são) :

☑ Marco Antonio De Stefano (Signatário) - 521.521.708-49 em

06/11/2024 17:05 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

☑ Caio Marco De Stefano (Signatário) - 246.595.058-47 em

06/11/2024 17:05 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital



000075

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
GOVERNO FEDERAL
Estado de São Paulo
Secretaria de Segurança Pública

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Nome / Name
CAIO MARCO DE STEFANO

Nome Social / Social Name

Ruqueta Civil - CPF / Personal Number
246.595.058-47

Data de Nascimento / Date of Birth
13/10/1970

Naturalidade / Place of Birth
S.PAULO/SP

Sexo / Sex
M

Nacionalidade / Nationality
BRA

Validade / Expiry
08/08/2035

Assinatura do Titular / Cardholder's Signature

Assinatura do Expediente / Card Issuer Signature
ZULEMA AMACLETO DE STEFANO

Órgão Expedidor / Card Issuer
TIROD - SP

Local / Place of Issue
SANTOS

Emissão / Issue
08/08/2025

Assinatura do Expediente / Card Issuer Signature

A10022252305



8800 3

VALIDADE ATÉ 08 DE AGOSTO DE 2035

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

000076



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Fabricio Vieira Lucas, em sexta-feira, 15 de agosto de 2025 15:44:20 GMT-03:00, CNS: 12.223-4 - 8º TABELÃO DE NOTAS DE SANTOS/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 149/2023 C.N.I. - art. 10º 305



ORGANIZAÇÃO CONTÁBIL PAIVA LTDA
CNPJ. 02.578.050/0001-86

**5ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
SEVEN ENGENHARIA E CONSULTORIA ELÉTRICA LTDA
NIRE nº35233032541 CNPJ nº 29.663.701/0001-92**

Pelo presente instrumento particular os sócios **EDSON JOSE LOPES DAS NEVES**, brasileiro, empresário, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 9.072.645-5 SSP/SP e inscrito no cadastro nacional de pessoas físicas CPF nº 003.355.048-41, residente e domiciliado a Rua Prof. Roberval Froes, 34 – Jardim Esplanada, CEP 12242.460, São José dos Campos/SP, **JULIO JOSE ALVARES LOPES DAS NEVES**, brasileiro, maior, solteiro, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 34.348.632-5 SSP/SP e inscrito no cadastro nacional de pessoas físicas CPF nº 363.788.048-26, residente e domiciliado a Rua Prof. Roberval Froes, 34 – Jardim Esplanada, CEP 12242.460, São José dos Campos/SP, e **PEDRO JOSÉ ALVARES LOPES DAS NEVES**, brasileiro, maior, solteiro, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 34.348.631-3 SSP/SP e inscrito no cadastro nacional de pessoas físicas CPF nº 362.190.858-76, residente e domiciliado a Rua Prof. Roberval Froes, 34 – Jardim Esplanada, CEP 12242.460, São José dos Campos/SP, Únicos sócios da sociedade empresária limitada, pessoa jurídica de direito privado **SEVEN ENGENHARIA E CONSULTORIA ELÉTRICA LTDA**, devidamente constituída e inscrita no cadastro nacional de pessoas jurídicas CNPJ nº 29.663.701/0001-92 e registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP sob o NIRE nº 35233032541 em sessão realizada em 09/03/2022, com sede a Avenida Ana Costa, 543 Apto 201, CEP nº11060-003, Gonzaga – Santos – SP, resolvem, na melhor forma de direito, alterar o contrato da sociedade, que se regerá conforme as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO DA SEDE

Os sócios neste ato alteram o endereço da sede da sociedade para: **RUA TOLENTINO FILGUEIRAS, 98 SALAS 12 e 13 – GONZAGA – SANTOS – SP, CEP nº 11060-470.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO DO OBJETO SOCIAL

Os sócios neste ato alteram o objeto social para a representação e o comércio de lâmpadas, materiais e equipamentos elétricos, montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, urbanas, rurais, portos, aeroportos, atividades de gestão, consultoria empresarial e obras e gestão e projetos de engenharia, locação de automóveis e outros meios de transporte sem condutor, locação de máquinas e equipamentos comerciais e industriais, locação de máquinas e equipamentos para construção exceto andaimes, instalação de máquinas e equipamentos industriais, bem como a instalações elétricas, hidráulicas, sanitárias e de gás, instalação, alteração, manutenção e reparo em todos os tipos de construções de sistemas de aquecimento, coletor solar, projeto, construção, geração e distribuição de energia solar, os serviços de elaboração de projetos de segurança do trabalho, e sociedade de participações exceto holdings

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Os sócios neste ato aumentam o valor do capital para R\$ 5.250.000,00 (cinco milhões duzentos e cinquenta mil reais) divididas em 5.250.000 (cinco milhões, duzentos e cinquenta mil) quotas de valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional assim distribuídas entre os sócios:

Este documento foi assinado digitalmente por Julio Jose Alvares Lopes Das Neves, Pedro Jose Alvares Lopes Das Neves e Edson Jose Lopes Das Neves.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://fzsign.com.br:443> e utilize o código B963-BDC2-261A-9F1E.

Este documento foi assinado digitalmente por Julio Jose Alvares Lopes Das Neves, Pedro Jose Alvares Lopes Das Neves e Edson Jose Lopes Das Neves.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://fzsign.com.br:443> e utilize o código B963-BDC2-261A-9F1E.



Certifico o registro sob o nº 1.126.681/24-6 em 22/05/2024 da empresa SEVEN ENGENHARIA E CONSULTORIA ELETRICA LTDA, NIRE nº 35233032541, protocolado sob o nº SPP2430421138. Autenticação: validar a autenticidade do registro em <http://www.jucesp.sp.gov.br/> com o número do mesmo. MARIA CRISTINA FREI - Secretária Geral. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/05/2024 por MARIA CRISTINA FREI – Secretária Geral. Autenticação: 238965006. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

000077



SÓCIO	PORCENTAGEM	QUOTAS	VALOR
EDSON JOSE LOPES DAS NEVES	95%	4.987.500	R\$ 4.987.500,00
JULIO JOSE ALVARES LOPES DAS NEVES	2,5%	131.250	R\$ 131.250,00
PEDRO JOSÉ ALVARES LOPES DAS NEVES	2,5%	131.250	R\$ 131.250,00
TOTAL	100%	5.250.000	R\$ 5.250.000,00

CLAUSULA QUARTA - DA CONSOLIDAÇÃO

Face à alteração os sócios resolvem consolidar o Contrato Social da sociedade empresária limitada, o qual passará a vigorar com a seguinte redação:

A sociedade denominada **SEVEN ENGENHARIA E CONSULTORIA ELÉTRICA LTDA**, é uma sociedade limitada de natureza empresária regida nos termos do vigente código civil, especialmente pelos artigos 1.052 a 1.087 CC.

DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, PRAZO E OBJETO SOCIAL E OUTRAS AVENÇAS:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA DENOMINAÇÃO, PERFIL SOCIETÁRIO E REGENCIA LEGAL

A sociedade limitada de natureza empresária gira sob a denominação de **SEVEN ENGENHARIA E CONSULTORIA ELÉTRICA LTDA**, devidamente constituída e registrada no cadastro nacional de pessoas jurídicas CNPJ Nº 29.663.701/0001-92.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA SEDE, FILIAIS E FORO

A sociedade **SEVEN ENGENHARIA E CONSULTORIA ELÉTRICA LTDA**, tem sede a **RUA TOLENTINO FILGUEIRAS, 98 SALAS 12 e 13 – GONZAGA – SANTOS – SP, CEP nº 11060-470**.

Parágrafo único: Fica eleito o foro da cidade de **SANTOS – SP**, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato social.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DURAÇÃO

A sociedade iniciou suas atividades em 31/01/2018 e tem prazo de duração indeterminado.

Este documento foi assinado digitalmente por Julio Jose Alvares Lopes Das Neves, Pedro Jose Alvares Lopes Das Neves e Edson Jose Lopes Das Neves. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://izisign.com.br/443> e utilize o código B963-BDC2-261A-9F1E.

Este documento foi assinado digitalmente por Julio Jose Alvares Lopes Das Neves, Pedro Jose Alvares Lopes Das Neves e Edson Jose Lopes Das Neves. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://izisign.com.br/443> e utilize o código B963-BDC2-261A-9F1E.



CLÁUSULA QUARTA – DO OBJETO SOCIAL

A sociedade tem por objeto social a representação e o comércio de lâmpadas, materiais e equipamentos elétricos, montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, urbanas, rurais, portos, aeroportos, atividades de gestão, consultoria empresarial e obras e gestão e projetos de engenharia, locação de automóveis e outros meios de transporte sem condutor, locação de máquinas e equipamentos comerciais e industriais, locação de máquinas e equipamentos para construção exceto andaimes, instalação de máquinas e equipamentos industriais, bem como a instalações elétricas, hidráulicas, sanitárias e de gás, instalação, alteração, manutenção e reparo em todos os tipos de construções de sistemas de aquecimento, coletor solar, projeto, construção, geração e distribuição de energia solar, os serviços de elaboração de projetos de segurança do trabalho, e sociedade de participações exceto holdings.

CLÁUSULA QUINTA – DO CAPITAL SOCIAL E QUOTAS

O capital social é de R\$ 5.250.000,00 (cinco milhões duzentos e cinquenta mil reais) divididas em 5.250.000 (cinco milhões, duzentos e cinquenta mil) quotas de valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional assim distribuídas entre os sócios:

SÓCIO	PORCENTAGEM	QUOTAS	VALOR
EDSON JOSE LOPES DAS NEVES	95%	4.987.500	R\$ 4.987.500,00
JULIO JOSE ALVARES LOPES DAS NEVES	2,5%	131.250	R\$ 131.250,00
PEDRO JOSÉ ALVARES LOPES DAS NEVES	2,5%	131.250	R\$ 131.250,00
TOTAL	100%	5.250.000	R\$ 5.250.000,00

Parágrafo primeiro: O capital social acima mencionado já se encontra devidamente constituído e inteiramente integralizado em moeda corrente do país.

Parágrafo segundo: A responsabilidade dos sócios é limitada ao valor de suas quotas e solidaria pela integralização do capital social nos termos do artigo 1052 do Código Civil.

CLÁUSULA SEXTA – DAS QUOTAS

As quotas são indivisíveis em relação a sociedade e não poderão ser caucionadas, empenhadas, oneradas ou gravadas, total ou parcialmente, a qualquer título, exceto mediante autorização de sócios que representem a totalidade (100%) do capital social. A cessão das quotas obedecerá ao procedimento estabelecido na cláusula sétima.

Este documento foi assinado digitalmente por Julio Jose Alvares Lopes Das Neves, Pedro Jose Alvares Lopes Das Neves e Edson Jose Lopes Das Neves. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://izisign.com.br:443> e utilize o código B963-BDC2-261A-9F1E.

Este documento foi assinado digitalmente por Julio Jose Alvares Lopes Das Neves, Pedro Jose Alvares Lopes Das Neves e Edson Jose Lopes Das Neves.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://izisign.com.br:443> e utilize o código B963-BDC2-261A-9F1E.



CLÁUSULA SETIMA - DA CESSÃO DE QUOTAS E DO DIREITO DE PREFERÊNCIA

Antes de ceder quotas a terceiros, o sócio vendedor deve oferecê-las a todos os sócios atuais, explicitando o preço, forma de pagamento e quaisquer outras condições relevantes da transação, com antecedência mínima de 60 dias para que os sócios exerçam seu direito de preferência.

Parágrafo primeiro: Sócios interessados na aquisição das quotas devem formalizar seu interesse por escrito dentro do prazo de 60 dias, especificando a quantidade de quotas que desejam adquirir.

Parágrafo segundo: Caso múltiplos sócios demonstrem interesse pelas quotas e a soma das quotas solicitadas exceda o número disponível, a distribuição será feita proporcionalmente ao capital social já possuído por cada interessado, respeitando a proporção de suas participações atuais na sociedade.

Parágrafo terceiro: Se após o prazo de 60 dias nenhum sócio manifestar interesse pelas quotas, ou se restarem quotas não adquiridas, o sócio vendedor estará livre para cedê-las a terceiros, mantendo as condições ofertadas inicialmente aos sócios. Qualquer alteração nas condições da oferta requer nova notificação aos sócios, reiniciando o prazo de preferência.

Parágrafo quarto: A transferência efetiva de quotas, seja entre sócios ou para terceiros, deve ser formalizada por meio de alteração contratual, sujeita às formalidades legais e registrada conforme a legislação aplicável.

CLÁUSULA OITAVA - TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS PARA TERCEIROS

Após a oferta de quotas aos sócios, conforme estipulado na Cláusula Sétima, e na ausência de manifestação de interesse de compra por parte dos sócios dentro do prazo de 60 dias, o sócio ofertante tem o direito de vender suas quotas a terceiros. Essa venda deve respeitar integralmente as condições inicialmente ofertadas aos sócios, incluindo preço e forma de pagamento. Caso as condições da venda sejam alteradas em favor do terceiro, o sócio ofertante deve notificar novamente todos os sócios, reiniciando o prazo de 60 dias para o exercício do direito de preferência. A transferência de quotas para terceiros será formalizada somente após a conclusão desse processo e em conformidade com as disposições contratuais e legais aplicáveis.

CLÁUSULA NONA - DA ADMINISTRAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DA SOCIEDADE

A sociedade poderá ser administrada e representada por sócio e por não sócio, nos termos da lei.

Parágrafo primeiro: A sociedade será administrada e representada pelos sócios diretores os senhores **EDSON JOSE LOPES DAS NEVES, JULIO JOSE ALVARES LOPES DAS NEVES E PEDRO JOSÉ ALVARES LOPES DAS NEVES**, nos termos do artigo 1060 do código civil e deste contrato social.

Parágrafo segundo: Os diretores da sociedade, ao assumirem seus cargos, estarão sujeitos às responsabilidades fiduciárias inerentes às suas funções, em conformidade com as leis aplicáveis e o contrato social. Para assegurar o cumprimento dessas responsabilidades e proteger os interesses da sociedade, será avaliada a necessidade de caução, caso a caso, com base na natureza

Este documento foi assinado digitalmente por Julio Jose Alvares Lopes Das Neves, Pedro Jose Alvares Lopes Das Neves e Edson Jose Lopes Das Neves. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://izisign.com.br:443> e utilize o código B963-BDC2-261A-9F1E.

Este documento foi assinado digitalmente por Julio Jose Alvares Lopes Das Neves, Pedro Jose Alvares Lopes Das Neves e Edson Jose Lopes Das Neves.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://izisign.com.br:443> e utilize o código B963-BDC2-261A-9F1E.



e no escopo das atividades a serem desempenhadas pelo diretor. A decisão sobre a exigência de caução será tomada pelos sócios, em assembleia, e refletirá os princípios de proporcionalidade e razoabilidade, levando em conta a posição e as responsabilidades específicas de cada diretor dentro da empresa.

Parágrafo terceiro: Conforme estipulado pelo artigo 1.076, inciso II, do Código Civil, a destituição de diretores, bem como a eleição de novos diretores, será decidida por maioria de votos, correspondendo a mais da metade do capital social. Esta deliberação ocorrerá em assembleia especialmente convocada para este fim, garantindo a todos os sócios o direito de voto proporcional às suas quotas no capital social. A decisão de destituição deve ser registrada em ata e averbada no registro competente dentro de um prazo máximo de 10 dias, para garantir a devida formalização e eficácia perante terceiros.

Parágrafo quarto: A renúncia de um diretor torna-se efetiva para a sociedade quando é comunicada por escrito à administração da empresa. A eficácia da renúncia perante terceiros ocorre após a devida averbação no registro competente.

Parágrafo quinto: O uso da denominação social é privativo dos diretores, nos termos indicados neste contrato social.

CLÁUSULA DÉCIMA

Aos diretores são atribuídos poderes internos e externos, de administração e representação da sociedade, necessários a realização do objeto social, os quais os autorizam a administrar e representar a sociedade, ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente, individualmente.

Parágrafo primeiro: Os documentos que se referirem a alienação ou oneração de bens imóveis da sociedade, e prestação de avais ou fianças, a assinatura de escrituras públicas ou particulares de garantia hipotecária, pignoratícia ou censual, a alienação de bens do ativo permanente e a constituição de garantias em favor de terceiros, deverão conter assinatura dos sócios diretores **EDSON JOSE LOPES DAS NEVES, JULIO JOSE ALVARES LOPES DAS NEVES e PEDRO JOSÉ ALVARES LOPES DAS NEVES** devidamente qualificados, conforme consta em contrato social. exigirão além assinatura dos sócios diretores, aprovação do conselho de administração a ser definido.

Parágrafo segundo: Em relação à contratação para prestação de serviços alinhada ao objeto social, os diretores estão autorizados a assinar esses contratos de prestação de serviço individualmente, como por exemplo em licitação, parcerias públicas privadas e atividades já descritas no objeto social da empresa.

Parágrafo terceiro: Os diretores, somente em conjunto de dois, poderão assinar contratos com instituições financeiras, visando alienação, constituição de ônus, prestação de avais ou fianças, a assinatura de escrituras públicas ou particulares de garantia hipotecária, pignoratícia ou censual, a alienação de bens do ativo permanente e a constituição de garantias em favor de terceiros, sujeitando sua decisão a condição de obterem a devida aprovação do conselho de administração para tais atos.

Parágrafo quarto: Os diretores, em conjunto poderão contratar e definir remuneração de gerentes, de contabilistas, prepostos e de outros prestadores de serviço. Com ou sem vínculo trabalhista,

Este documento foi assinado digitalmente por Julio Jose Alvares Lopes Das Neves, Pedro Jose Alvares Lopes Das Neves e Edson Jose Lopes Das Neves.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://iizsign.com.br:443> e utilize o código B963-BDC2-261A-9F1E.



para atuar na sede da sociedade ou sem suas filiais, agências escritórios, sucursais e estabelecimentos, justificando e demonstrando todas as suas decisões sobre o tema ao conselho administrativo a ser definido.

Parágrafo quinto: Os diretores, individualmente poderão nomear procuradores para fins extrajudiciais, devendo especificar no instrumento os atos e operações que esses poderão praticar.

Parágrafo sexto: Nas ações judiciais em geral, nas justiças estadual, federal, do trabalho ou outra, a sociedade poderá ser representada individualmente por sócios diretores, com o direito de amplamente atuar em nome da sociedade, inclusive prestar depoimento pessoal, transigir e assinar acordos, bem como amplamente promover a defesa da sociedade, em qualquer instância. A outorga de procuração a advogados, para atuarem judicialmente a favor da sociedade, poderá ser feita com a assinatura de apenas um dos sócios diretores. A nomeação de preposto para representar a sociedade em processos judiciais, de qualquer natureza for, civil, trabalhista, tributário, ou de outro tipo, também poderá ser feita mediante a assinatura de apenas um dos sócios diretores.

Parágrafo sétimo: Os diretores estão autorizados a assinar individualmente qualquer documento ou realizar atos que representem entradas, receitas ou benefícios para a sociedade, incluindo, mas não se limitando a, contratos de venda, acordos de prestação de serviços, recebimento de pagamentos, e outras transações que resultem em um incremento dos ativos da sociedade.

Parágrafo oitavo: Qualquer documento ou ato que represente uma obrigação, ônus ou dívida para a sociedade, incluindo, mas não se limitando a, contratos de empréstimo, emissão de garantias, alienação ou oneração de bens, e outras transações que possam resultar em passivos ou redução dos ativos da sociedade, deverá ser assinado conjuntamente por, no mínimo, dois diretores autorizados, conforme definido neste contrato social.

Parágrafo nono: Em caso de dúvida quanto à classificação de um determinado ato ou documento como entrada ou obrigação para a sociedade, o assunto deverá ser submetido ao Conselho de Administração, ou ao órgão equivalente conforme definido neste contrato social. O Conselho terá a autoridade final para determinar a natureza da transação e a necessidade de assinaturas individuais ou conjuntas.

Parágrafo décimo: A sociedade deverá manter registros detalhados de todas as transações autorizadas sob esta cláusula, incluindo a natureza da transação, os diretores que assinaram os documentos, e a deliberação do Conselho de Administração, quando aplicável. Estes registros serão mantidos em conformidade com as práticas de governança corporativa e disponibilizados para revisão pelos sócios, conforme necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

A remuneração mensal dos sócios diretores, denominada 'pró-labore', será estabelecida com base em critérios objetivos, alinhada às práticas de mercado e à realidade financeira da sociedade. O valor do pró-labore será determinado anualmente pela assembleia geral de sócios, levando em consideração a performance da sociedade, a contribuição individual dos diretores para os resultados da empresa e a sustentabilidade financeira da sociedade. A remuneração total dos diretores não excederá um percentual pré-estabelecido do lucro líquido da sociedade, assegurando que a distribuição de lucros aos sócios não seja prejudicada. Esse percentual será

Este documento foi assinado digitalmente por Julio Jose Alvares Lopes Das Neves, Pedro Jose Alvares Lopes Das Neves e Edson Jose Lopes Das Neves.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://izsign.com.br:443> e utilize o código B963-BDC2-261A-9F1E.

Este documento foi assinado digitalmente por Julio Jose Alvares Lopes Das Neves, Pedro Jose Alvares Lopes Das Neves e Edson Jose Lopes Das Neves.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://izsign.com.br:443> e utilize o código B963-BDC2-261A-9F1E.



definido na assembleia geral e poderá ser ajustado conforme a necessidade, respeitando os limites que garantam o equilíbrio financeiro e a distribuição equitativa dos lucros.

Parágrafo primeiro: A remuneração dos diretores será definida pelo conselho de administração, respeitando os critérios acima elencados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

É vedado aos diretores, bem como a qualquer representante, gerente, procurador ou preposto, obrigar a sociedade em operações estranhas ao objeto social, dentre outras, fiança, aval, endosso, exceto com autorização dos sócios que representem a totalidade (100 %) do capital social.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA REUNIÃO DE QUOTISTAS E DELIBERAÇÕES SOCIAIS

Todas as deliberações societárias serão tomadas com base no princípio de que cada quota do capital social confere direito a um voto, garantindo a todos os sócios, independentemente do tamanho de sua participação, o direito de expressar sua voz nas decisões da sociedade. As reuniões de sócios para deliberações ocorrerão na sede da empresa ou por meio de sistemas de comunicação remota, conforme necessário para facilitar a participação plena de todos os sócios.

Parágrafo primeiro: Em casos em que a unanimidade entre os sócios for alcançada por escrito, a formalidade da reunião poderá ser dispensada, respeitando-se a agilidade necessária para determinadas decisões operacionais ou emergenciais. Essa flexibilidade visa manter a eficiência nas operações sem comprometer o direito de participação e decisão de cada sócio. Independentemente do formato, todas as deliberações respeitarão os princípios de transparência, equidade e direitos conferidos pelas quotas de cada sócio.

Parágrafo segundo: As quotas sociais representam a fração do capital social da sociedade limitada, correspondente à participação individual de cada sócio no capital da empresa. Cada quota é uma unidade de medida que indica a proporção da participação do sócio nos lucros, nas perdas e nos direitos sociais, incluindo a tomada de decisões. A responsabilidade de cada sócio perante as obrigações da sociedade é limitada ao valor de suas quotas, não excedendo este montante.

Parágrafo terceiro: Cada quota social corresponde a uma contribuição específica, seja em dinheiro, bens ou direitos, susceptível de avaliação econômica, que cada sócio se compromete a aportar para a formação ou aumento do capital social da sociedade.

Parágrafo quarto: As quotas sociais conferem aos seus titulares o direito de participar dos lucros anuais da sociedade, de votar e ser votado nas deliberações sociais, além de outros direitos previstos neste contrato social e na legislação vigente. Os sócios estão sujeitos às obrigações decorrentes da posse das quotas, incluindo a realização integral das contribuições a que se comprometeram e a responsabilidade pelas perdas até o limite de suas quotas.

Este documento foi assinado digitalmente por Julio Jose Alvares Lopes Das Neves, Pedro Jose Alvares Lopes Das Neves e Edson Jose Lopes Das Neves.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://zsign.com.br:443> e utilize o código B963-BDC2-261A-9F1E.

Este documento foi assinado digitalmente por Julio Jose Alvares Lopes Das Neves, Pedro Jose Alvares Lopes Das Neves e Edson Jose Lopes Das Neves.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://zsign.com.br:443> e utilize o código B963-BDC2-261A-9F1E.



CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

Qualquer sócio que discordar de uma decisão majoritária tem o direito de se retirar da sociedade. Para exercer esse direito, o sócio deve notificar formalmente a sociedade e os demais sócios, por escrito, dentro de 30 dias após a decisão contestada. O valor das quotas do sócio retirante será determinado com base em uma avaliação do patrimônio social da sociedade, realizada por um profissional independente, e o pagamento será efetuado em até 12 parcelas mensais, ajustadas pelo IGP-M e acrescidas de juros de 1% ao mês, garantindo uma compensação justa e equitativa.

Parágrafo primeiro: E, também por decisão de foro íntimo, qualquer dos sócios pode retirar-se da sociedade, mediante notificação escrita aos demais, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias. E também nesse caso os haveres do sócio retirante serão apurados, considerados os valores de mercado do patrimônio social, em balanço especificamente levantado para esse fim, e pagos em 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas, com o acréscimo de correção monetária calculada pelo IGP-M, da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, mais juros simples de (1) um por cento ao mês.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA DO CONSELHO FISCAL E CONSELHO ADMINISTRATIVO

Os sócios, por unanimidade, deliberam por não constituir conselho fiscal. Constituindo, neste momento apenas CONSELHO ADMINISTRATIVO com a função de fiscalizar e orientar a gestão executiva da sociedade, com o objetivo de assegurar a conformidade com as práticas contábeis e a legislação vigente, assim como alinhar a gestão com os interesses estratégicos dos sócios.

Parágrafo Primeiro - Constituição do Conselho Administrativo: O Conselho Administrativo será formado por 3 (três) membros, sendo necessário que 1 (um) membro seja externo, eleitos entre os sócios, com mandatos de 2 (dois) anos e permissão para reeleição. Será responsável por definir as diretrizes estratégicas, aprovar planos de negócios e orçamentos, além de monitorar a performance da gestão executiva. As reuniões do Conselho Administrativo ocorrerão a cada semestre, para deliberar sobre as direções da administração e garantir alinhamento estratégico.

Parágrafo Segundo - Disposições Gerais: Manterá documentação detalhada de suas atividades, decisões e recomendações, as quais serão disponibilizadas para todos os sócios. A instituição deste Conselho tem como objetivo reforçar a governança corporativa, promover a transparência e assegurar a administração responsável da sociedade.

Parágrafo Terceiro - Mecanismos de Fiscalização e Estratégia: O Conselho atuará de forma integrada para garantir que as operações financeiras e estratégias empresariais estejam em conformidade com os objetivos da sociedade e com a legislação vigente. Procedimentos serão estabelecidos para permitir que o Conselho possa agir rapidamente em situações que demandem decisões urgentes, mantendo a eficácia sem comprometer a estrutura de fiscalização.

Parágrafo Quarto - Salvaguardas aos Sócios: A criação do Conselho não diminuirá os direitos dos sócios cotistas de questionar, revisar ou contestar as decisões tomadas pela gestão, assegurando que a voz dos minoritários seja ouvida e considerada em todas as instâncias decisórias.

Este documento foi assinado digitalmente por Julio Jose Alvares Lopes Das Neves, Pedro Jose Alvares Lopes Das Neves e Edson Jose Lopes Das Neves.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://izisign.com.br:443> e utilize o código B963-BDC2-261A-9F1E.

Este documento foi assinado digitalmente por Julio Jose Alvares Lopes Das Neves, Pedro Jose Alvares Lopes Das Neves e Edson Jose Lopes Das Neves.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://izisign.com.br:443> e utilize o código B963-BDC2-261A-9F1E.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

Nem a morte, doença, interdição, ou evento assemelhado, de qualquer sócio, não dissolve a sociedade, que continuará suas atividades com os sócios remanescentes, seus herdeiros e sucessores.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

Parágrafo primeiro: Em caso de falecimento ou interdição de um sócio, os herdeiros legais ou representantes do sócio incapacitado terão a opção de se tornarem sócios, respeitando-se as mesmas condições aplicáveis aos sócios remanescentes, ou de venderem sua participação na sociedade. A sociedade terá sua continuidade pelos herdeiros, sucessores ou incapaz. A avaliação das quotas será realizada com base no valor patrimonial proporcional no momento do evento, apurado em balanço patrimonial específico. Os herdeiros ou representantes legais terão o direito de receber o valor de sua participação ou assumir as quotas do sócio falecido ou interditado, conforme sua escolha.

Parágrafo segundo: Este procedimento de sucessão será aplicado em todos os casos de resolução da participação societária, em conformidade com os artigos 1.028 e 1.031 do Código Civil. A sociedade se reserva o direito de recomprar as quotas dos herdeiros a um preço justo e de mercado, caso não optem por se tornarem sócios.

Parágrafo terceiro: Cônjuges, companheiros ou afins do sócio falecido ou interditado não terão o direito de ingressar na sociedade como sócios. Eles receberão apenas os valores que lhes forem devidos na sucessão do sócio falecido ou interditado, conforme determinado pelas leis de sucessão e o regime de bens vigente, sem qualquer participação adicional na sociedade.

Parágrafo quarto: Em eventos de divórcio, separação judicial ou dissolução de união estável de um sócio, tais circunstâncias não criarão obrigações ou direitos adicionais para com a sociedade em nome do cônjuge ou companheiro(a) separado(a). Qualquer divisão de ativos pessoais, incluindo a participação societária do sócio, será conduzida de acordo com o regime de bens e a legislação de sucessões vigente, sem impactar a estrutura societária ou as operações da empresa. A sociedade não será parte em disputas conjugais e não facilitará a transferência de quotas societárias em decorrência de tais eventos, a menos que tal transferência seja decidida e acordada independentemente pelos sócios remanescentes e de acordo com os procedimentos estabelecidos pelo contrato social.

DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, CONTÁBEIS E SOCIAIS, E DESTINO DO RESULTADO

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

O exercício social coincidirá com o ano civil, tendo início em 1º de janeiro e se encerrando em 31 de dezembro, sendo apurado o inventário físico e financeiro dos bens, direitos e obrigações e as respectivas demonstrações financeiras, em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos e resoluções do conselho federal de contabilidade. A escrituração ficará a cargo de contabilista legalmente habilitado, conforme a disciplina do artigo 1182 do código civil.

Este documento foi assinado digitalmente por Julio Jose Alvares Lopes Das Neves, Pedro Jose Alvares Lopes Das Neves e Edson Jose Lopes Das Neves. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://izisign.com.br:443> e utilize o código B963-BDC2-261A-9F1E.

Este documento foi assinado digitalmente por Julio Jose Alvares Lopes Das Neves, Pedro Jose Alvares Lopes Das Neves e Edson Jose Lopes Das Neves.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://izisign.com.br:443> e utilize o código B963-BDC2-261A-9F1E.





ORGANIZAÇÃO CONTÁBIL PAIVA LTDA
CNPJ. 02.578.050/0001-86

CLÁUSULA DÉCIMA NONA

Os lucros serão partilhados entre os sócios na proporção de sua participação no capital social, trimestralmente ou anualmente, respeitada a legislação tributária. Se apurado prejuízos, serão eles suportados nos termos previstos pela lei.

DO DESIMPEDIMENTO

CLÁUSULA VIGÉSSIMA

Nos termos do artigo 1011 § 1º do código civil, os diretores sócios, nomeados neste contrato social como representante e administradores da sociedade, declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA VIGÉSSIMA PRIMEIRA

Aplicam-se a este contrato social, para os efeitos de direito, e nos termos do *caput* do artigo 1053 do código civil, supletivamente, e no que couber, as normas da sociedade simples.

E por estarem em tudo justos e contratados na melhor forme de direito, firmam o presente instrumento em 3 (três) vias, de igual forma e teor

Santos, 04 de março de 2024.

EDSON JOSE LOPES DAS NEVES

JULIO JOSE ALVARES LOPES DAS NEVES

PEDRO JOSÉ ALVARES LOPES DAS NEVES

Este documento foi assinado digitalmente por Julio Jose Alvares Lopes Das Neves, Pedro Jose Alvares Lopes Das Neves e Edson Jose Lopes Das Neves.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://izisign.com.br:443> e utilize o código B963-BDC2-261A-9F1E.

Este documento foi assinado digitalmente por Julio Jose Alvares Lopes Das Neves, Pedro Jose Alvares Lopes Das Neves e Edson Jose Lopes Das Neves.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://izisign.com.br:443> e utilize o código B963-BDC2-261A-9F1E.



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://izisign.com.br/Verificar/B963-BDC2-261A-9F1E> ou vá até o site <https://izisign.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: B963-BDC2-261A-9F1E



Hash do Documento

49250CAC4CF8638B9A48EA10A63CD3C50FECA0DFAB6AC34F56CBA6CFF7658C3C

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 15/05/2024 é(são) :

- ☒ JULIO JOSE ALVARES LOPES DAS NEVES - 363.788.048-26
em 15/05/2024 14:07 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital
- ☒ PEDRO JOSÉ ALVARES LOPES DAS NEVES - 362.190.858-76
em 15/05/2024 13:57 UTC-03:00
Nome no certificado: Pedro Jose Alvares Lopes Das Neves
Tipo: Certificado Digital
- ☒ Edson Jose Lopes Das Neves - 003.355.048-41 em 15/05/2024
13:56 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital



Certifico o registro sob o nº 1.126.681/24-6 em 22/05/2024 da empresa SEVEN ENGENHARIA E CONSULTORIA ELETRICA LTDA, NIRE nº 35233032541, protocolado sob o nº SPP2430421138. Autenticação: validar a autenticidade do registro em <http://www.jucesp.sp.gov.br/> com o número do mesmo. MARIA CRISTINA FREI - Secretária Geral. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/05/2024 por MARIA CRISTINA FREI - Secretária Geral. Autenticação: 238965006. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.


000087

DECLARAÇÃO

Eu, EDSON JOSE LOPES DAS NEVES, portador do Documento de Identificação nº 90726455, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob nº 00335504841, na qualidade de titular, sócio ou responsável legal da empresa SEVEN ENGENHARIA E CONSULTORIA ELETRICA LTDA, **DECLARO** estar ciente que o **ESTABELECIMENTO** situado no(a) RUA TOLENTINO FILGUEIRAS, 98 SALA 12 E 13 - Bairro: GONZAGA, Santos - SP CEP 11060470, **NÃO PODERÁ EXERCER** suas atividades sem que obtenha o parecer municipal sobre a viabilidade de sua instalação e funcionamento no local indicado, conforme diretrizes estabelecidas na legislação de uso e ocupação do solo, posturas municipais e restrições das áreas de proteção ambiental, nos termos do art. 24, §2 do Decreto Estadual nº 55.660/2010 e sem que tenha um **CERTIFICADO DE LICENCIAMENTO INTEGRADO VÁLIDO**, obtido pelo sistema Via Rápida Empresa - Módulo de Licenciamento Estadual.

Declaro ainda estar ciente que qualquer alteração no endereço do estabelecimento, em sua atividade ou grupo de atividades, ou em qualquer outra das condições determinantes à expedição do Certificado de Licenciamento Integrado, implica na perda de sua validade, assumindo, desde o momento da alteração, a obrigação de renová-lo.

Por fim, declaro estar ciente que a emissão do Certificado de Licenciamento Integrado poderá ser solicitada por representante legal devidamente habilitado, presencialmente e no ato da retirada das certidões relativas ao registro empresarial na Prefeitura, ou pelo titular, sócio, ou contabilista vinculado no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) diretamente no site da Jucesp, através do módulo de licenciamento, mediante uso da respectiva certificação digital.


EDSON JOSE LOPES DAS NEVES (Sócio-Administrador)
90726455



DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Eu **RENATA GRACIELA PAIVA LISBOA** com inscrição ativa na(o) Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo sob o nº **1SP258826**, expedida em **29/04/2011**, inscrito no CPF nº 29568593829, DECLARO, sob as penas da Lei penal e, sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que este documento é autêntico e condiz com o original. Documentos apresentados:

Arquivo de Alteração

Arquivo de Outros (Docs. privados)

São Paulo, 21/05/2024.

RENATA GRACIELA PAIVA LISBOA



Certifico o registro sob o nº 1.126.681/24-6 em 22/05/2024 da empresa SEVEN ENGENHARIA E CONSULTORIA ELETRICA LTDA, NIRE nº 35233032541, protocolado sob o nº SPP2430421138. Autenticação: validar a autenticidade do registro em <http://www.jucesp.sp.gov.br/> com o número do mesmo. MARIA CRISTINA FREI - Secretária Geral. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/05/2024 por MARIA CRISTINA FREI – Secretária Geral. Autenticação: 238965006. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

000089



TERMO DE ANÁLISE E DECISÃO.

Defiro a (s) solicitação (ões), sob o (s) protocolo (s) **SPP2430421138** de Alteração de Endereço, Alteração de Atividades/Objeto e Alteração de Capital e QSA da empresa **SEVEN ENGENHARIA E CONSULTORIA ELETRICA LTDA.**

Assina o presente termo de decisão, mediante certificado digital, o Julgador **Ana Claudia Jacintho**.

Junta Comercial do Estado de São Paulo, 22/05/2024.

Ana Claudia Jacintho, CPF: 10761455825

Este documento foi assinado digitalmente por Ana Claudia Jacintho e é parte integrante sob o protocolo Nº SPP2430421138.

22/05/2024

Página 1 de 1



Certifico o registro sob o nº 1.126.681/24-6 em 22/05/2024 da empresa SEVEN ENGENHARIA E CONSULTORIA ELETRICA LTDA, NIRE nº 35233032541, protocolado sob o nº SPP2430421138. Autenticação: validar a autenticidade do registro em <http://www.jucesp.sp.gov.br/> com o número do mesmo. MARIA CRISTINA FREI - Secretária Geral. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/05/2024 por MARIA CRISTINA FREI – Secretária Geral. Autenticação: 238965006. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

000090



TERMO DE AUTENTICAÇÃO E REGISTRO

Autentico que o ato, assinado digitalmente, pertencente a empresa **SEVEN ENGENHARIA E CONSULTORIA ELETRICA LTDA** de NIRE **35233032541**, protocolizado sob o número **SPP2430421138** em **22/05/2024**, encontra-se registrado na JUCESP sob o número **1126681246**.

Assina o registro a Secretária-Geral **Maria Cristina Frei**.

A autenticidade do presente documento, bem como o arquivo na forma eletrônica, poderão ser verificados no sítio eletrônico: www.jucesp.sp.gov.br, mediante a indicação do número de autenticidade disponível na capa da certidão de inteiro teor.

Junta Comercial do Estado de São Paulo, 22/05/2024.

Maria Cristina Frei, CPF: 14804696881

R. Guaicurus, 1394 | CEP 05033-060 | Lapa, São Paulo – SP
Fone: (11) 3468-3080



Certifico o registro sob o nº 1.126.681/24-6 em 22/05/2024 da empresa SEVEN ENGENHARIA E CONSULTORIA ELETRICA LTDA, NIRE nº 35233032541, protocolado sob o nº SPP2430421138. Autenticação: validar a autenticidade do registro em <http://www.jucesp.sp.gov.br/> com o número do mesmo. MARIA CRISTINA FREI - Secretária Geral. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/05/2024 por MARIA CRISTINA FREI – Secretária Geral. Autenticação: 238965006. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesp.sp.gov.br.

000091

PROTOCOLO DE ASSINATURAS

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma VRE Digital.

Os nomes indicados para assinatura, bem como seus status em 21/05/2024 são:

Nome Completo	CPF	Data e hora	Certificado
---------------	-----	-------------	-------------

CAPA INSTRUMENTO DE ALTERAÇÃO E DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE 5ª

RENATA GRACIELA PAIVA LISBOA	29568593829	21/05/24 09:46	AC Certisign RFB G5 / PDF-1.7
---------------------------------	-------------	----------------	-------------------------------

Arquivo de Declaração de Autenticidade.pdf


RENATA GRACIELA PAIVA LISBOA	29568593829	21/05/24 09:46	AC Certisign RFB G5 / PDF-1.4
---------------------------------	-------------	----------------	-------------------------------

DECLARAÇÃO DE DESENQUADRAMENTO CNPJ DOCUMENTOS IDENTIFICAÇÃO


RENATA GRACIELA PAIVA LISBOA	29568593829	21/05/24 09:46	AC Certisign RFB G5 / PDF-1.7
---------------------------------	-------------	----------------	-------------------------------


Este documento é referência das assinaturas eletrônicas realizada nas documentações do protocolo Nº SPP2430421138





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO





VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

2422676989

3 DATA LOCAL E UF DE NACIMENTO

02/01/1958, SANTOS, SP

4a DATA EMISSÃO

01/07/2022

4b UNIDADE

31/03/2022

4c ANO

2022

4d D

0

4e CATEGORIA

1

4f CATEGORIA

1

4g CATEGORIA

1

4h CATEGORIA

1

4i CATEGORIA

1

4j CATEGORIA

1

4k CATEGORIA

1

4l CATEGORIA

1

4m CATEGORIA

1

4n CATEGORIA

1

4o CATEGORIA

1

4p CATEGORIA

1

4q CATEGORIA

1

4r CATEGORIA

1

4s CATEGORIA

1

4t CATEGORIA

1

4u CATEGORIA

1

4v CATEGORIA

1

4w CATEGORIA

1

4x CATEGORIA

1

4y CATEGORIA

1

4z CATEGORIA

1

4aa CATEGORIA

1

4ab CATEGORIA

1

4ac CATEGORIA

1

4ad CATEGORIA

1

4ae CATEGORIA

1

4af CATEGORIA

1

4ag CATEGORIA

1

4ah CATEGORIA

1

4ai CATEGORIA

1

4aj CATEGORIA

1

4ak CATEGORIA

1

4al CATEGORIA

1

4am CATEGORIA

1

4an CATEGORIA

1

4ao CATEGORIA

1

4ap CATEGORIA

1

4aq CATEGORIA

1

4ar CATEGORIA

1

4as CATEGORIA

1

4at CATEGORIA

1

4au CATEGORIA

1

4av CATEGORIA

1

4aw CATEGORIA

1

4ax CATEGORIA

1

4ay CATEGORIA

1

4az CATEGORIA

1

4ba CATEGORIA

1

4bb CATEGORIA

1

4bc CATEGORIA

1

4bd CATEGORIA

1

4be CATEGORIA

1

4bf CATEGORIA

1

4bg CATEGORIA

1

4bh CATEGORIA

1

4bi CATEGORIA

1

4bj CATEGORIA

1

4bk CATEGORIA

1

4bl CATEGORIA

1

4bm CATEGORIA

1

4bn CATEGORIA

1

4bo CATEGORIA

1

4bp CATEGORIA

1

4bq CATEGORIA

1

4br CATEGORIA

1

4bs CATEGORIA

1

4bt CATEGORIA

1

4bu CATEGORIA

1

4bv CATEGORIA

1

4bw CATEGORIA

1

4bx CATEGORIA

1

4by CATEGORIA

1

4bz CATEGORIA

1

4ca CATEGORIA

1

4cb CATEGORIA

1

4cc CATEGORIA

1

4cd CATEGORIA

1

4ce CATEGORIA

1

4cf CATEGORIA

1

4cg CATEGORIA

1

4ch CATEGORIA

1

4ci CATEGORIA

1

4cj CATEGORIA

1

4ck CATEGORIA

1

4cl CATEGORIA

1

4cm CATEGORIA

1

4cn CATEGORIA

1

4co CATEGORIA

1

4cp CATEGORIA

1

4cq CATEGORIA

1

4cr CATEGORIA

1

4cs CATEGORIA

1

4ct CATEGORIA

1

4cu CATEGORIA

1

4cv CATEGORIA

1

4cw CATEGORIA

1

4cx CATEGORIA

1

4cy CATEGORIA

1

4cz CATEGORIA

1

4da CATEGORIA

1

4db CATEGORIA

1

4dc CATEGORIA

1

4dd CATEGORIA

1

4de CATEGORIA

1

4df CATEGORIA

1

4dg CATEGORIA

1

4dh CATEGORIA

1

4di CATEGORIA

1

4dj CATEGORIA

1

4dk CATEGORIA

1

4dl CATEGORIA

1

4dm CATEGORIA

1

4dn CATEGORIA

1

4do CATEGORIA

1

4dp CATEGORIA

1

4dq CATEGORIA

1

4dr CATEGORIA

1

4ds CATEGORIA

1

4dt CATEGORIA

1

4du CATEGORIA

1

4dv CATEGORIA

1

4dw CATEGORIA

1

4dx CATEGORIA

1

4dy CATEGORIA

1

4dz CATEGORIA

1

4ea CATEGORIA

1

4eb CATEGORIA

1

4ec CATEGORIA

1

4ed CATEGORIA

1

4ee CATEGORIA

1

4ef CATEGORIA

1

4eg CATEGORIA

1

4eh CATEGORIA

1

4ei CATEGORIA

1

4ej CATEGORIA

1

4ek CATEGORIA

1

4el CATEGORIA

1

4em CATEGORIA

1

4en CATEGORIA

1

4eo CATEGORIA

1

4ep CATEGORIA

1

4eq CATEGORIA

1

4er CATEGORIA

1

4es CATEGORIA

1

4et CATEGORIA

1

4eu CATEGORIA

1

4ev CATEGORIA

1

4ew CATEGORIA

1

4ex CATEGORIA

1

4ey CATEGORIA

1

4ez CATEGORIA

1

4fa CATEGORIA

1

4fb CATEGORIA

1

4fc CATEGORIA

1

4fd CATEGORIA

1

4fe CATEGORIA

1

4ff CATEGORIA

1

4fg CATEGORIA

1

4fh CATEGORIA

1

4fi CATEGORIA

1

4fj CATEGORIA

1

4fk CATEGORIA

1

4fl CATEGORIA

1

4fm CATEGORIA

1

4fn CATEGORIA

1

4fo CATEGORIA

1

4fp CATEGORIA

1

4fq CATEGORIA

1

4fr CATEGORIA

1

4fs CATEGORIA

1

4ft CATEGORIA

1

4fu CATEGORIA

1

4fv CATEGORIA

1

4fw CATEGORIA

1

4fx CATEGORIA

1

4fy CATEGORIA

1

4fz CATEGORIA

1

4ga CATEGORIA

1

4gb CATEGORIA

1

4gc CATEGORIA

1

4gd CATEGORIA

1

4ge CATEGORIA

1

4gf CATEGORIA

1

4gg CATEGORIA

1

4gh CATEGORIA

1

4gi CATEGORIA

1

4gj CATEGORIA

1

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:
<https://www.serpro.gov.br/assinador-digital>.

SERPRO / SENATRAN


[illegible]

I<BRA027230219<060<<<<<<<<<<
5801028M2703316BRA<<<<<<<<<<4
EDSON<<JOSE<LOPES<DAS<NEVES<<<


000093

CNH Digital


Departamento Nacional de Trânsito



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO



S
P



VÁLIDA EM TODO
O TERRITÓRIO NACIONAL
2224311275

NOME
PEDRO JOSE ALVARES LOPES DAS NEVES

DOC. IDENTIDADE/ORG. EMISSOR/UF
143486313 SSP SP

CPF
162.190.858-76

DATA NASCIMENTO
07/11/1987

FILIAÇÃO
EDSON JOSE LOPES DAS NEVES
MARGARETH LUCIA ALVARES LOP
ES DAS NEVES

PERMISSÃO
ACC
CAT. HAB.
B

Nº REGISTRO
03890351537

VALIDADE
29/06/2031

1ª HABILITAÇÃO
20/07/2006

OBSERVAÇÕES
A

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
SAO JOSE DOS CAMPOS, SP

DATA EMISSÃO
30/05/2021

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

34787996800
SP005899874

SÃO PAULO

DENATRAN CONTRAN

QR-CODE




Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.


As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:
< <http://www.serpro.gov.br/assinador-digital> >, opção Validar Assinatura.


SERPRO / DENATRAN

000094



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
 SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO






VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

3344009879

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

2ª 1ª NOME E SOBRENOME
JULIO JOSE ALVARES LOPES DAS NEVES

1ª HABILITAÇÃO
17/07/2006



3 DATA LOCAL E HORAS DE EMISSÃO
07/11/1987, SANTOS, SP

4a DATA EMISSÃO
03/02/2025

4b VALIDADE
29/04/2031


4c DOB (IDENTIDADE) - DATA EMISSÃO - I/P
34348632 SSP SP

4d CRI
363.788.048-26

5 N° DE REGISTRO
0386721166Z

6 CAT. HAB
AB








7 ASSINATURA DO PORTADOR











NACIONALIDADE
BRASILEIRO(A)

8 FILIAÇÃO
EDSON JOSE LOPES DAS NEVES

MARGARETH LUCIA ALVARES LOPES DAS NEVES

9	10	11	12
AC			
A		29/04/2031	
A1			
B		29/04/2031	
B1			
C			
C1			

9	10	11	12
D			
D1			
D2			
D3			
CE			
CE1			
DE			
DE1			

12 OBSERVAÇÃO:

LAR

LOCAL
SÃO PAULO - SP

ASSINATURA DO DETENTOR

DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSPORTES

06/296310436

SP/071981912

SÃO PAULO

3344009879

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:
<https://www.serpro.gov.br/assinador-digital>.

SERPRO/SENATRAN

[illegible]

I<BRA038872116<620<<<<<<<<<<
8711072M3104297BRA<<<<<<<<<<4
JULIQ<<ALVARES<LOPES<DAS<NEVES

000095

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

DOCUMENTO EMITIDO PELA INTERNET

DADOS DA EMPRESA			
NOME EMPRESARIAL JERICOACOARA PARTICIPACOES E CONSULTORIA LTDA			
TÍTULO DE ESTABELECIMENTO			TIPO JURÍDICO LIMITADA UNIPESSOAL
NIRE 35262755580	CNPJ 53.167.603/0001-49	NÚMERO DO ARQUIVAMENTO 35262755580	DATA DO ARQUIVAMENTO 11/12/2023

DADOS DA CERTIDÃO		
DATA DE EXPEDIÇÃO 19/05/2026	HORA DE EXPEDIÇÃO 21:38:43	CÓDIGO DE CONTROLE 292206366
A AUTENTICIDADE DO PRESENTE DOCUMENTO, BEM COMO O ARQUIVO NA FORMA ELETRÔNICA PODEM SER VERIFICADOS NO ENDEREÇO WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR		

ESTA CÓPIA FOI AUTENTICADA DIGITALMENTE E ASSINADA EM 19/05/2026 PELA SECRETÁRIA GERAL DA JUCESP – MARINA CENTURION DARDANI, CONFORME ART. 1º DA MP2200-2 DE 24/08/2001, QUE INSTITUI A INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRAS – ICP BRASIL, EM VIGOR CONSOANTE E.C Nº32 DE 11/09/2001 M- ART.2º.

ART 1º. FICA INSTITUÍDA A INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA – ICP BRASIL, PARA GARANTIR AUTENTICIDADE, INTEGRIDADE E VALIDADE JURÍDICA DE DOCUMENTOS EM FORMA ELETRÔNICA, DAS APLICAÇÕES DE SUPORTE E DAS APLICAÇÕES HABILITADAS QUE UTILIZEM CERTIFICADOS DIGITAIS, BEM COMO A REALIZAÇÃO DE TRANSAÇÕES ELETRÔNICAS SEGURAS.



Requerimento Capa

SEQ. DOC
01
01

Protocolo Redesim

SPB2300295919



DADOS CADASTRAIS

ATO(S) Constituição Normal		
NOME EMPRESARIAL JERICOACOARA PARTICIPACOES E CONSULTORIA LTDA		PORTE Demais
LOGRADOURO AVENIDA BRIG FARIA LIMA		NÚMERO 1572
COMPLEMENTO SALA 1022	BAIRRO/DISTRITO JARDIM PAULISTANO	CEP 01451917
MUNICÍPIO SAO PAULO		UF SP
E-MAIL aarcverde@uol.com.br		TELEFONE 11 982944813
NÚMERO EXIGÊNCIA (S) SEM EXIGÊNCIA ANTERIOR	CNPJ - SEDE	NIRE - SEDE
IDENTIFICAÇÃO DO SIGNATÁRIO/ASSINANTE DO REQUERIMENTO CAPA NOME: ANDRE ARCOVERDE DE ALBUQUERQUE CAVALCANTI - Sócio-Administrador DATA ASSINATURA:		VALORES RECOLHIDOS DARE Isento DARF Isento

DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, QUE AS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO REQUERIMENTO/PROCESSO SÃO EXPRESSÃO DA VERDADE.

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (INCLUSIVE VERSO)

CARIMBO PROTOCOLO	OBSERVAÇÕES:
-------------------	--------------

DOCUMENTOS NÃO RETIRADOS EM ATÉ 90 DIAS DA DISPONIBILIDADE SERÃO DESCARTADOS - ART. 57, §5º, DECRETO 1.800/96

11/12/2023

Página 1 de 1



000097

CONTRATO SOCIAL DE SOCIEDADE LIMITADA
JERICOACOARA PARTICIPACOES E CONSULTORIA LTDA

Sócio-Administrador ANDRE ARCOVERDE DE ALBUQUERQUE CAVALCANTI, nacionalidade: brasileira, casado(a), comunhão parcial de bens, natural da cidade de Rio de Janeiro/RJ, nascido(a) em: 27/05/1962, nº do documento de identidade: RG 52254521 Órgão Emissor: ifp/RJ, Economista, nº do CPF: 74238310772, RESIDENTE E DOMICILIADO(A) no(a) R Professor Moniz, 673 - Bairro: Alto de Pinheiros, São Paulo - SP CEP 05462040.

Resolvem, em comum acordo, constituir uma sociedade limitada, mediante as condições e cláusulas seguintes:

DO NOME EMPRESARIAL

Cláusula Primeira - A sociedade adotará o seguinte nome empresarial: JERICOACOARA PARTICIPACOES E CONSULTORIA LTDA.

DA SEDE

Cláusula Segunda - A sociedade terá sua sede no seguinte endereço: AVENIDA BRIG FARIA LIMA, 1572 SALA 1022 - Bairro: Jardim Paulistano, SAO PAULO - SP CEP 01451917.

DO OBJETO SOCIAL

Cláusula Terceira - A sociedade terá por objeto o exercício das seguintes atividades econômicas: Consultoria em gestão empresarial, planejamento e estruturação de projetos, notadamente nas áreas de energias, mineração e novas tecnologias. .

Parágrafo único. Em estabelecimento eleito como Sede (Matriz) será(ão) exercida(s) a(s) atividade(s) de Consultoria em gestão empresarial, planejamento e estruturação de projetos, notadamente nas áreas de energias, mineração e novas tecnologias. .

DO INÍCIO DAS ATIVIDADES E DO PRAZO

Cláusula Quarta - A empresa iniciará suas atividades a partir de 12/12/2023 e seu prazo de duração indeterminado.

DO CAPITAL SOCIAL

Cláusula Quinta - O capital será de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), divididos em 100.000 quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (Um real) cada uma, subscrito e devidamente integralizado conforme abaixo indicado:



O valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais) em moeda corrente do país em nome de ANDRE ARCOVERDE DE ALBUQUERQUE CAVALCANTI, nº do CPF: 74238310772 integralizado neste ato.

SÓCIO	Nº DE QUOTAS	VALOR	PERCENTUAL
ANDRE ARCOVERDE DE ALBUQUERQUE CAVALCANTI	100.000	R\$ 100.000,00	100,00%
TOTAL	100.000	R\$ 100.000,00	100,00%

DA ADMINISTRAÇÃO

Cláusula Sexta - A administração da sociedade será exercida por ANDRE ARCOVERDE DE ALBUQUERQUE CAVALCANTI, nacionalidade: brasileira, casado(a), comunhão parcial de bens, natural da cidade de Rio de Janeiro/RJ, nascido(a) em: 27/05/1962, nº do documento de identidade: RG 52254521 Órgão Emissor: ifp/RJ, Economista, nº do CPF: 74238310772, RESIDENTE E DOMICILIADO(A) no(a) R Professor Moniz, 673 - Bairro: Alto de Pinheiros, São Paulo - SP CEP 05462040, que representará(ão) legalmente a sociedade e poderá(ão) praticar todo e qualquer ato de gestão pertinente ao objeto social.

Parágrafo único. Não constituindo o objeto social, a alienação ou a oneração de bens imóveis depende de autorização da maioria.

DO BALANÇO PATRIMONIAL

Cláusula Sétima - Ao término de cada exercício, em 31 de Dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo ao empresário, os lucros ou perdas apuradas.

DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO DE ADMINISTRADOR

Cláusula Oitava - O(s) administrador(es) da empresa declara(m), sob as penas da lei, que não está(ão) impedido(s) de exercer a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

DO FORO



Cláusula Nona - As partes elegem o foro da sede para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente instrumento contratual, bem como para o exercício e cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser.

DA REGÊNCIA SUPLETIVA

Cláusula Décima - Por este ato determina-se a regência supletiva da sociedade pelo regramento da sociedade anônima, conforme dispõe o parágrafo único do art. 1.053 do Código Civil.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento particular em via única.

SAO PAULO, 11 de dezembro de 2023.

ANDRE ARCOVERDE DE ALBUQUERQUE CAVALCANTI (Sócio-Administrador)

(art. 36, Decreto nº 1.800/96)

Visto: _____ (OAB: 12205/CE)
GERMANA DE VASCONCELLOS ALVES CARVALHO





TERMO DE AUTENTICAÇÃO – REGISTRO DE CONSTITUIÇÃO

Autentico que o ato, assinado digitalmente, pertencente a empresa **JERICOACOARA PARTICIPACOES E CONSULTORIA LTDA**, protocolizado sob o número **SPB2300295919** em **11/12/2023**, encontra-se registrado na JUCESP sob o NIRE da matriz **35262755580** e CNPJ **53167603000149**.

Assina o registro a Secretária-Geral Maria Cristina Frei, mediante certificado digital.

A autenticação do referido ato foi emitida de forma automática, de acordo com a Instrução Normativa DREI nº 81, de 10/06/2020.

A autenticidade do presente documento, bem como o arquivo na forma eletrônica, poderão ser verificados no sítio eletrônico: www.jucesp.sp.gov.br, mediante a indicação do número de autenticidade disponível na capa da certidão de inteiro teor.

R. Guaicurus, 1394 | CEP 05033-060 | Lapa, São Paulo – SP
Fone: (11) 3468-3080



Certifico o registro de constituição sob o NIRE nº 35262755580 em 11/12/2023 da empresa JERICOACOARA PARTICIPACOES E CONSULTORIA LTDA, protocolado sob o nº SPB2300295919. Autenticação: validar a autenticidade do registro em <http://www.jucesp.sp.gov.br/> com o número do mesmo. MARINA CENTURION DARDANI - Secretário Geral. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/05/2026 por MARINA CENTURION DARDANI – Secretário Geral. Autenticação: 292206366. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

000101

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA NACIONAL DE TRANSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCION

2.1.1 NOME E SOBRENOME: **ANDRE ARCOVERDE DE ALBUQUERQUE CAVALCANTI** Nº HABILITAÇÃO: **27931981**

3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO: **27/05/1962 RIO DE JANEIRO RJ**

4.1 DATA EMISSÃO: **01/04/2024** 4.2 VALIDADE: **01/04/2029** 4.3 NOTAS: **D**

5.1 DATA, CATEGORIA, CÓDIGO EMISSÃO / UF: **52254521 FPIRJ**

6.1 CPF: **742.383.107-72** 6.2 Nº REGISTRO: **90533663328** 6.3 CATEGORIA: **AB**

7 NACIONALIDADE: **BRASILEIRO**

8.1 FILIAÇÃO: **JOAQUIM ARCOVERDE DE ALBUQUERQUE CAVALCANTI**
LUCILLA ARCOVERDE DE ALBUQUERQUE CAVALCANTI

7 ASSINATURA DO PORTADOR

9	10	11	12	9	10	11	12
ACC				D			
A		01/04/2025		D1			
A1				BE			
B		01/04/2025		CE			
B1				C1E			
C				DE			
C1				D1E			

12 OBSERVAÇÕES

LOCAL: **SÃO PAULO, SP**

SÃO PAULO
NATHAN CONTINHA

2798618397

000102

TERMO DE ENCERRAMENTO

Encerramos este caderno o total de ⁰⁰⁰¹⁰⁴----- folhas numeradas e servirá de Relação de Documentos para fase de PROPOSTA do **CONSÓRCIO NOVA LUZ FRIBURGO**, para a participação no processo licitatório, ora realizado pela Prefeitura Municipal de Nova Friburgo/RJ, Concorrência Presencial nº 15/2026.



ANDRÉ ARCOVERDE
RG 5225452-1 IFP